

1164 - Seguros Animais	1.439.371
1329 - Funeral	5.757.486
1369 - Viagem	5.757.486
1377 - Prestamista (exceto Habit. E Rural)	5.757.486
1380 - Educacional	1.439.371
1381 - Acidentes Pessoais	5.757.486
1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal	5.757.486
1390 - Eventos Aleatórios	5.757.486
1391 - Vida	5.757.486
1433 - Marítimos (Cascos)	1.439.371
1457 - DPEM	1.439.371
1528 - R. C. Facult. para Aeronaves - RCF	1.562.534
1535 - Aeronáuticos (cascos)	1.562.534
1597 - Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-RETA	1.562.534
2293 - VIDA EFPC	5.757.486
Total	844.344.793

Empresas selecionadas	05886
Mês	202602



Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e os correspondentes Demonsttrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 16.948,9 milhões, com aumento de R\$ 1.120,7 milhões, 7,1% em relação ao ano anterior.

Despesas administrativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,5%, com redução de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior, o que indica o aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 415,4 milhões, uma redução de R\$ 132,4 milhões, 30,5% em relação ao ano anterior.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros, retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 88,6%, uma redução de 1% em relação aos 89,6% do exercício anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no semestre foi de 86,4%, com redução de 0,3 p.p. em relação ao exercício anterior. Estas variações ocorreram principalmente da redução do índice de sinistralidade.

Resultado do exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 1.566,9 milhões, uma redução de R\$ 144,8 milhões, 8,5% em relação ao ano anterior. O resultado por ação não apresentou variação relevante entre os exercícios, sendo R\$ 2,24 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 2,41 no exercício anterior.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando a capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de conservar os prazos de resgate originais de cada título.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambiental, social e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nessa processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por: Bruno Campos Garfunkel, Patrícia Maria Murateli Cardo, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Landreth Torres Faria Lopes.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e das áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Finanças e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir o engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo da dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com

grupos players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança. Como resultado, os dez temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade dos dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2022, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o planejamento estratégico e a alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social

- 1.1. Temas materiais associados:
 - Desenvolvimento das Comunidades Locais
 - Diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades
 - Engajamento e valorização das pessoas

2. Estratégia Climática e Circularidade

- 2.1. Temas materiais associados:
 - Descarbonização e emissões de GEE
 - Gestão de Resíduos

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

- 3.1. Temas materiais associados:
 - Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
 - Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto
 - Investimentos Sustentáveis

4. Engajamento da Cadeia de Valor

- 4.1. Temas materiais associados:
 - Comportamento ético, integridade e compliance
 - Gestão da cadeia de valor
 - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
 - Segurança e privacidade dos dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Índice Carbono Eficiente da B3

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICO2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Essa reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

Parceria Porto e WayCarbon

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho abrange: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto; 2) Desenvolver projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhadas com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir do patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrados em novembro de 2024. A despeito do otimismo de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória exigem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos. Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de Política Monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano.

Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encerra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem ampliação da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção do PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem e amplamente esperada.

Apesar disso, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda aguçada segue produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida e refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerramos o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação de curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2025.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detentor é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre em um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus.

Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer as autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023		Nota	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo	Explicativa			Passivo e patrimônio líquido	Explicativa		
Circulante		19.969.765	13.396.534	Circulante		12.938.844	12.129.542
Disponível		19.969.765	13.396.534	Contas a pagar		1.352.420	1.327.200
Caixa e bancos	7	95.613	59.484	Obrigações a pagar	18.1	542.750	562.803
Equivalentes de caixa	7	317.176	51.171	Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	543.363	443.404
Aplicações financeiras	8.1.1	726.157	2.519.269	Encargos trabalhistas		121.017	107.106
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.081.287	5.146.971	Empréstimos e financiamentos	19	99.777	158.711
Prêmios a receber	9.1	70.717.067	6.012.216	Impostos e contribuições		36.448	50.908
Operações com seguradoras		31.690	100.495	Outras contas a pagar		15.065	4.268
Operações com resseguradoras	5.1	32.330	34.160	Débitos das operações com seguros e resseguros	21	821.430	680.254
Outras operações com seguradoras		78.974	251.162	Prêmios a restituir		21.780	10.989
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	149.090	178.339	Operações com seguradoras		21.768	12.885
Títulos e créditos a receber	10	350.687	233.013	Operações com resseguradoras		90.843	83.819
Títulos e créditos a receber	10	71.604	81.021	Contratos de seguros e resseguro	21.1	631.185	530.014
Créditos tributários e previdenciários	11	98.328	43.458	Outros débitos operacionais		55.847	41.747
Outros créditos		160.675	108.534	Depósitos de terceiros	20	50.500	54.532
Outros valores e bens	12	103.913	179.891	Provisões técnicas - seguros	22	10.592.524	10.036.959
Bens à venda		3.016	80.092	Danos		9.882.344	9.239.359
Outros valores		100.897	99.790	Pessoas		423.278	426.107
Despesas antecipadas		32.816	119.132	Vida individual		366.902	370.903
Custos de aquisição de ativos	13	1.832.152	1.667.602	Outros débitos		13.970	30.597
Seguros		1.832.152	1.667.602	Débitos diversos	24	13.970	30.597
Não Circulante		11.676.180	9.778.895	Não Circulante		2.792.549	2.491.559
Realizável a longo prazo		6.972.912	5.138.302	Contas a pagar		507.538	434.672
Aplicações financeiras	8	3.072.860	2.537.059	Obrigações a pagar	18.1	146.727	122.735
Créditos das operações com seguros e resseguros		608.166	502.474	Empréstimos e financiamentos	11.1.3	299.818	301.409
Prêmios a receber	9.1	668.166	502.474	Provisões técnicas - seguros	22	1.194.581	1.022.036
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	14.834	12.557	Danos		1.068.716	888.515
Títulos e créditos a receber		1.989.850	1.702.771	Pessoas		90.551	100.996
Títulos e créditos a receber	10	185	6.070	Vida individual		35.314	32.525
Créditos tributários e previdenciários	11	867.331	710.554	Outros débitos		1.090.530	1.034.851
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.119.449	1.072.890	Provisões judiciais	23.1	976.112	928.403
Outros créditos		2.635	3.257	Valores diversos	24	114.316	106.440
Outros valores e bens	12	217.471	195.143	Patrimônio líquido		25.676.592	23.934.729
Despesas antecipadas		11.681		Capital social		3.634.799	2.210.885
Custos de aquisição de ativos	13	127.073	98.388	Aumento/redução de capital (em aprovação)		175.500	1.423.914
Seguros		127.073	98.388	Reservas de reatualização		(223)	1.650
Investimentos		2.826.529	2.860.059	Reservas de lucros		3.226.723	3.021.079
Participações societárias	15	2.826.529	2.860.059	Ajustes de avaliação patrimonial		(280.247)	(103.400)
Imobilizado	16	305.794	277.156	Total do passivo e patrimônio líquido		22.485.945	21.175.829
Imóveis de uso próprio		11.881	12.004				
Bens móveis		166.185	140.671				
Outras imobilizações		127.728	124.591				
Intangíveis	17	1.571.945	1.503.288				
Outros intangíveis		1.571.945	1.503.288				
Total do ativo		22.485.945	21.175.829				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios emitidos	26	16.948.941	15.828.220
Variações das provisões técnicas no prêmios	27	(690.278)	(859.444)
Prêmios ganhos	26	16.258.663	14.968.776
Sinistros ocorridos	28	(7.923.977)	(7.450.013)
Custos de aquisição	29	(3.787.225)	(3.304.487)
Outras receitas e despesas operacionais	30	(217.357)	(215.833)
Resultado com resseguro		(64.340)	(53.096)
Receitas com resseguro		70.515	114.411
Despesas com resseguro		(134.855)	(167.507)
Despesas administrativas	31	(2.037.060)	(1.912.310)
Despesas com tributos	32	(437.996)	(426.537)
Resultado financeiro	33	415.352	597.710
Resultado patrimonial		288.475	511.450
Resultado operacional		2.494.523	2.608.660
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(1.761)	(1.442)
Resultado antes dos impostos e participações		2.492.772	2.607.218
Impostos e participações	11.2	(287.259)	(305.093)
Imposto de renda		(164.300)	(179.467)
Contribuição social	11.2	(164.300)	(179.467)
Participações sobre o lucro		(474.276)	(410.986)
Resultado do exercício		1.566.917	1.711.672
Quantidade de ações		699.236	709.063
Resultado por ação básica e diluído	36	2.240,9	2.414,0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado do exercício	1.566.917	1.711.672
Outros resultados abrangentes	(178.847)	100.119
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(188.787)	101.613
Efeitos tributários	75.515	(40.645)
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas	(86.574)	83.962
Efeitos tributários - controladas	34.630	(33.585)
Ajustes acumulados de conversão/outras	(12.440)	(11.226)
Ganhos e perdas atuais	1.349	-
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.390.070	1.811.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua



DANIELE GOMES
Vice-Presidente
A-30141
081899



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Rel

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaiunases, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

FLS. 189

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

publica, a Companhia estabelece o valor justo por meio da técnica de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes, contrapartidas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
 - Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou nível metodológico para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
 - Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utilize pressupostos internos para a determinação de seu valor justo.
- O valor de mercado dos títulos públicos e embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ABFIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimento. As classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)
A análise de recuperação de ativos não há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificados na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo menos amortização) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e queda de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for constatado que não há evidência objetiva, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agregada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas ou decorrentes classificadas em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.2.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A carteira de títulos de balanço é avaliada se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos a depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação do "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam recursos de avaliação individuais separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são agrupadas e avaliadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.5 ATIVOS DE RESEGURO

Os ativos de resseguro são vistos à luz de reaseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliadas consistentemente com os casos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a reaseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Esta metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os reaseguradores.

3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, os quais não mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.7 DIREITOS À SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimento, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo é estimado a calculado através de técnicas estatísticas e atuárias, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Retenham-se aos imóveis que são locais de locação para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado à valor presente. Também são depreciados (quando existirem) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento de que outra forma não seriam sido incorridos.

3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação não diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custos com licitação de risco e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.10 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Custos subsequentes são incluídos somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 INTANGÍVEL

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "software" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências da geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios da transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a autoveículos e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contrato de Seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como Teste de Adequação de Passivos (TAP), avaliação do nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos, entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos que envolvam dos passivos ou benefícios aos segurados sejam impactados por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNIS e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuárias - NTAs e estão descritas resumidamente em Notas Técnicas.

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" da para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela dos sinistros, correspondente ao período de risco a decorrer até a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Sinistros Não Ganhos (PSNG) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se encerraram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a serem desembolsados por ocasião de recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquido de resseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Observados, mas não Substituídos Ativos (PSOA), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros observados refletem ao longo das pressões de análise até sua liquidação. A PSOA é calculada através de técnicas estatísticas e atuárias, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avaliados (PSNO) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avaliados a Companhia até a data-base de atualização e é calculada através de técnicas estatísticas e atuárias com base na aplicação de técnicas de "run-off" com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionais (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com a liquidação de sinistros e a liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus prazos de liquidação.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de

Grupo de Contratos	Automotivo	Riscos Financeiros
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.120.237	451.606
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	---	---

Grupo de Contratos	Automotivo	Riscos Financeiros
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.045.128	268.680
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	---	---

3.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que os serviços respectivos são prestados. Os benefícios de longo prazo, tais como planos de saúde, plano de saúde odontológico, plano de saúde odontológico, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e auxílio-escola, são reconhecidos ao longo da vida do empregado, com base no custo do benefício oferecido aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia mantém os planos administrados pela entidade Porto Seguro Previdência Complementar, sob o Plano de Aposentadoria por Invalidez (PAPI) e o Plano de Aposentadoria por Invalidez (PAPI) e o Plano de Aposentadoria por Invalidez (PAPI) e o Plano de Aposentadoria por Invalidez (PAPI).

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribua uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio da metodologia atuarial específica que leva em consideração as taxas de rotatividade no curso de vida e estabelecimento na matriz, são oferecidos ao serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios comissionários, como malha ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.15 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPOSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, elaborada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e da perspectiva do resultado econômico líquido de um desembolso futuro segundo os princípios do CPC 28 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas mensalmente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revisadas periodicamente.

As provisões, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registradas levando-se em consideração o conceito de "obrigação líquida" (certa e predeterminada), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade do êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados mensalmente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratarse de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido no balanço contábil. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Retenham-se aos passivos de arrendamento: são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando há emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorre primeiro, proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão do PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1a).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e em de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.17.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros são reconhecidos sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos de renda e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto por meio dos efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, nos casos em que os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de

caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, dezoitos dos custos de aquisição diferidos.

O teste consiste a princípio de simular sinistros decorrentes e a ocorrer, resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrentes, quando aplicáveis. Os fluxos são ajustados através de simulações realizadas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (veja nota explicativa nº 2.6). Neste contexto, as simulações e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos do ramo SUSEP, de acordo com o volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos sinistros. As estimativas não consideram pressupostos adicionais de tabuís biométricos.

Os fluxos de caixa são traçados a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETT), elaborada pela SUSEP de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa do sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 49,1% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 48,8%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PSNG e PSNO.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PSNG e PSNO.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Grupo de Contratos	Automotivo	Riscos Financeiros
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.120.237	451.606
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	---	---

Grupo de Contratos	Automotivo	Riscos Financeiros
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.045.128	268.680
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	---	---

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização de títulos tributários;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) da provisão para risco de crédito ("impairment");
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em julgamentos feitos e em outros fatores, incluindo expectativas sobre os eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes em relação à determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é a constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas no registro de estimativas dos passivos de seguros em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação interna e externa disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tendências de decisões da Administração e dos atuários para a definição de pressupostos atuariais e de maior experiência para a liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso no julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e de seguros de seguros de cobertura de vida, porém entre os mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento e definem diversos métodos e definem pressupostos que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de seguros. Neste nível é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contábeis estimados de ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de lucros e em outros fatores relevantes, fundamentadas em pressupostos internos e em cenários econômicos futuros que possam afetar, entre outros, o resultado.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhados, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

As definições de riscos como qualquer elemento de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles geradas, e sua elaboração dos trabalhos diferenciados. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto por meio dos efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, nos casos em que os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de

continua

DANIELE GOMES YOSHIDA
31041081
899

Análise de
DANIELE GOMES
YOSHIDA
31041081
899

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code anexo ou pelo site: <https://estadão.com.br/relaçõescominvestidores/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.464/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guianases, 1238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



CMG-ES

FLS. 185

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

A abordagem do Grupo Porto para se defender do potencial risco que determinam qual os procedimentos e controles adequados a cada situação é composta por três linhas:

- Unicidade operacional;
- Funções de controle;
- Auditoria interna;

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas da Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas do grupo de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as corações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam modificados. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito do Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 95,2% (86,2% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados. Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impairment".

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de contratação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e do comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurados da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) **Casos de resgate:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão do risco de resgate, a política específica que conta com limites de contratação fundamentados em "rating" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resgate ocorre em consideração às necessidades dos produtos quanto à cessão do risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's".

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Local	AA-	2.887	-
	AA	14.243	-
	BB+	5.366	-
	brAAA	2.470	-
Admístia	AA+	1.132	597
	AA	34	34
	AA-	3.635	8.132
	AA-	32.339	34.189

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que foram devidas, seja pela ausência de ativos ou pela impossibilidade de realização temporária dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de sua nível de liquidez em patamares adequados. Para isso, são definidos limites de caixa mínima, assim como, contrato de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa da cada negociação/empresa. Como forma de complementar tais limites, não realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa da empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e diretrizes estabelecidas em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fluxo de	Fluxo de	Fluxo de
ativos (i) passivos (ii)	ativos (i) passivos (ii)	ativos (i) passivos (ii)
Fluxo de 1 a 30 dias	820.174	1.071.151
Fluxo de 1 a 90 dias	9.068.114	680.592
Fluxo de 2 a 12 meses	3.947.444	3.641.515
Fluxo de 7 a 6 meses	1.487.799	2.342.857
Fluxo acima de 1 ano	5.472.851	1.431.025
Total	13.645.382	8.209.140

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da administração, expõem o risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros esperados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vendidos. Os ativos pós-fundados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradores.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos dos contratos de seguros e os óbitos de operações com seguros e resseguradores.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Viso o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Integração (IPCA/ICAPRA)	54,2%	51,5%
Previdência	34,5%	29,2%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	7,5%	15,0%
Ações	0,4%	1,2%
Outros	3,3%	3,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenário histórico e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros devedores pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade a "duration", utilizadas para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e características do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024.

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros prefixado	+50 b.p.	(138.243)
	+25 b.p.	(72.354)
	+10 b.p.	(59.718)
	-10 b.p.	29.718
	-25 b.p.	72.354
Índice de preço	+50 b.p.	138.243
	+25 b.p.	(365.858)
	+10 b.p.	(200.907)
	-10 b.p.	(85.492)
	-25 b.p.	200.907
Juros pós-fixados	+50 b.p.	1.686
	+25 b.p.	(2.107)
	+10 b.p.	(1.686)
	-10 b.p.	2.107
	-25 b.p.	1.686

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "atrasos" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que vista a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisoramento.

A subscrição emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é detalhado nas seguintes contas de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente o

(*) Não estão em valores de RVHs e resseguros aceitos/cobrados nos montantes líquidos de R\$ 39.198 (R\$ 147.788 em 31 de dezembro de 2023).

Bruto de Resseguro (*)

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Financeiros	% Demais	% Total
Sudeste	7.975.574	72,3%	2.117.444	77,4%	625.350	70,6%
Sul	1.363.134	12,4%	359.269	13,1%	135.359	15,3%
Nordeste	796.383	7,2%	117.958	4,3%	57.250	6,8%
Centro-Oeste	711.209	6,5%	107.432	3,9%	49.696	5,7%
Norte	177.828	1,6%	34.828	1,3%	19.315	2,1%
Total Geral	11.024.128	100,0%	2.736.955	100,0%	886.170	100,0%

Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Financeiros	% Demais	% Total
Sudeste	7.969.100	72,5%	2.096.728	77,5%	608.044	70,5%
Sul	1.351.790	12,3%	352.274	13,0%	132.568	15,2%
Nordeste	792.479	7,2%	118.205	4,3%	55.487	6,4%
Centro-Oeste	707.331	6,4%	105.781	3,9%	48.374	5,6%
Norte	176.805	1,6%	34.206	1,3%	17.787	2,1%
Total Geral	10.997.495	100,0%	2.705.194	100,0%	882.270	100,0%

Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Financeiros	% Demais	% Total
Centro-Oeste	685.384	6,5%	100.314	4,4%	48.091	5,5%
Nordeste	782.918	7,4%	104.422	4,8%	54.579	6,3%
Norte	174.321	1,6%	30.142	1,3%	18.357	2,1%
Sudeste	7.637.416	72,0%	1.739.384	76,0%	617.628	71,2%
Sul	1.328.909	12,5%	314.222	13,1%	129.152	15,1%
Total Geral	10.908.947	100,0%	2.246.484	100,0%	867.805	100,0%

Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	% Residencial	% Vida	% Financeiros	% Demais	% Total
Centro-Oeste	685.384	6,5%	99.209	4,4%	46.026	5,5%
Nordeste	782.918	7,4%	102.183	4,8%	52.043	6,0%
Norte	174.321	1,6%	29.421	1,3%	17.601	2,1%
Sudeste	7.637.416	72,0%	1.712.357	76,2%	594.087	71,1%
Sul	1.328.909	12,5%	305.442	13,6%	125.376	15,0%
Total Geral	10.908.947	100,0%	2.247.912	100,0%	835.183	100,0%

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através do contrato individualizado de venda de frota. Como medida de mitigação de risco, são utilizadas disposições restritivas e localizações em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(562.253)	(598.797)
Sinistros - aumento de 50,0%	(353.298)	(412.513)

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEIS) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residência, empresas, equipamentos, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança localista. As principais medidas de mitigação de risco incluem, além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	70.615	(92.074)
Sinistros - aumento de 50,0%	415.719	165.357

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de amesboração, em que o Grupo Porto é afetado e o cliente do Grupo Porto da cotatado e de catatados, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de subscrição e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentação específica para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos segurados para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuais	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.178	4.190
Sinistros - aumento de 50,0%	76.670	82.881

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou processos internos, de sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a danos em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por ações a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preço, cobertura de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de retenção:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos sinistros das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (teste não explicativo nº 3.13.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização em cada produto e procedimentos para a contratação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de aderência dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissa de sensibilidade, das expectativas de prêmio do risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e seu agrupamento de ramos.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é consistente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período analisado.
- Premissas atuais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no maior espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos por região e o pagamento baseado no prêmio emitido bruto e líquido do resseguro:

Dezembro de 2024

subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Dezembro de 2023

Yala	%	Financeiro	%	Demais	%	Total	%
3.350	70,6%	855.091	80,6%	1.017.256	79,8%	12.591.615	74,1%
3.359	18,3%	156.105	14,7%	147.102	11,0%	2.153.093	12,7%
2.250	6,5%	17.100	1,6%	47.045	3,7%	1.036.745	6,1%
8996	5,8%	31.394	3,0%	54.646	4,3%	954.579	5,6%
1.315	2,1%	1.364	0,1%	19.872	1,6%	252.207	1,5%
1.170	100,0%	1.061.963	100,0%	1.278.923	100,0%	16.988.139	100,0%

Dezembro de 2023

Riscos							
Vida	%	Financeiros	%	Demais	%	Total	%
1.044	70,5%	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
2.568	15,4%	155.593	14,7%	130.546	10,9%	2.122.761	12,6%
6.487	6,4%	16.962	1,6%	44.713	3,7%	1.025.896	6,1%
3.374	5,6%	31.276	3,0%	51.811	4,3%	944.573	5,6%
2.727	2,1%	1.308	0,1%	19.217	1,6%	249.333	1,5%
12.280	100,0%	1.058.940	100,0%	1.195.148	100,0%	16.819.405	100,0%

Dezembro de 2023

Riscos	% Financeiros	% Demais	% Total			
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%	948.859	79,4%	12.476.632	74,2%
Sul	150.546	14,7%	130.546	10,9%	2.107.561	12,6%
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Centro-Oeste	31.276	3,0%	51.811	4,3%	9	
Nordeste	16.962	1,6%	44.711	3,7%	1.025.691	6,1%
Sudeste	853.801	80,8%				

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP. 01205-001 - São Paulo - SP



FLS. 186

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes metodológicas, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNIS e SUSEP. Neste sentido, são avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	6.758.552	6.554.728
(+/-) Ajustes contábeis	(4.638.739)	(4.668.644)
Participações societárias	(2.576.083)	(2.605.564)
Despesas antecipadas	(104.497)	(110.132)
Créditos tributários que excedem 15% do CMR	(329.483)	(195.702)
Ativos intangíveis	(1.571.945)	(1.503.298)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(56.731)	(53.958)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(70.406)	(6.213)
Valor do mercado - ativos mantidos até o vencimento	(70.406)	(6.213)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(437.579)	(432.436)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(425.698)	(420.342)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(11.861)	(12.004)
PLA de nível 1	1.909.829	1.647.435
Superávit em provisões e fluxo realista de prêmios/recréditos, registradas	1.257.102	1.093.075
PLA de nível 2	1.297.102	1.093.075
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	425.698	420.342
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	11.861	12.004
PLA de nível 3	437.579	432.436
Excesso de Nível 2 (-)	(303.808)	(112.277)
Excesso de Nível 3 (-)	(11.861)	(12.004)
Excesso de níveis 2 e 3	(215.689)	(124.371)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	3.029.820	3.048.575
Capital base (II)	15.000	15.000
Capital de risco (I)	2.837.984	2.802.281
Capital de risco de subscrição	2.587.198	2.521.609
Capital de risco de mercado	209.226	244.873
Capital de risco de crédito	166.553	191.587
Capital de risco operacional	102.287	105.899
Banimento da conexão entre riscos	(227.270)	(261.695)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	2.837.984	2.802.281
Suficiência de capital	150.836	246.294

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	317.176	51.171
Depósitos bancários	56.613	59.498
	412.789	110.655

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.557	-	1.557	1.409	-	1.409
Outras	2.349	-	2.349	2.116	-	2.116
	3.906	-	3.906	3.525	-	3.525
Fundos exclusivos						
LFTs	357.395	-	357.395	739.967	-	739.967
Cotas de fundos de investimentos	212.171	-	212.171	196.851	-	196.851
LTNs	77.589	-	77.589	1.022.725	-	1.022.725
Ações de companhias abertas	23.522	-	23.522	63.040	-	63.040
Letras Financeiras - privadas	-	5.329	5.329	-	214.729	214.729
NTNs - B	-	-	-	3.265	-	3.265
Outras	-	48.594	48.594	-	287.283	287.283
Total	670.677	50.929	721.606	2.015.486	592.012	2.607.498
Total	674.563	53.929	728.492	2.019.373	592.012	2.611.385
Circulante						
Não circulante	-	-	2.349	-	-	2.116
% das aplicações classificadas nesta categoria:			15%			49%
Total das aplicações			4.699.017			5.056.328

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

(VJORA)		Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Carteira própria (*)		Nível 1	Nível 1
NTNs - B		1.075.218	1.746.737
Total		1.075.218	1.746.737
Não circulante		1.075.218	1.746.737
% das aplicações classificadas nesta categoria:		23%	39%
Total das aplicações		4.699.017	5.061.424

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.098 (mil e 98 centavos) em 31 de dezembro de 2023.

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.431.698 (R\$ 1.333.629 em 31 de dezembro de 2023).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos	1.460.687	786.206
NTNs - B	-	-
LTNs	-	-
Total	1.460.687	786.206
Não circulante	-	-
% das aplicações classificadas nesta categoria:	62%	16%
Total das aplicações	4.699.017	5.056.328

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 2.776.526 (R\$ 777.650 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	5.107.499	4.277.466
Aplicações	5.042.844	4.783.111
Resgates	(5.327.264)	(4.623.756)
Rendimentos	281.901	569.045
Ajuste a valor de mercado	(188.767)	101.619
Saldo final	5.016.183	5.107.499

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio dos outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração os prazos de vencimento de suas liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*)	14.780.276	13.160.644
Passivo circulante	12.936.844	12.120.542
Índice de liquidez corrente	1,14	1,09

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocado em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios a receber de segurados	4.505.880	4.505.880
Autôvel	2.503.775	2.503.775
Riscos financeiros	1.258.776	1.258.776
Patrimonial	1.144.444	1.144.444
Pessoas	635.699	635.699
Transportes	44.086	44.086
Responsabilidade	41.669	41.669
Animal/real	17.471	17.471
Redução ao valor recuperável	(22.894)	(22.894)
Saldo final	4.482.986	4.482.986

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios a receber de segurados	4.505.880	4.505.880
A vencer	1.435.620	1.435.620
Vencidos até 30 dias	135.254	135.254
Vencidos 31 a 60 dias	22.460	22.460
Vencidos 61 a 90 dias	10.404	10.404
Vencidos 91 a 120 dias	5.470	5.470
Vencidos 121 a 180 dias	5.109	5.109
Vencidos 181 a 365 dias	3.356	3.356
Vencidos acima de 365 dias	13.486	13.486
Redução ao valor recuperável	(22.894)	(22.894)
Saldo final	4.482.986	4.482.986

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	6.514.890	6.514.890
(+) Prêmios emitidos	18.931.162	17.374.536
(-) Vencimentos	(11.435.751)	(11.435.751)
(-) Adicional de fracionamento	114.633	83.721
(-) Prêmios cancelados	(1.852.560)	(1.537.058)
R/Recuperações	(17.142.343)	(15.792.433)
(Constituição)/reversão de provisões para perdas	4.366	(13.917)
Saldo final	7.625.233	6.514.890

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	(27.360)	(27.360)
Provisões constituídas	(22.953)	(22.953)
Provisões revertidas	12.661	12.661
Reversão de provisões para perdas	1.267	1.267
Saldo final	(22.994)	(27.360)

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Produto	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Autôvel	6 a 11	51,0%
	12	15,5%
	13 a 5	27,0%
Ramos Elementares	6 a 11	33,5%
	12	30,5%
	13 a 5	27,0%
Vida	6 a 11	11,1%
	12	41,2%

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Contas a receber - diversas	31.460	50.688
Direito a ressarcimento (i)	37.436	35.622
Dividendos e JCP	2.664	2.664
Outros	289	581
Total	71.849	89.555
Circulante	71.849	89.555
Não circulante	-	-
(i) Vide nota explicativa nº 10.1.		

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro-fiança:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Expectativa de realização	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
1º mês	3.668	56,1%
2º mês	2.581	13,7%
3º mês	2.107	7,3%
4º mês	1.846	4,1%
5º mês	1.652	2,4%
6º mês	1.562	1,5%
7º mês	1.528	1,1%
8º mês	1.453	0,7%
9º mês	1.408	0,6%
10º mês	1.342	0,6%
11º mês	1.337	0,6%
12º mês	1.258	0,6%
13º ao 24º mês	6.290	0,6%
25º ao 30º mês	4.501	2,6%
Após o 30º mês	2.909	2,3%
Total	37.436	99,99%
Circulante	37.436	99,99%
Não circulante	-	-

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	1.614	1.614
Constituições	1.614	1.614
Reversões	-	-
Saldo final	3.228	3.228

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	867.331	710.555
IRPJ	23.342	23.342
CSLL	16.730	5.888
PIS e COFINS	22.293	221
INSS	13.924	13.924
Outros	965.659	754.012
Total	965.659	754.012
Circulante	965.659	754.012
Não circulante	-	-
(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.		

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas da seguinte forma:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxas de juros % (a.a.)	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63
Fundos exclusivos	14,04	10,99
LTNs	5,74	4,45
NTNs - IPCA	0,09	0,14
LFTs (SEUC + Água/Deságio)	-	-
Carteira própria	4,07	3,79
NTNs - IPCA	-	-

(*) Vide nota explicativa nº 7.

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios a receber de segurados	4.505.880	4.505.880
Autôvel	2.503.775	2.503.775
Riscos financeiros	1.258.776	1.258.776
Patrimonial	1.144.444	1.144.444
Pessoas	635.699	635.699
Transportes	44.086	44.086
Responsabilidade	41.669	41.669
Animal/real	17.471	17.471
Redução ao valor recuperável	(22.894)	(22.894)
Saldo final	4.482.986	4.482.986

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

7.445.474	6.188.274	(1.223)	6.187.051
133.804	187.346	(633)	186.713
21.441	29.638	(1.370)	28.268
9.284	28.698	(1.745)	26.953
4.626	12.346	(2.365)	9.961
3.380	36.624	(5.933)	30.691
1.330	21.785	(9.579)	12.206
5.694	37.339	(4.492)	32.847
7.625.233	6.542.050	(27.360)	6.514.690

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01198164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaiunases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



CMG-ES
187

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Expectativa de 2024	Expectativa de 2023
	de realização	de realização
1º mês	27.136	13.7%
2º mês	14.559	42,3%
3º mês	9.065	19,4%
4º mês	6.947	7,1%
5º mês	5.735	3,4%
6º mês	4.764	2,6%
7º mês	3.983	1,5%
8º mês	3.519	1,1%
9º mês	3.091	1,0%
10º mês	2.711	0,8%
11º mês	2.486	0,5%
12º mês	2.353	0,5%
13º ao 18º mês	6.694	0,4%
19º ao 24º mês	5.655	1,9%
25º ao 30º mês	2.776	1,2%
Após o 30º mês	611	2,6%
Total	104.981	102.380
Circulante	86.333	88.242
Não circulante	18.648	14.138

12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Saldo inicial	102.380	98.155
Constituições	6.317	4.225
Reversões	(3.716)	(3.716)
Saldo final	104.981	102.380

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Taxas de depreciação	5,0 a 33,0	5,0 a 33,0
Depreciação acumulada	158.976	160.005
Valor líquido	81.990	64.507
De dezembro de 2024		
Taxas de depreciação	5,0 a 33,0	5,0 a 33,0
Depreciação acumulada	158.976	160.005
Valor líquido	81.990	64.507

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Resultado líquido de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Porto Vida	348.450	(15.099)	333.351
Azul Seguros	1.256.564	287.629	1.544.193
Porto Capitalização	172.469	36.565	209.034
Itaú Auto e Residência	99.541	12.002	111.543
Combinação de negócios (i)	983.035		983.035
Total	2.860.059	301.098	3.161.157

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando a unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como do acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos desta operação do Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A. Decorrente da reorganização societária em 2023, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

(ii) Referem-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, em conformidade com a Circular SUSEP nº 678/2022, adotada a partir de janeiro de 2024 conforme indicado na nota explicativa nº 2.6.

15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO AGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS DEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluídas em ativos intangíveis onerosos unidades geradoras de caixa. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para fruir esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrair o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos. Os fluxos de caixa derivam de projeções operacionais mais recentes aprovadas pela Administração e elaboradas para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas de mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

16. IMOBILIZADO

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Taxas de depreciação	2,4	10,625
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	203.715
Terenos	1.682	1.682
Informática	20,0 a 33,3	607.923
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	62.506
Restabelecimento	100,0	3.249
Equipamentos	10 a 14,3	31.638
Veículos	20 a 25,0	8.255
Total	929.593	823.799

(*) Para este item foi utilizado taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Adições	Transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações	10.412	—	(212)	10.200
Benefícios em imóveis de terceiros	124.691	15.947	(2.66)	142.072
Terenos	1.682	—	—	1.682
Informática	137.383	81.196	(291)	218.288
Móveis, máquinas e utensílios	—	—	(13)	—
Restabelecimento	2.061	2.727	(1.749)	3.039
Equipamentos	—	—	(7)	—
Veículos	937	—	(269)	668
Total	277.156	99.870	(778)	376.248

17. INTANGÍVEL

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Taxas de amortização	6,67 a 25,0	2.505.869
Outros intangíveis	25,0	54.755
Total	2.560.624	2.560.624

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Adições	Transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
"Software"	1.490.300	227.081	(1.827)	1.696.554
Outros intangíveis	12.988	—	—	12.988
Total	1.503.288	227.081	(1.827)	1.738.542

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Direito de uso	95.408	3.698	(116.516)	81.990

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Automóvel	1.143.599	1.052.674
Patrimonial	386.534	343.314
Riscos financeiros	236.293	190.587
Pessoas	158.697	157.314
Outros	24.102	21.931
Total	1.959.225	1.765.990
Circulante	1.832.152	1.667.602
Não circulante	127.073	98.388

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2024, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Saldo inicial	1.765.990	1.517.107
Constituição	3.404.419	3.065.532
Apropriação para despesa	(3.211.194)	(2.816.739)
Saldo final	1.959.225	1.765.990

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
PIS (*)	610.906	584.962
Processos judiciais com acesso ao REJIS (*)	424.208	407.524
Sinistros	23.591	20.126
INSS	2.368	2.221
Outros	58.376	58.057
Total	1.119.449	1.072.890

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

15.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Taxa de crescimento na taxa de desconto	12,67%	5,60%
Taxa de crescimento na taxa de desconto	13,23%	3,51%
UGCs		
Itaú Auto e Residência	6.234.044	5.838.360
Azul Seguros (i)	4.395.576	3.277.742
Porto Capitalização	2.160.999	1.891.711
Itaú Auto e Residência (i)	254.259	181.931
Residência (i)	13.044.878	11.189.784
Patrimonial	6.201.446	301.098
Total	26.052.676	22.379.528

(i) Para 2023 os saldos da Azul Seguros e Itaú Auto e Residência estão demonstrados a partir de maio de 2023, data em que passaram a ser controladas pela Porto Cia.

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Fornecedores	250.714	327.353
Participação nos lucros a pagar (i)	508.954	206.463
Provisão de benefícios a empregados	100.328	90.578
IOF a recolher	39.801	32.157
Honorários a pagar	2.522	2.658
Outros	61.448	685.538
Circulante	542.766	562.803
Não circulante	140.737	122.735

(i) Os pagamentos são efetuados em fevereiro e abril.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
IOF	432.796	362.106
INSS e FGTS	63.579	32.683
IRRF	44.628	35.924
ISS	6.845	7.055
Outros	5.531	5.636
Total	543.369	443.404

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a empréstimos contratuados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Empréstimos bancários (i)	183.173	155.290
Arrendamentos (ii)	3.497	13.949
Circulante	186.670	169.239
Não circulante	99.777	158.711

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

(ii) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/PCP 06 (R2) - Arrendamentos.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	Valor Principal	Instituição	Vencimento	Remuneração (a.a.)	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
120.000	ITAU	2024	2027	1,37% CDI (*)	128.895	114.453
9.100	BRASECO	2022	2036	100% CDI + 1,90%	11.994	10.610
9.000	BRASECO	2022	2036	100% CDI + 1,24%	11.869	10.462
6.135	BRASECO	2022	2036	100% CDI + 2,24%	10.785	9.507
7.537	BRASECO	2021	2034	100% CDI + 2,10%	10.253	—
Total					163.473	155.290

(*) A Companhia reconstruiu o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratada anterior que era de 2,4% do CDI.

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.949	155.290	169.239
Aquisição/constituição	—	120.000	120.000
Atualização monetária	1.335	19.322	20.657
Liquidação/reversão	(11.787)	(131.139)	(142.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.497	163.473	166.970

20. DEPOSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Vencidos de 1 a 30 dias	62.509	61.532
Vencidos de 31 a 60 dias	50.500	50.500
Outros depósitos	50.500	50.500
Total	163.509	162.532

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos. A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada a seguir:

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Contratos de seguros e resseguros	431.162	530.814
Operações com resseguradoras	189.754	83.819
Operações com seguradoras	21.768	12.885
Prêmios a restituir	21.760	10.939
Outros débitos operacionais	55.847	41.747
Total	620.251	680.205

21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
A vencer	614.884	556.551
Vencidos até 30 dias	11.162	15.201
Vencidos 31 a 60 dias	1.855	2.405
Vencidos 61 a 120 dias	1.200	3.350
Vencidos acima de 120 dias	631.192	530.814

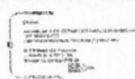
22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Bruto de Líquido de resseguro	9.668.837	170.189
Bruto de Líquido de resseguro	15.528.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(158.565)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	384.483	348.532
Demaís provisões	141.656	122.600
Total	11.887.105	11.058.995
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.058.995	11.058.995
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	16.948.041	141.024
Diferimento pelo risco decorrido	(16.258.683)	(134.615)
Avio de sinistros	8.260.740	73.172
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.260.740)	(111.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.887.105	164.824

22.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGUROS

	De dezembro de 2024	De dezembro de 2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.668.837	170.189
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.528.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(158.565)
Avio de sinistros	7.261.639	98.350
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.583.783)	(39.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.058.995	11.058.995
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	16.948.041	141.024
Diferimento pelo risco decorrido	(16.258.683)	(134.615)
Avio de sinistros	8.260.740	73.172
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.260.740)	(111.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.887.105	164.824

continua



DANELE GOMES
YOSHIDA30
141081899



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no CR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.com.br/publicacoes/>

Handwritten signature and initials.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guianases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados a SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A).....	11.887.105	11.058.995
Direitos creditórios (i).....	6.465.803	5.456.087
Quotas de aquisição de direitos pagos.....	1.426.852	1.270.572
Operações com resseguradoras.....	131.072	136.750
Depósitos judiciais de PSL.....	7.996	3.853
Fundada e reservas retidos pelo IFRB.....	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B).....	8.032.674	8.869.413
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (C = A - B).....	3.854.431	2.189.582
Total de ativos oferecidos em garantia (D).....	1.076.216	1.746.737
Excedente (D - C).....	3.585.527	3.254.785
Excedente (D - C).....	4.881.745	5.801.525
Excedente (D - C).....	807.314	811.943

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tabelas de desenvolvimento de sinistros, a demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas redutoras de sinistros e ressegamento, contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Administrativo - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.226	3.450	4.000	4.164	4.853	4.005	5.116	6.794	8.441	8.123
Dois anos mais tarde	3.280	3.490	4.057	4.211	4.732	4.139	5.285	7.076	8.789	
Três anos mais tarde	3.296	3.499	4.063	4.227	4.750	4.154	5.309	7.130		
Quatro anos mais tarde	3.297	3.501	4.068	4.232	4.754	4.174	5.325			
Cinco anos mais tarde	3.298	3.503	4.068	4.234	4.755	4.182				
Seis anos mais tarde	3.301	3.504	4.069	4.235	4.759					
Sete anos mais tarde	3.301	3.505	4.069	4.244						
Oito anos mais tarde	3.301	3.504	4.063							
Novo anos mais tarde	3.301	3.505								
Dez anos mais tarde	3.301									
Movimentações	3.301	3.505	4.063	4.244	4.739	4.182	5.325	7.130	8.789	8.123
Total	3.301	3.505	4.063	4.244	4.739	4.182	5.325	7.130	8.789	8.123

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Administrativo - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.878	3.105	3.529	3.694	4.161	3.490	4.388	5.567	6.445	6.569
Dois anos mais tarde	2.892	3.180	3.601	3.766	4.238	3.521	4.418	5.581	6.464	
Três anos mais tarde	3.003	3.504	4.054	4.226	4.751	4.179	5.293	7.077		
Quatro anos mais tarde	3.307	3.506	4.060	4.232	4.757	4.185	5.303			
Cinco anos mais tarde	3.308	3.508	4.063	4.233	4.760	4.175				
Seis anos mais tarde	3.314	3.510	4.065	4.234	4.795					
Sete anos mais tarde	3.315	3.510	4.065	4.235						
Oito anos mais tarde	3.315	3.512	4.066							
Novo anos mais tarde	3.315	3.505								
Dez anos mais tarde	3.301									
Pagamentos	3.301	3.505	4.060	4.235	4.735	4.175	5.303	7.077	8.789	8.123
Passivo em 31 de dezembro de 2024										
PSL anos anteriores										
Provisão de sinistros										
Total	3.301	3.505	4.060	4.235	4.735	4.175	5.303	7.077	8.789	8.123

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	30	30	32	35	38	48	76	65	59	177
Dois anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Três anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Quatro anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Cinco anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Seis anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Sete anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Oito anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Novo anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Dez anos mais tarde	30	30	32	35	38	48	76	65	59	
Movimentações	30	30	32	35	38	48	76	65	59	177
Total	30	30	32	35	38	48	76	65	59	177

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Judicial - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16
Dois anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Três anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Quatro anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Cinco anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Seis anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Sete anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Oito anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Novo anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Dez anos mais tarde	8	15	12	16	17	20	30	18	14	
Pagamentos	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16
Passivo em 31 de dezembro de 2024										
PSL anos anteriores										
Provisão de sinistros										
Total	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Administrativo - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.136	3.383	3.966	4.143	4.853	4.005	5.117	6.794	8.441	8.123
Dois anos mais tarde	3.202	3.429	4.011	4.209	4.730	4.139	5.285	7.076	8.789	
Três anos mais tarde	3.207	3.436	4.018	4.225	4.749	4.154	5.309	7.130		
Quatro anos mais tarde	3.209	3.440	4.022	4.230	4.752	4.174	5.323			
Cinco anos mais tarde	3.210	3.441	4.010	4.232	4.753	4.181				
Seis anos mais tarde	3.211	3.442	4.011	4.233	4.757					
Sete anos mais tarde	3.211	3.443	4.012	4.234						
Oito anos mais tarde	3.211	3.443	4.015							
Novo anos mais tarde	3.211	3.444								
Dez anos mais tarde	3.212									
Movimentações	3.212	3.444	4.015	4.241	4.737	4.181	5.323	7.127	8.783	8.086
Total	3.212	3.444	4.015	4.241	4.737	4.181	5.323	7.127	8.783	8.086

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Administrativo - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.861	3.071	3.520	3.681	4.148	3.476	4.357	5.551	6.433	6.580
Dois anos mais tarde	2.875	3.085	3.534	3.695	4.162	3.490	4.388	5.567	6.445	
Três anos mais tarde	3.254	3.445	3.992	4.175	4.690	4.075	5.208	6.900	8.601	
Quatro anos mais tarde	3.266	3.456	4.005	4.190	4.709	4.089	5.216	7.080		
Cinco anos mais tarde	3.269	3.458	4.011	4.185	4.715	4.094	5.303			
Seis anos mais tarde	3.271	3.460	4.013	4.186	4.717	4.175				
Sete anos mais tarde	3.272	3.461	4.014	4.187	4.733					
Oito anos mais tarde	3.272	3.461	4.015							
Novo anos mais tarde	3.272	3.464	4.012							
Dez anos mais tarde	3.278	3.442								
Pagamentos	3.211	3.448	4.012	4.233	4.733	4.175	5.303	7.080	8.691	8.086
Passivo em 31 de dezembro de 2024										
PSL anos anteriores										
Provisão de sinistros										
Total	3.211	3.448	4.012	4.233	4.733	4.175	5.303	7.080	8.691	8.086

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Dois anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Três anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Quatro anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Cinco anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Seis anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Sete anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Oito anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Novo anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Dez anos mais tarde	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Movimentações	26	41	61	65	66	89	117	99	146	
Total	26	41	61	65	66	89	117	99	146	

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Bruto de resseguro											
Judicial - pagos											
Montante de sinistros pagos até a data-base	27	24	29	33	35	37	51	38	49	25	
Dois anos mais tarde	38	15	11	16	17	20	30	18	14	25	
Três anos mais tarde	27	24	29	33	35	37	51	38	49	-	
Quatro anos mais tarde	34	38	41	49	45	46	66	64	-	-	
Cinco anos mais tarde	42	47	53	58	54	57	90	-	-	-	
Seis anos mais tarde	49	54	61	71	65	71	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde	57	59	64	75	70	-	-	-	-	-	
Oito anos mais tarde	67	65	65	81	-	-	-	-	-	-	
Novo anos mais tarde	63	65	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos mais tarde	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos	58	95	85	81	79	71	90	84	49	25	Total
Passivo em 31 de dezembro de 2024	12	12	20	21	36	40	46	63	96	151	647
PSI, anos anteriores											90

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.464/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(g) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R\$ 520.523 (R\$ 442.177 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinada a reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, desde que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R\$ 2.551.363 (R\$ 2.441.364 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2017 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, a Companhia deve aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juro sobre capital próprio - JCP (liquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2024, a Administração da Companhia aprovou nas Reuniões de Diretoria as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros, todos os valores foram pagos na data de sua aprovação.

Para o resultado de 2024 também foram aprovados e pagos dividendos e JCP, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (reserva de lucros)	Valor Aprovado de 2024	Valor Aprovado de 2023
30 de janeiro de 2024	122.000	122.000
29 de fevereiro de 2024	240.000	240.000
28 de março de 2024	120.000	120.000
28 de maio de 2024	50.000	50.000
28 de junho de 2024	150.000	150.000
30 de julho de 2024	120.000	120.000
29 de agosto de 2024	120.000	120.000
Total	822.000	822.000
JCP (destinação lucro 2024)	Valor Aprovado de 2024	Valor Aprovado de 2023
28 de março de 2024	63.431	63.431
28 de junho de 2024	63.138	63.138
27 de setembro de 2024	151.470	151.470
28 de dezembro de 2024	112.556	112.556
Total	390.605	390.605
Dividendos (destinação lucro 2024)	Valor Aprovado de 2024	Valor Aprovado de 2023
29 de agosto de 2024	100.000	100.000

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

Resultado do exercício	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
(-) Reserva legal - 5%	(78.346)	(30.583)
Realização da reserva de reavaliação	2.963	28.141
Resultado básico para determinação do dividendo	1.491.534	1.709.230
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	372.884	427.306
JCP distribuído - líquido (*) (a)	590.605	311.908
Dividendos complementares (b)	100.000	292.000
Total de dividendos e JCP (a + b)	963.489	1.031.214
Quantidade de ações	6.7016	6.8517
Valor por ação (R\$)	143,76	150,36

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquidos de imposto (15% do IR).

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral ordinária em 31 de março de 2022, que estabelece as normas aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, entre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstas no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho da Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a período de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) anos contados da transferência das ações; e (3) Plano de Ações, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) anos contados da transferência das ações.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, entre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, direta ou indireta, entre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme estatuto do Plano, a entrega pela administração geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações foram atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	139.905	87.325
Diferencial do exercício	133.270	125.678
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(13.271)	(13.271)
Saldo final	159.904	199.732
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	30,90	28,92

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	4.314	2.095
Diferencial do exercício	3.682	4.380
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(14.007)	(2.971)
Saldo final	3.989	3.504

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSAMENTAMENTO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios emitidos	7.351.860	7.357.790
Resq. civil facultativa veículos	2.093.540	2.050.990
Demaia - automóvel	1.547.080	1.369.524
Compreensivo empresarial	1.089.628	1.021.211
Vida individual e grupo	788.512	783.652
Finança localidade	1.017.521	808.007
Demaia - vida	637.744	631.920
Compreensivo residencial	1.180.780	1.036.723
Demaia - patrimonial	438.920	426.198
Demaia - transportes	263.117	263.192
Demaia - rural	67.296	63.361
Demaia - ramais	16.948.041	16.258.683

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios ganhos	7.504.370	7.377.536
Resq. civil facultativa veículos	1.997.561	1.854.913
Demaia - automóvel	1.250.660	1.132.990
Compreensivo empresarial	968.933	866.355
Vida individual e grupo	775.043	727.170
Finança localidade	777.112	677.942
Demaia - vida	604.756	602.466
Compreensivo residencial	539.963	531.500
Demaia - patrimonial	402.424	377.350
Demaia - transportes	207.273	247.703
Demaia - rural	64.209	60.535
Demaia - ramais	15.828.220	14.688.776

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Bruto de Liquido de resseguro	734.719	728.423
Provisão de prêmios não ganhos	(734.719)	(728.423)
Provisão de riscos não expostos	(8.034)	(8.034)
Outras provisões	53.071	53.071
Total	(690.272)	(663.386)

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Sinistros avisados - administrativo	(6.893.931)	(6.539.368)
Porto Seguro	(1.506.033)	(1.332.272)
Assistência	(1.409.648)	(96.277)
Salvacos	791.921	638.290
Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	287.004	280.276
Outras despesas com sinistros (i)	(46.037)	(54.795)
Total	(7.923.677)	(7.450.919)

(i) Inclui despesas com regulamentação de sinistro (despesas-chave, vistoria, serviços de terceiros, etc.).

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Comissões sobre prêmios recebidos	(3.641.678)	(3.442.858)
Outras despesas de comercialização (*)	(140.296)	(110.412)
Variação das despesas de comercialização diferidas	194.948	248.793
Total	(3.587.026)	(3.304.477)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1).

(*) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pré-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cobrança	(69.370)	(72.465)
Encargos sociais	(33.076)	(31.123)
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.544)	(12.871)
Benefícios concedidos a segurados	(18.129)	(18.613)
Assistência	(140.296)	(140.296)
Dispositivo anti-furto	(10.936)	(13.347)
Provisões oíveis	(15.191)	(20.366)
Honorários advocatícios	(9.405)	(7.224)
Outras	(11.774)	(25.222)
Total	(217.357)	(215.833)

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.649.797)	(1.603.378)
Serviços de terceiros	(975.634)	(847.213)
Localização e funcionamento	(116.569)	(368.975)
Publicidade	(133.403)	(121.344)
Dotações e contribuições	(37.090)	(32.389)
Despesas recuperadas	1.177.738	915.002
Outras	(3.005)	(60.513)
Total	(2.007.999)	(1.919.319)

Contempla rateio e repasse de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento das despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 35.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(260.516)	(354.639)
PIS	(58.564)	(57.630)
Outras	(18.998)	(14.208)
Total	(437.998)	(426.537)

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juro de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	308.065	429.213
Juro de instrumentos financeiro - demais categorias	129.955	165.765
Operações de câmbio	114.833	83.721
Variações monetárias dos depósitos jurídicos	48.612	87.420
Outras	34.429	87.819
Total de receitas financeiras	635.874	783.938
Variação de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(69.412)	(48.112)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(51.703)	(25.933)
Operações de seguro	(63.565)	(31.734)
Despesas com empréstimos bancários	(22.647)	(22.293)
Juros de empréstimo	(15.271)	(19.466)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(4.416)	(4.416)
Total de despesas financeiras	(268.222)	(269.691)
Resultado financeiro	367.652	514.247

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Demonstradas controladas do Grupo Porto participam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição

variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem as ordens da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar com fins lucrativos. Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de seus patrocinadores e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• **Plano PORTOPREV (CV)**, que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulatória, pela PREVIC - Superintendência Nacional da Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

• **PORTOPREV II (CD)**, que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram no Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, o qual foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante. Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 4.844 participantes. As despesas administrativas utilizadas são reduzidas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	90.578	71.178
Custo dos benefícios	5.109	3.834
Custo de juro	9.483	8.632
Benefícios pagos	(14.700)	(12.837)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(2.050)	(20.732)
Outros	(12.514)	(861)
Saldo final do passivo	100.928	90.578

As premissas atuariais utilizadas são reduzidas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,50%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,92%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos do FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura fiscal e de pessoal para as empresas do Grupo Porto;

(ii) Prestação de serviços de seguro e plano de saúde controlados da Porto Saúde;

(iii) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito e arranjo de pagamento pela Portoseg;

(v) Prestação de serviços de "call center" controlados da Porto Atendimento;

(vi) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(vii) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobtech; e

(viii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo	1.716.808	1.501.464
Portoseg (i)	36.831	38.936
Porto Saúde	15.309	13.463
Porto Control	10.234	9.094
Porto Atendimento	7.234	5.666
CDF S.A.	6.697	-
Porto Visa e Previdência	2.267	1.596
Itai Auto e Residência	2.079	3.611
Porto Capitalização	1.751	1.281
Porto Assistência (ii)	-	6.507
Demais	6.736	6.064
Total	1.808.096	1.587.082

De dezembro de 2024 a dezembro de 2023

Porto Seguro S.A.

994 2.048

994 2.048

(i) O ativo nesta conta no montante de prêmios a receber.

(ii) A Porto Assistência foi incorporada pela CDF S.A. em fevereiro de 2024.

(i) A Porto Assistência foi incorporada pela CDF S.A. em fevereiro de 2024.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas	348.993	319.062	348.993	319.062
Portoseg	239.823	235.097	239.823	235.097
Porto Saúde	171.518	142.691	171.518	142.691
Porto Control	120.331	86.422	120.331	86.422
CDF S.A.	86.473	-	86.473	-
Porto Atendimento	64.572	71.253	64.572	71

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/ME nº 01198164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guianases, 1238 - Campos Eliseos - CEP. 01205-001 - São Paulo - SP



FLS. 190

continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA

Diretor Presidente

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Cliente e Dados

RAFAEL VENEZIANI KOZMA

Diretor de Controladoria

MARCOS ROGERIO SIRELLI

Diretor de Tecnologia da Informação

IZAK RAFAEL BENADERET

Diretor

PAULO SÉRGIO KAKINOFF

CEO Seguros

MARCOS ROBERTO LOUÇAO

Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES

Diretora Jurídica e Riscos

CARLOS EDUARDO NAOBELI GONDIM

Diretor de Produto - Seguros de Pescas

LUIZ VICENTE GUARANHIA LAPENTA

Diretor

PATRICIA CHACON JIMENEZ

COO (Chief Operating Officer) - Seguros

LENE ARAÚJO DE LIMA

Diretor Vice-Presidente

PATRICIA QUIRICO COIMBRA

Diretor de Gente e Cultura

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA

Diretor

CELSO DAMADI

Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JAIOME SOARES BATISTA

Diretor Produto Automotivo

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA

Diretor

NELSON SANTOS AGUIAR

Diretor

TIAGO VIOLIN

Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 15P 255783/0-1

BRÁULIO FELICISSIMO DE MELO - Atuarial - MBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ass Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 22, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.887.105 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões e requeremos julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, atualizações esperadas, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco de sinistros judiciais, risco assumido e vigência de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realizou o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis omissões nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuro, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos de direito, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de elaboração do teste. O TAP também considera premissas de atualizações calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não ocorridas e ao teste de adequação de passivo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivo; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes selecionando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto à sua existência, contribuições, resgates, portabilidade, concessão e pagamento de benefícios e adequação registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição do abastecimento pretendido necessário, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade dos controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam as principais operações de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, no fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser omissões de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, em termos de não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das

demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos formamos a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de riscos; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma ponderação a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos os níveis de materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso da base contábil de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações. As demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos, aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que o(s) item(s) regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP/34519/C

Patrícia da Silva Paz

Contadora - CRC-SP/19882/C

EY Shape the future with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ass Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

CNPJ: 01.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores relativos da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens atuariais definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens atuariais relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais

requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens atuariais estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade é expressar opinião sobre se os demonstrativos da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativas e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade dos requerimentos do capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como os requisitos regulatórios ao capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do(a) auditor(a) na avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o(a) auditor(a) considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação

econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação dos riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que envolvem de base para aplicação dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o extrato auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S, CBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Fernanda Gama

Atuarial - MBA 947

EY Shape the future with confidence

DANIELE GOMES YOSHIDA-3
01108189

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e se publicada na página da Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code anexo ou pelo site: <https://estadão.ri.com.br/publicacoes/>



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS



QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balção encerrado em 31 de dezembro 2024

(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*).....	10.809.765
Realizável a Longo Prazo – R L P.....	6.972.912
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	4.703.268
Ativo Total – AT.....	22.485.945

Passivo

Passivo Circulante – P C.....	12.936.844
Passivo Não Circulante – P N C.....	2.792.549
Patrimônio Líquido – P L.....	6.756.552
Passivo Total – PT.....	22.485.945

Indicador de Análise Econômico-Financeiro**Índice de Liquidez Geral (ILG):**

$$\frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \frac{17.782.677}{15.729.393} = 1,13$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{AT}{PC + PNC} = \frac{22.485.945}{15.729.393} = 1,43$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{AC}{PC} = \frac{14.780.276}{12.936.844} = 1,14$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{PC + PNC}{AT} = \frac{15.729.393}{22.485.945} = 0,70$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{PL}{PC + PNC} = \frac{6.756.552}{15.729.393} = 0,43$$

Nota explicativa:

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2024, (vide nota explicativa nº. 8.4), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2024



Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 3.970.511 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES
YOSHIDA:

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.188.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Em 02 de janeiro de 2026, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guanabara, nº 1.238, Campos Eliseos, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). 3. **Convocação:** Dispensada a convocação e a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. 4. **Mesa:** Presidente: Patrícia Chacon Jimenez e Secretária: Elaine Cristina Barreiro. 5. **Ordem do Dia:** (i) Alterar o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; (iii) Eleger os Srs. Emílio Bentancourt e Emerson Pinheiro Valentim para substituí-lo à Companhia; (iv) Desinvestir o Sr. José Rivaldo Leite da Silva do cargo de Diretor Presidente e indicar a Sra. Patrícia Chacon Jimenez para substituí-lo; (v) Consolidar a composição da Diretoria e a nomenclatura reformada dos cargos ocupados por cada um dos membros; (vi) Atribuir funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; (vii) Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; (viii) Criar o Comitê de Remuneração da Companhia; (ix) Eleger os membros do Comitê de Remuneração da Companhia; e (x) Aprovar a Política de Remuneração da Companhia. 6. **Deliberações:** Os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas: (i) A reforma da redação do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º. A diretoria será composta por no mínimo 03 (três) e, no máximo, 25 (vinte e cinco) membros, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral da Companhia, com um mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição, sendo 01 (um) Diretor(a) Presidente, 01 (um) Diretor(a) CEO - Seguros e 01 (um) Diretor(a) Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e os demais terão sua designação estabelecida pela própria Assembleia Geral, por ocasião de cada eleição"; (ii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo 1 ("Anexo 1 - Estatuto Social") a presente ata; (iii) A eleição do Sr. Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76 como Diretor Executivo de Riscos e Governança; (iv) A eleição do Sr. Emerson Pinheiro Valentim, brasileiro, casado, secretário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 176.684.738-23 como Diretor Executivo de Produção, com mandato unificado aos dois demais membros da Diretoria, vigorando até a Assembleia Geral ordinária a ser realizada até 31 de março de 2028. Os eleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irão conduzir a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no Estatuto Social. Os membros da Diretoria são investidos em seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. Os termos de posse e declarações de desimpedimento, assinados pelos eleitos, ficam arquivados na sede da Companhia. Ademais, fica consignado que os diretores ora eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e que tomam posse em seus respectivos cargos em ato separado; (v) A desinvestidura, com efeitos imediatos, do Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.322.458-07, do cargo de Diretor Presidente da Companhia, que passa a ser ocupado pela Sra. Patrícia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob o nº 234.843.708-23, que, por sua vez, deixa de ocupar o cargo de COO (Chief Operating Officer) - Seguros, o qual fica extinto. A Companhia manifesta seu sincero agradecimento ao Sr. José Rivaldo Leite da Silva pela sua dedicada atuação, comprometimento e significativa contribuição ao longo de mais de 40 (quarenta) anos na Porto; (vi) A consolidação da composição da Diretoria e dos 22 (vinte e dois) cargos ocupados, por cada um dos seus membros, com sua nomenclatura reformada, na forma abaixo: **Diretora Presidente:** Patrícia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob o nº 234.843.708-23; **CEO - Seguros:** Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 194.344.518-41; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Lene Araújo de Lima,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretor Vice-Presidente - Sami Foguel,** brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.396.262-10 SSP/PA e inscrito no CPF sob o nº 263.344.758-94; **Diretora Executiva Jurídica:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor Executivo:** Domingos de Toledo Piza Falcavina, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.965.032-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 214.175.878-57; **Diretor Executivo de Produção:** Emerson Pinheiro Valentim, brasileiro, casado, secretário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 176.684.738-23; **Diretor Executivo de Riscos e Governança:** Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76; **Diretor Executivo de Investimentos:** Izak Rafael Benaderet, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.739.792-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.339.398-09; **Diretor Executivo - Produto Automotivo:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Executivo - Produto Ramos Elementares:** Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretora Executiva de Gente e Cultura:** Patrícia Quirico Coimbra, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 07.266.748-4 IFPR/RJ, inscrita no CPF sob o nº 942.767.907-78; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.478.918-16. **Diretores sem denominação especial:** Carlos Eduardo Nagels Góndim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 110.714.13-6 IFPR/RJ, inscrito no CPF sob o nº 082.854.947-29; **Luiz Vicente Guimarães Lapenta,** brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 801.614.640-68; **Marcelo Sebastião da Silva,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.581.578-05; **Nelson Santos Aguiar,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.048.598-00; e **Tiago Violin,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97; todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Eliseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2028. (vii) A atribuição de funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, ficando a Sra. Patrícia Chacon Jimenez designada como Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, em substituição ao Sr. José Rivaldo Leite da Silva, desinvestido neste ato e o Sr. Emílio Bentancourt designado como Diretor responsável pelos controles internos, em substituição à Adriana Pereira Carvalho Simões; e (viii) A ratificação das funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, da seguinte forma: I - **Funções de Caráter Executivo ou Operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - Jaime Soares Batista; b. Diretor responsável técnico - Celso Damadi; e c. Diretor responsável de contabilidade - Rafael Veneziani Kozma; e d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - Rafael Veneziani Kozma; e e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos seus corretores aceitos - Jaime Soares Batista; f. Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - Patrícia Chacon Jimenez; g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - Luiz Augusto de Medeiros Arruda; h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020) - Rafael Veneziani Kozma; i. Diretor responsável pelo Open Insurance (Resolução CNSP nº 415/2021) - Patrícia Chacon Jimenez. II - **Funções de Caráter de Fiscalização ou Controle:** a. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020) - Adriana Pereira Carvalho Simões; b. Diretor responsável pelos controles internos - Emílio Bentancourt; c. Diretor responsável pela Diretoria e as designações específicas atribuídas aos seus membros, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2028, consta, com informações idênticas, na tabela expostiva abaixo:

Cargo	Nome	Designação SUSEP
Diretora Presidente	Patrícia Chacon Jimenez	Responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados e Responsável pelo Open Insurance (Resolução CNSP nº 415/2021)
CEO - Seguros	Paulo Sérgio Kakinoff	N/A
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	Celso Damadi	Responsável técnico
Diretor Vice-Presidente	Lene Araújo de Lima	N/A
Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing	Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020)
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros	Marcos Roberto Loução	N/A
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento	Marcos Rogério Sirelli	N/A
Diretor Vice-Presidente	Sami Foguel	N/A
Diretora Executiva Jurídica	Adriana Pereira Carvalho Simões	Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020)
Diretor Executivo	Domingos de Toledo Piza Falcavina	N/A
Diretor Executivo de Produção	Emerson Pinheiro Valentim	N/A
Diretor Executivo de Riscos e Governança	Emílio Bentancourt	Responsável pelos controles internos
Diretor Executivo de Investimentos	Izak Rafael Benaderet	N/A
Diretor Executivo - Produto Automotivo	Jaime Soares Batista	Responsável pelas relações com a SUSEP e Responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos seus corretores aceitos
Diretor Executivo - Produto Ramos Elementares	Jarbas de Medeiros Baciano	N/A
Diretora Executiva de Gente e Cultura	Patrícia Quirico Coimbra	Responsável administrativo-financeiro, Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e Responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020)
Diretor de Controladoria	Rafael Veneziani Kozma	N/A
Diretor sem denominação especial	Carlos Eduardo Nagels Góndim	N/A
Diretor sem denominação especial	Luiz Vicente Guimarães Lapenta	N/A
Diretor sem denominação especial	Marcelo Sebastião da Silva	N/A
Diretor sem denominação especial	Nelson Santos Aguiar	N/A
Diretor sem denominação especial	Tiago Violin	N/A

Por fim, os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para execução das deliberações havidas e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. (viii) A criação do Comitê de Remuneração da Companhia, órgão vinculado à Diretoria, o qual atenderá a todas as sociedades integrantes do grupo prudencial Porto conforme divulgado e atualizado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Comitê de Remuneração deverá: I - elaborar a política de remuneração, propondo mecanismos de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; II - supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração; III - avaliar periodicamente a política de remuneração, em especial quanto a: (a) sua contribuição para os objetivos dispostos na regulamentação; (b) sua conformidade com o disposto regulamentação e legislação aplicáveis; e (c) disciplinas significativas em relação a empresas concorrentes; IV - revisar a política de remuneração, formulando e avaliando propostas de alterações; e V - propor os valores: (a) para demais cargos da alta administração, quando não estatutários, incluindo, no mínimo, vice-presidentes e diretores; gestores-chave em funções de controle, incluindo, no mínimo, os titulares das unidades de gestão de riscos, conformidade e Auditoria Interna; e outros gestores cuja atuação, na avaliação da supervisão, possa ter impacto material sobre a exposição da supervisionada a riscos; e (b) de remuneração global ou individual dos administradores, de que trata o art. 152 da LSA, para cada um dos membros da Diretoria. O mandato dos membros do Comitê será de até 10 (dez) anos e constará do Regimento Interno do referido órgão; (ix) A eleição do Sr. Bruno Campos Garfinkel, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.972.375-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 267.737.238-09, do Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 194.344.518-41, e do Sr. Celso Kochen Parnes, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.683.944-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 085.502.278-70, para atuar como membros do Comitê de Remuneração da Companhia, para um mandato de até 10 (dez) anos, iniciado nesta data. O Sr. Bruno Campos Garfinkel atuará como Coordenador do Comitê. Os eleitos possuem endereço na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012. Os eleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer o mandato que lhe foi atribuído e não foram condenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irão conduzir a seu mandato de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no Estatuto Social. Os membros do Comitê de Remuneração são investidos em seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. Os termos de posse e declarações de desimpedimento, assinados pelos eleitos, ficam arquivados na sede da Companhia. Ademais, fica consignado que os eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e na Resolução CNSP nº 476/2024 e que tomam posse em seus respectivos cargos em ato separado; e (x) A Política de Remuneração da Companhia, que será aplicável a todas as sociedades integrantes do grupo prudencial Porto conforme divulgado e atualizado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme documento arquivado na sede desta Companhia. 6. **Documentos Arquivados:** Todos os atos, declarações de desimpedimento, termos de posse, aprovações, Políticas de Remuneração e demais documentos pertinentes à ordem do dia. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. Assinaturas: (ass) Patrícia Chacon Jimenez, Presidente da Mesa e (ass) Elaine Cristina Barreiro, Secretária. Acionistas: Porto Seguro S.A., representada por sua Diretora Sra. Patrícia Chacon Jimenez e por sua procuradora Sra. Elaine Cristina Barreiro, e Porto Seguro Seguros e Seguros S.A., representada por sua procuradora Sra. Elaine Cristina Barreiro. A presente certidão é cópia fiel da lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. Patrícia Chacon Jimenez - Presidente; Elaine Cristina Barreiro - Secretária. JUCESP nº 44.549/26-0 em 06/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e está disponível na página de Relação com o Investidor, no Estadão RJ. Sua autenticidade pode ser confirmada no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.com.br/publicacoes/>

CMG-ES
FLS. 193

**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS****CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 09h, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceram os administradores eleitos, nesta data, em sede de Assembleia Geral Ordinária, para formalização da investidura em seus respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenchem todos os requisitos legais para o exercício dos cargos dos quais foram eleitos.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 31 de março de 2025.



José Rivaldo Leite da Silva
Diretor Presidente



Paulo Sérgio Kakinoff
CEO – Seguros



Patricia Chacon Jimenez
COO (Chief Operating Officer) –
Seguros



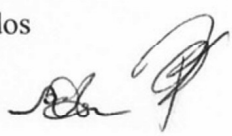
Lene Araújo de Lima
Diretor Vice-Presidente



Celso Damadi
Diretor Vice-Presidente –
Financeiro, Controladoria e
Investimentos



Luiz Augusto de Medeiros Arruda
Diretor Vice-Presidente –
Comercial, Marketing, Clientes e
Dados





Marcos Roberto Loução
Diretor Vice-Presidente –
Negócios Financeiros



Sami Foguel
Diretor Vice-Presidente



Jaime Soares Batista
Diretor de Produto –
Automóvel



Marcos Rogério Sirelli
Diretor de Tecnologia
da Informação



Adriana Pereira Carvalho Simões
Diretora Jurídica e Riscos



Jarbas de Medeiros Baciano
Diretor de Produto – Ramos
Elementares e Seguros de
Pessoas



Rafael Veneziani Kozma
Diretor de Controladoria



Patricia Quirico Coimbra
Diretora de Gente e Cultura



Carlos Eduardo Naegli Gondim
Diretor



Marcelo Sebastião da Silva
Diretor



Izak Rafael Benaderet
Diretor



Nelson Santos Aguiar
Diretor



Tiago Violin
Diretor



Luiz Vicente Guaranha Lapenta
Diretor



Domingos de Toledo Piza Falavina
Diretor



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às 08h, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 319.348.518-76, eleito, nesta data, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, para formalização da investidura em seu respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2026.



Emilio Bentancourt

Diretor Executivo de Riscos e Governança



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

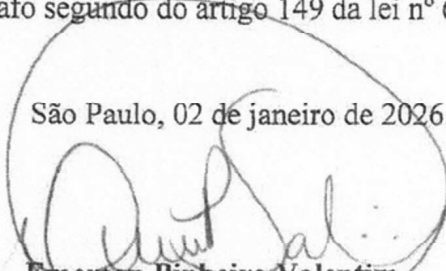
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às 08h, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. Emerson Pinheiro Valentim, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] eleito, nesta data, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, para formalização da investidura em seu respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2026.


Emerson Pinheiro Valentim

Diretor Executivo de Produção

Assunto: **Proposta Comercial Gente Seguradora - Dispensa de Licitação nº 015/2026 seguro de veículo Câmara Municipal de Guaçuí /ES**

De: Edson <edson@convenceseguros.com.br>

Para: propostas@cmguacu.es.gov.br <propostas@cmguacu.es.gov.br>

Cc: 'Jocelia Aquino' <jocelia@convenceseguros.com.br>, 'Luciana B Nunes' <luciana@convenceseguros.com.br>, 'Mariana' <marianaestagiaria@convenceseguros.com.br>

Data: 07/05/2026 18:55



- Proposta Comercial Gente Seguradora - Dispensa 015 2026.pdf (~470 KB)
- ANEXO V.pdf (~352 KB)
- Substabelecimento Gente Seguradora.pdf (~487 KB)
- Certidões Gente Seguradora.pdf (~2.2 MB)
- Habilitação Gente Seguradora.zip (~9.6 MB)
- Atestado Gente Seguradora.pdf (~151 KB)
- Procuração Gente Seguradora.pdf (~642 KB)
- ANEXO VI.pdf (~352 KB)

Boa Tarde,

Prezados, segue anexo Proposta Comercial da empresa Gente Seguradora e documentos de habilitação para participação na Dispensa de Licitação nº 015/2026 de contratação de seguro para o veículo da Câmara Municipal de Guaçuí /ES.

Valor Global da Proposta: R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais)

Juntamente envio procuração do diretor Marcelo Wais e substabelecimento da Sra. Luciana Batista Nunes, que assinou a proposta pela seguradora.

Ficamos no aguardo da finalização do processo, caso sejamos vencedores da dispensa nos envie o Contrato / Ordem de Serviço para emitirmos a apólice e darmos cobertura securitária aos veículos.

Sem mais para o momento, dispomos.

* Favor confirmar o recebimento do e-mail.

Atenciosamente,

Edson Soares da Silva

Convence Adm e Corretora de Seguros

Tel: 27 3207 7346 / 27 9 9961 1290

ANEXO III - Proposta Comercial
Dispensa de Licitação nº 015/2026


Gente Seguradora S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450
Centro Histórico – Porto Alegre /RS - CEP: 90020-060
Fone: (51) 3023-8888 / 0800 602 0088
E-mail: licitacao@genteseguradora.com.br, juridico.licitacao@genteseguradora.com.br
Registro SUSEP Nº 06793 - Portaria: 215 Publicada no D.O.U DE 29/11/1984
Identificação do Representante
Legal: Luciana Batista Nunes - CPF: [REDACTED]

À Câmara Municipal de Guaçuí
Dispensa de Licitação nº 015/2026
Processo Adm. Nº 033/2026

Apresentamos nossa Proposta comercial para a Dispensa de Licitação nº 015/2026 – conforme as condições e especificações constantes nesse Aviso e seus Anexos.

Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro veicular total, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio, roubo e furto), incluindo cobertura de danos a terceiros e demais coberturas adicionais, com franquia, para o veículo oficial da Câmara Municipal de Guaçuí-ES.

Item	Descrição	Franquia de Casco (Normal)	Valor Unitario	Valor Total
01	Contratação empresa especializada para prestação de serviço de seguro veicular total, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio, roubo e furto), incluindo cobertura de danos a terceiros e demais coberturas adicionais, com franquia veículo oficial abaixo descrito: Veículo: VW Virtus Exclusive Chassi: 9BWDJ6BZXT4031370 Ano/Modelo: 2026/2026 Cor: Cinza Platinum	R\$ 8.200,00	R\$ 2.760,00	R\$ 2.760,00
			Total	R\$ 2.760,00

Valor Global da Proposta: R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais).

- a) Declaro que nos preços propostos, encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas do Edital e seus Anexos.
- b) A validade dos preços e condições desta proposta é de 90 (noventa) dias a contar da data de abertura do procedimento.

LUCIANA
BATISTA
NUNES

Gente Seguradora S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Representante Credenciado
Luciana Batista Nunes
CPF: [REDACTED]

Porto Alegre (RS), 07 de Maio de 2026.

**ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA**

ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina credenciada pela seguradora e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro conforme abaixo:

- Cobertura total (compreensiva);
- Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo vidros;
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, incluídos indenizações por danos materiais ou pessoais, causadas a terceiros;
- Colisão de veículos, pessoas, animais, capotamento e abalroamento, ainda que com veículos da CONTRATANTE;
- Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- Acessórios não referentes a som e imagem, exceto quando estes forem originais de fábrica;
- Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- Chaveiro;
- Assistência dia e noite (24 horas) com socorro mecânico e cobertura de guincho;
- Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto de veículo;
- Troca de pneus;
- Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e furto;
- Danos materiais e corporais a terceiros;
- Danos causados pela natureza;
- Assistência 24 horas;
- Cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores;
- Cobertura em todo território nacional.
- Casco 100% FIPE - do valor do Veículo referência;
- Danos Materiais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- Danos Corporais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- Danos Morais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- APP Morte Acidental: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
- APP Invalidez Permanente – Total ou Parcial: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- Carro reserva 15 dias.

Obs: O veículo reserva será em caso de sinistro indenizável do veículo segurado e após liberação dos reparos, será disponibilizado um veículo modelo popular, básico, 1.0 com ar condicionado e capacidade para até 05 cinco pessoas.

- Assistência 24 horas sem limite de quilometragem para guincho e taxi aos passageiros.
- Cobertura de vidros completa (para-brisa, vidro traseiro, vidros laterais, farois, lanternas e retrovisores).



FRANQUIA DE VIDROS	PARA-BRISA, VIDRO TRASEIRO E VIDROS LATERAIS	Retrovisores, Faróis e Lanternas.
Veículo Passeio	R\$ 450,00	R\$ 350,00

Havendo necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

A CONTRATADA deverá colocar à disposição da contratante, 24 horas por dia durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, contados da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder a liberação do serviço a ser executado.

Vigência: O Contrato terá vigência 12 meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado em conformidade com art. 107 da Lei 14.133/21.

Pagamento: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou transferência eletrônica, para crédito em banco, agência e conta corrente.

Dados Bancários:

Banco Santander (033)

Agência: 2090

Conta Corrente: 130000081

Dados do responsável para assinatura de Contratos:

Nome: Marcelo Wais

CPF: 632.005.380-15

RG: 7009036166 SSP/RS

Cargo: Diretor Vice Presidente

Corretor Representante

CONVENCE ADM. E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59/sala 713

Centro - Vitória / ES - CEP: 29010-250

E-mail: jocelia@convenceseguros.com.br, luciana@convenceseguros.com.br

Tels: (27 32077345 / 27 2142 6663 - 27 99639 9161 - 9 9962 0804)

Porto Alegre (RS), 07 de Maio de 2026.

LUCIANA
BATISTA
NUNES

Gente Seguradora S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Representante Credenciado
Luciana Batista Nunes
CPF: [REDACTED]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
90.180.605/0001-02
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
04/12/1984NOME EMPRESARIAL
GENTE SEGURADORA SATÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
GENTE SEGURADORAPORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vidaCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vidaCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima FechadaLOGRADOURO
R MARECHAL FLORIANO PEIXOTONÚMERO
450COMPLEMENTO
EDIFCEP
90.020-060BAIRRO/DISTRITO
CENTRO HISTORICOMUNICÍPIO
PORTO ALEGREUF
RSENDEREÇO ELETRÔNICO
contabilidade@genteseguradora.com.brTELEFONE
(51) 3027-8864/ (51) 3027-8870ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

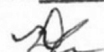
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/04/2026 às 10:28:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CMG-ES

FLS. 204



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

90.180.605/0001-02

NOME EMPRESARIAL:

GENTE SEGURADORA SA

CAPITAL SOCIAL:

R\$28.864.061,00 (Vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil e sessenta e um reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

EDUARDO WAIS

Qualificação:

10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:

TANIA WAIS

Qualificação:

10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:

SERGIO SUSLIK WAIS

Qualificação:

16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:

MARCELO WAIS

Qualificação:

10-Diretor



Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 20/04/2026 às 10:28 (data e hora de Brasília).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ: 90.180.605/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:05:33 do dia 15/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/06/2026.

Código de controle da certidão: **A925.8F09.5454.CE3F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



CERTIDÃO GERAL POSITIVA DE DÉBITOS, COM EFEITO DE NEGATIVA

Esta certidão é válida até: **30/05/2026**

Nome: GENTE SEGURADORA S.A.

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado, somente constam débitos não vencidos, vencidos com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN) ou com garantia por penhora em processos de execução fiscal, lançados até 27 de abril de 2026.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Certidão emitida em 30/04/2026 às 10:52:36, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 90.180.605/0001-02** e o código de autenticidade **4C94D9E39DF9**

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DO IMPOSTO SOBRE A
PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) E/OU TAXA
DE COLETA DE LIXO (TCL), COM EFEITO DE NEGATIVA**

Esta certidão é válida até: **30/05/2026**

Inscrição do Imóvel: 5897033

Endereço: R. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos tributários que vierem a ser apurados, é certificado que, relacionado ao imóvel acima, somente constam, referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e/ou à Taxa de Coleta de Lixo (TCL), débitos não vencidos, vencidos com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN) ou com garantia por penhora em processos de execução fiscal, lançados até 27 de abril de 2026.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

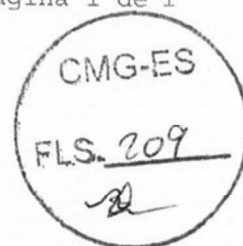
Certidão emitida em 30/04/2026 às 10:51:17, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **INSCRIÇÃO 5897033** e o código de autenticidade **89735DE2D1DC**

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GENTE SEGURADORA SA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Certidão n°: 78258550/2025

Expedição: 15/12/2025, às 09:09:07

Validade: 13/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GENTE SEGURADORA SA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **90.180.605/0001-02**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 90.180.605/0001-02
Razão Social: GENTE SEGURADORA SA
Endereço: R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 450 EDIF / CENTRO HISTORICO /
PORTO ALEGRE / RS / 90020-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/04/2026 a 18/05/2026

Certificação Número: 2026041900440575101310

Informação obtida em 20/04/2026 10:34:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL



Nome: **GENTE SEGURADORA S/A**

CNPJ base: **90.180.605/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **13 dias do mês de MARÇO do ano de 2026**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 11/5/2026.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **39723934**
Autenticação: **50165450**



[Handwritten signatures and initials]

**Certidão de Pessoa Jurídica Não Inscrita no Cadastro Geral de
Contribuintes Estaduais RS**



Certificamos que o CNPJ 90.180.605/0001-02 não está inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos Estaduais do Rio Grande do Sul nesta data.

Esta Certidão refere-se unicamente ao CNPJ consultado e à data da consulta.

Esta Certidão não se constitui em meio de prova positiva ou negativa de débitos ou pendências vinculados ao CNPJ consultado, bem como de qualquer outro tipo de obrigação perante a Fazenda Pública Estadual.

Emitida em: 13/03/2026 13:32:20

Autenticação: C5EB3ED5-BC25-4136-A8E4-1FB94A160D12





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20260000411042

Identificação do Requerente: CNPJ N° 90.180.605/0001-02

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **02/04/2026**, válida até **01/07/2026**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 02/04/2026.

Autenticação eletrônica: **0005.4A3F.9320.AFD4**



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

GENTE SEGURADORA SA *****
CNPJ 90.180.605/0001-02*****

** A presente certidão não relaciona os processos sigilosos do sistema Themis1G nem os processos do sistema eproc cujo nível de sigilo seja igual ou superior a 3, os quais exigem permissão expressa de acesso. Os processos classificados com nível de sigilo 1 a 2 são relacionados apenas com a identificação da unidade judicial de tramitação.

Porto Alegre - Foro Central, 14 de abril de 2026 às 12:37



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DOCUMENTO ASSINADO POR

RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO

DATA

14/04/2026 12h37min



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 11.419/2006 de 19/12/2006, art. 1º, parágrafo 2º, inciso III.

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte

número verificador: 0001692559440





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE LICENCIAMENTO

Certificamos que **Gente Seguradora S.A.**, CNPJ nº **90.180.605/0001-02**, está autorizada a operar, conforme Carta Patente Portaria nº 515, publicado(a) no D.O.U. de 21/12/1984.

Certificamos ainda que a entidade NÃO é participante do Open Insurance

Certificamos também que a entidade NÃO se encontra, nesta data, sob regime especial de Liquidação, Direção Fiscal ou Intervenção.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep>

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de apontamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CL-46c8ac0d-88d5-41b1-8076-ecfbb4a0b1a4**

Esta Certidão foi emitida em 30/04/2026, às 09:21, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE APONTAMENTOS

Observado o previsto na Circular Susep nº 691/23, certificamos que **Gente Seguradora S.A.**, CNPJ 90.180.605/0001-02, nesta data e horário, possui a seguinte situação em relação aos apontamentos listados a seguir:

01. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR)

NADA CONSTA

02. Montante de ativos garantidores inferior à necessidade de cobertura das provisões técnicas

NADA CONSTA

03. Ajustes nos reportes contábeis e/ou prudenciais exigidos pela Susep e ainda não realizados, considerando o prazo estabelecido pela Autarquia

NADA CONSTA

04. Plano de Regularização de Solvência (PRS) em andamento.

NADA CONSTA

05. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em andamento

NADA CONSTA

06. Plano de Regularização de Solvência (PRS) descumprido

NADA CONSTA

07. Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) descumprido

NADA CONSTA

08. Não apresentação ou apresentação incompleta do formulário de informações periódicas (FIP/Susep) ou das demonstrações financeiras na forma da legislação aplicável

NADA CONSTA

09. Processo para Reparação de Apontamentos (PRA) descumprido

NADA CONSTA

10. Indisponibilidade de autorização para movimentar livremente a carteira de títulos e valores mobiliários dados em cobertura de provisões técnicas

NADA CONSTA

11. Medida prudencial preventiva e/ou medida cautelar em vigor descumprida

NADA CONSTA

12. Instauração de Fiscalização Especial, decorrente do previsto no art. 89 do Decreto-Lei nº 73/66

NADA CONSTA

13. Instauração de regime de Direção Fiscal ou de Intervenção

NADA CONSTA

14. Não pagamento da taxa de fiscalização

NADA CONSTA

15. Não encaminhamento da documentação referente a assembleias gerais e nomeações de administradores

NADA CONSTA

16. Eventual limitação para operar, temporária ou definitiva, imposta pela Susep

NADA CONSTA



A existência de eventuais apontamentos não implica perda da autorização ou impedimento ao funcionamento da supervisionada.

O Sistema de Certidões é público e pode ser acessado por meio do site da Susep, no endereço: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-susep>

O Sistema de Certidões abrange, ainda, a certidão de licenciamentos, disponibilizada pelo mesmo link acima.

O manual com explicação e descrição dos principais conceitos abrangidos pelo Sistema de Certidões ficará disponível no site da Susep (no mesmo link acima).

Código da certidão para autenticação no site da Susep: **CL-45217285-05ec-4991-8cad-3b36c9f5c3dd**

Esta Certidão foi emitida em 30/04/2026, às 09:21, e é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

**SUSEP**

| Emissão de certidões

**MINISTÉRIO DA FAZENDA****SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS****COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E
AUTORIZAÇÕES****CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES**

Certificamos que a Gente Seguradora S.A., com sede na cidade Porto Alegre, CNPJ 90180605000102, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
EDUARDO WAIS	Diretor
MARCELO WAIS	Vice-Presidente
SERGIO SUSLIK WAIS	Presidente
TANIA WAIS	Diretor

Código da Certidão: **CA06793_30042026_091814_346**

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.



Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2026.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

Avaliar o Serviço





Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: GENTE SEGURADORA S.A.
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
4330002593-4	90.180.605/0001-02	04/12/1984	08/04/1983

Endereço Completo:

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 450 - BAIRRO CENTRO HISTORICO CEP 90020-060 - PORTO ALEGRE/RS

Objeto Social:

EXPLORACAO DAS OPERACOES DE SEGUROS, NO RAMO DE VIDA E NOS RAMOS ELEMENTARES, CONFORME DEFINIDO NA LEGISLACAO EM VIGOR.

Capital: R\$ 28.864.061,00	Prazo de Duração
VINTE E OITO MILHÕES E OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E SESSENTA E UM REAIS	
Capital Integralizado: R\$ 28.864.061,00	
VINTE E OITO MILHÕES E OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E SESSENTA E UM REAIS	INDETERMINADO

Diretoria

CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Cargo
[REDACTED]	EDUARDO WAIS	31/03/2026	DIRETOR
[REDACTED]	MARCELO WAIS	31/03/2026	DIRETOR VICE PRESIDENTE
[REDACTED]	SERGIO SUSLIK WAIS	31/03/2026	DIRETOR PRESIDENTE
[REDACTED]	TANIA WAIS	31/03/2026	DIRETORA

Status: CADASTRADA

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 03/06/2024

Número: 10402005

Ato 006 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Evento(s) 219 - ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
xxxxxxx	xxxxxxx	RUA SHS, 21, QD. 06, CONJ. A, BL. F, L.J. 56 ED. BRASIL, BAIRRO ASA SUL, 70316-000, BRASILIA/DF
4190201259-6	90.180.605/0033-81	RUA MARCELINO IACHINSKI, 226, BAIRRO PORTAO, 81070-360, CURITIBA/PR
4290208879-8	90.180.605/0032-09	RUA BOLIVIA, 130, SALA 5, BAIRRO DAS NACOES, 89082-148, INDAIAL/SC
4390030958-5	90.180.605/0006-09	RUA PEDRO CHAVES BARCELOS, 864, BAIRRO AUXILIADORA, 90450-010, PORTO ALEGRE/RS
xxxxxxx	90.180.605/0004-47	AVENIDA NOVE DE JULHO, 4312, BAIRRO JD PAULISTA, 01000-000, SAO PAULO/SP
NADA MAIS#		

Porto Alegre, 03 de Janeiro de 2025 11:30

JOSE TADEU JACORY
SECRETARIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C250003230083 e visualize a certidão)



25/003.285-6

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

GENTE SEGURADORA S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 450
CENTRO HISTÓRICO - PORTO ALEGRE /RS
CEP: 90020-060 - FONE: (51) 3023-8888 / 0800 602 0088



À Câmara Municipal de Guaçuí /ES

Comissão de Licitação
Dispensa de Licitação nº 015/2026
Processo Adm. Nº 033/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa Gente Seguradora S.A, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, DECLARA, sob as penas da lei, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no Aviso de Dispensa, em obediência ao disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Porto Alegre (RS), 07 de Maio de 2026.

LUCIANA
BATISTA
NUNES

Gente Seguradora S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Representante Credenciado
Luciana Batista Nunes
CPF: [REDACTED]

Sistema **FIERGS**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **Gente Seguradora S/A**, com sede na Rua: Marechal Floriano Peixoto nº 450, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02 está atendendo a todos os requisitos do contrato proposto no edital PP000422019DR e dentro das especificações exigidas.

- 1) **Objeto do Contrato:** Contratação de Empresa Especializada para Serviços de Seguro de Veículos
- 2) **Quantidade:** Seguro de 97 (noventa e sete) veículos
- 3) **Nº do contrato:** 36755
- 4) **Vigência do Contrato:** 01/01/2020 até o presente momento.
- 5) **Valor do Contrato anual:** R\$58.000,00

Declaro, também, que até o momento não há nada que desabone a conduta da empresa contratada.

Porto Alegre, 08 de junho de 2021

Mariane Luíza Muller Spiekermann

Gerente Gestão De Suprimentos

Este documento foi assinado digitalmente por Mariane Luíza Muller Spiekermann.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fiergs.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 7832-8C78-1268-8B1E.

[assinatura]

[assinatura]

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal FIERGS. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://fiergs.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7832-8C78-1268-8B1E> ou vá até o site <https://fiergs.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7832-8C78-1268-8B1E



Hash do Documento

CF7CD1A5F51D0163A3103D44D9D9F62C8BE21431E50CA6DC33E175DCB0D795B5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/06/2021 é(são) :

- ☒ Mariane Luiza Muller Spiekermann (Atestado de Capacidade Técnica) - 594.606.600-53 em 11/06/2021 15:52 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



[assinaturas manuais]

gente
seguradora

GENTE SEGURADORA S/A

MATRIZ - SEDE PRÓPRIA - RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450 - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ 90.180.605/0001-02 - CARTA PATENTE Nº 515

gente
seguradora

**Senhores Acionistas,
GRAÇAS A D'US.**

A Diretoria da Gente Seguradora S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Parecer da Auditoria Anual Independente e Relatório do Auditor Contábil Independente.

Desempenho operacional:

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade do processo de fortalecimento técnico e financeiro da Companhia. Os resultados do exercício evidenciam crescimento com rentabilidade, sustentado por desempenho técnico consistente e evolução relevante do resultado líquido, culminando no maior lucro líquido da história da Gente Seguradora. Alguns destaques de 2025 foram:

- **Prêmio, margem e resultado operacional:** A Companhia obteve crescimento de 9% nos prêmios ganhos, com destaque para o faturamento da carteira de AutoRCF, que cresceu 11%, contribuindo para excelente margem de resultado no exercício. O resultado líquido cresceu 61,1% em comparação ao ano anterior, impulsionado pela melhoria na subscrição e na precificação dos produtos, além da redução da sinistralidade, que encerrou o exercício

em 60%. O Índice Combinado (ICA) de 82% evidenciou resultado técnico positivo, com margem de 17,4% sobre os prêmios ganhos, refletindo consistência na gestão da carteira. O ROE aproximado de 59%, calculado sobre o patrimônio líquido médio, evidenciou forte capacidade de geração de resultado em relação ao capital empregado.

- **Resultado financeiro:** A Companhia manteve estratégia de investimentos predominantemente conservadora, alocando 69% de sua carteira em títulos públicos federais, combinando liquidez, carregamento de taxa e diversificação por indexador e prazo. Essa composição buscou aderência às necessidades de caixa da operação, preservação de capital e estabilidade do resultado financeiro ao longo do exercício. No acumulado do ano, a carteira cresceu 20% e apresentou rentabilidade compatível com o ambiente de juros elevados, encerrando 2025 com 13,74% de retorno anual. O excedente de ativos garantidores foi ampliado em 72%, reforçando a prioridade da Companhia por segurança, liquidez e solvência.

- **Solvência, adequação de capital e cobertura de provisões:** A Companhia manteve adequada suficiência de capital, atendendo integralmente aos requisitos regulatórios. Apresentou crescimento de 9% em suas provisões técnicas, com ativos vinculados equivalentes a 138% delas, evidenciando posição confortável para suportar os compromissos assumidos.

- **Gestão de riscos, controles internos e conformidade:** Em 2025, foram mantidos e aprimorados os processos de governança e controles internos, com foco no monitoramento

contínuo de riscos (subscrição, mercado, crédito, operacional e liquidez), conformidade regulatória e aderência à políticas internas, bem como no aperfeiçoamento dos processos de controles e validações, incluindo rotinas de qualidade de dados contábeis, atuários e regulatórios.

- **Inovação tecnológica:** Ao longo do exercício, a Companhia prosseguiu com iniciativas voltadas ao aumento de eficiência e segurança operacional, incluindo aprimoramentos em processos internos e controles, bem como evolução de soluções tecnológicas voltadas a suportar o crescimento, reduzir riscos e melhorar a experiência de parceiros e clientes.

- **Distribuição de lucro e dividendos:** Mantendo sua política de distribuição e reinvestimento de resultados, a Companhia assegurou aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, bem como juros sobre o capital próprio, quando permitido e aplicável. O excedente é destinado às reservas de lucros, visando ao fortalecimento do capital social e a possibilidade de distribuições futuras de dividendos.

Para 2026, a Diretoria mantém a foco em crescimento sustentável, disciplina técnica, eficiência operacional e preservação de solvência e liquidez, com aprimoramento contínuo de controles, gestão de riscos e processos operacionais, garantindo segurança e confiança aos segurados e acionistas.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2026.

A Diretoria.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

ATIVO		2025	2024
CIRCULANTE		502.902.768,85	444.422.887,87
Disponível		16.681,57	9.507,76
Caixa e bancos		16.681,57	9.507,76
Aplicações	4.1	344.527.057,01	286.827.789,79
Créditos das operações com seguros e resseguros		97.094.790,29	93.445.552,40
Prêmios a receber	10.1	87.188.379,03	82.845.913,49
Operações com resseguradoras		9.906.411,26	10.599.639,91
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.1	32.085.901,41	37.413.787,80
Títulos e créditos a receber		1.035.103,22	1.081.825,38
Títulos e créditos a receber		36.954,56	11.210,23
Depósitos judiciais e fiscais		962.418,66	1.058.735,15
Outros créditos		35.720,00	11.880,00
Outros valores e bens		3.111.139,21	2.512.477,20
Bens à venda	2.7.1	3.111.139,21	2.512.477,20
Empréstimos e depósitos compulsórios		98.316,66	98.387,96
Custos de aquisição diferidos	7.1	24.833.777,48	23.033.578,76
Seguros		24.833.777,48	23.033.578,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE		45.709.772,81	32.557.733,82
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		37.137.210,20	23.813.578,47
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.1	37.137.210,20	23.813.578,47
INVESTIMENTO		164.850,26	164.850,26
Participações societárias - financeiras		164.850,26	164.850,26
IMOBILIZADO		8.497.712,35	8.579.305,09
Imóveis de uso próprio	5.1	6.550.730,02	6.746.839,01
Bens móveis		1.856.982,33	1.832.466,08
TOTAL DO ATIVO		548.612.539,66	476.980.620,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	Capital social	Aumento do capital	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reavaliação	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.864.061,00	-	834.311,87	33.183.642,02	-	62.882.014,89
Aumentos de capital:						
Reserva de reavaliação			(60.044,83)	-	100.074,72	40.029,89
Realização			(100.074,72)	-	100.074,72	-
Baixa			40.029,89	-	-	40.029,89
Lucro líquido do exercício			-	-	28.249.575,65	28.249.575,65
Distribuição do lucro:					(28.249.575,65)	(28.249.575,65)
Reserva legal			-	12.292.237,76	-	12.292.237,76
Dividendos adicionais propostos			-	1.214.478,76	-	1.214.478,76
Juros sobre capital próprio			-	17.077.759,00	-	17.077.759,00
Dividendos distribuídos			-	-	(3.960.000,00)	(3.960.000,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.864.061,00	-	774.267,04	45.475.879,78	(6.097.412,61)	75.114.207,82
Aumentos de capital:						
Reserva de reavaliação			(60.044,83)	-	100.074,72	40.029,89
Realização			(100.074,72)	-	100.074,72	-
Baixa			40.029,89	-	-	40.029,89
Lucro líquido do exercício					45.498.827,08	45.498.827,08
Distribuição do lucro:					(45.498.827,08)	(45.498.827,08)
Reserva legal			-	2.669.176,35	-	2.669.176,35
Dividendos adicionais propostos			-	404.432,95	-	404.432,95
Juros sobre capital próprio			-	29.264.743,40	-	29.264.743,40
Dividendos distribuídos			-	-	(6.040.000,00)	(6.040.000,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.864.061,00	-	714.222,22	48.145.056,13	(9.889.725,45)	77.723.339,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	2025	2024
Prêmios emitidos líquidos	347.599.698,18	340.181.803,51
Variação das provisões técnicas	(14.382.781,70)	(33.505.464,34)
Prêmios ganhos	333.216.916,48	306.676.339,17
Sinistros ocorridos	(200.406.894,73)	(188.432.661,49)
Custos de aquisição	(42.844.366,77)	(38.452.615,40)
Despesas operacionais	(10.490.605,97)	(11.990.022,87)
Resultado com resseguro	(6.836.887,02)	(4.535.208,68)
Receita com resseguro	30.443.134,19	32.668.767,65
Despesa com resseguro	(33.120.156,77)	(34.264.910,08)
Salvados e Ressarcimentos de Resseguro	(1.959.464,44)	(2.940.065,65)
Despesas administrativas	(31.926.890,39)	(27.683.975,03)
Despesas com tributos	(8.449.700,34)	(7.698.347,73)
Resultado financeiro	37.565.903,76	15.844.140,33
Receitas Financeiras	51.036.962,11	36.080.878,15
Despesas Financeiras	(13.471.058,35)	(20.236.737,82)
Resultado patrimonial	89.499,89	78.900,00
Resultado operacional	72.218.585,02	44.796.448,99
Ganhos com ativos não correntes	35.756,38	47.348,77
Resultado antes dos impostos e participações	72.274.291,40	44.843.797,67
Imposto de renda	(16.154.648,65)	(9.853.681,91)
Contribuição social	(10.030.993,64)	(5.183.877,51)
Participações sobre o resultado	(509.822,03)	(506.667,69)
Lucro líquido do exercício	45.498.827,08	28.249.575,65
Quantidade de ações	3.394.838	3.394.838
Lucro por ação - R\$	13,40	8,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS	45.498.827,08	28.249.575,65
Lucro líquido do exercício		
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	818.047,30	788.859,53
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(104.094,32)	1.098.537,56
Outros ajustes	(8.998.270,18)	(9.919.970,41)
Variação nas contas patrimoniais:	(11.326.065,77)	(5.348.952,54)
Ativos financeiros	(66.176.757,20)	(47.173.506,58)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.649.237,89)	(5.032.991,51)
Ativos de resseguro	(13.323.631,73)	(5.303.984,87)
Créditos fiscais e previdenciários	(9.565.139,62)	(1.735.266,60)
Depósitos judiciais e fiscais	96.316,49	(123.380,92)
Custos de aquisição diferidos	3.527.887,67	(220.276,51)
Outros ativos	(823.230,35)	2.129.028,39
Impostos e contribuições	10.205.484,80	3.373.652,54
Outras contas a pagar	32.668.538,81	1.736.064,56
Debitos de operações com seguros e resseguros	3.349.478,86	3.653.621,60
Provisões técnicas - seguros e resseguros	32.015.596,28	45.134.438,39
Provisões judiciais	397.335,32	267.732,70
Outros passivos	(58.507,11)	(54.063,72)
Caixa Gerado pelas Operações	28.864.754,19	30.868.850,09
Juros recebidos	8.377.489,58	7.698.030,72
Impostos sobre os lucros pagos	(25.453.980,46)	(15.989.807,79)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	11.810.243,71	12.574.273,02
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	86.582,84	80.958,40
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(341.448,96)	(254.088,19)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento	(254.866,12)	(173.129,79)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(11.548.203,78)	(12.466.902,52)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(11.548.203,78)	(12.466.902,52)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.173,81	(65.759,29)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	6.567,36	75.387,66
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	16.681,57	9.507,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	45.498.827,08	28.249.575,65
Efeito da realização da reserva de reavaliação	100.074,72	100.074,72
Total do resultado abrangente no exercício	45.598.901,80	28.349.650,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em R\$ mil)

1 - Contexto operacional:

A Gente Seguradora S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar seguros de danos e de pessoas em todo o território nacional, nos termos da legislação vigente. A sede da Companhia está localizada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas pela Administração e aprovadas pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2026, estando autorizadas para divulgação a partir dessa data.

2 - Resumo das principais políticas contábeis:

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados:

2.1 - Base de preparação:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, em especial aquelas estabelecidas pela Circular SUSEP nº 648/2021, conforme alterada pela Circular SUSEP nº 678/2022, ambas vigentes na data-base das demonstrações.

Essas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, na medida em que tenham sido referendados pela SUSEP, bem como os critérios e modelos de apresentação definidos no Plano de Contas e Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador.

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os modelos de publicação exigidos pela SUSEP e foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

A Companhia não adotou o IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de Seguro, uma vez que, na data-base destas demonstrações, não se encontra obrigada à sua aplicação, conforme regulamentação vigente aplicável ao seu porte e perfil operacional.

2.2 - Classificação dos contratos de seguro e apuração do resultado:

A Companhia classifica um contrato como contrato de seguro quando ocorre a transferência significativa de risco de seguro, caracterizada pela possibilidade de pagamento de benefícios relevantes ao segurado em decorrência da ocorrência de evento futuro, incerto e específico, que o afete de forma adversa.

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime de competência, observando-se os seguintes critérios principais:

- Os prêmios emitidos são reconhecidos proporcionalmente ao período de vigência do risco, considerando-se a data de início de cobertura;

- Nos casos em que o risco tenha início antes da emissão da apólice, o reconhecimento do prêmio ocorre a partir do início da vigência;

- As comissões e os custos de aquisição diretamente relacionados à emissão das apólices são apropriados ao resultado de forma proporcional ao prazo de vigência dos contratos, por meio do diferimento.

2.3 - Uso de estimativas e premissas:

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamento profissional na definição de premissas e estimativas contábeis que afetem os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações contingentes. As principais áreas sujeitas a estimativas e julgamentos incluem, entre outras:

- determinação da vida útil econômica e das taxas de depreciação dos ativos imobilizados;

- avaliação da necessidade de impairment de ativos;

- constituição de provisões técnicas;

- mensuração de provisões para contingências;

- estimativas relacionadas ao imposto de renda e contribuição social.

Os resultados efetivos podem diferir das estimativas adotadas, em função da subjetividade inerente ao processo de mensuração.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente, sendo os efeitos de eventuais revisões reconhecidos prospectivamente no exercício em que ocorrem.

2.4 - Redução ao valor recuperável:

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia passou a aplicar integralmente os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 678/2022, em consonância com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para avaliação da recuperabilidade de seus ativos. No que se refere aos prêmios de seguro a receber, a Companhia realiza estudos técnicos periódicos com o objetivo de identificar evidências de perda por não recuperabilidade, considerando, entre outros fatores, o histórico de inadimplência bem como a expectativa de recebimento futuro. Quando identificada a necessidade, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, reconhecida no resultado do exercício.

2.5 - Ativos e passivos contingentes:

Ativos contingentes: São reconhecidos contabilmente quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

Passivos contingentes: São constituídos e reconhecidos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo classificados como provável, possível ou remoto.

2.5.1 - Movimentação das provisões judiciais cíveis constituídas:

Provisões Judiciais Cíveis	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisoriado	Valor Provisoriado / Valor Reclamado	2025
PERDA PROVÁVEL	3	145.851,41	145.851,41	100	100
PERDA POSSÍVEL	22	2.580.516,20	1.548.309,72	60	60
PERDA REMOTA	11	2.086.605,20	312.990,78	15	15
TOTAL	37	4.812.972,81	2.007.151,91		

Provisões Judiciais Cíveis	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisoriado	Valor Provisoriado / Valor Reclamado	2024
PERDA PROVÁVEL	3	129.589,25	129.589,25	100	100
PERDA POSSÍVEL	14	1.582.734,04	1.009.640,42	60	60
PERDA REMOTA	8	1.344.534,08	470.586,92	35	35
TOTAL	25	3.156.857,37	1.609.816,59		

2.6 - Transações com partes relacionadas:

A administração identifica como partes relacionadas com a Gente Seguradora S/A as empresas do "Gente Grupo", que possuem como acionista majoritário e controlador o Sr. Sérgio Susik Wais. Conforme definições contidas no CPC 05, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os saldos entre as transações com as partes relacionadas são:

	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado	2025	2024
Gente Clube de Benefícios Ltda	45.932,67	(468.050,05)	73.712,54	(904.629,04)		
Gente Assistência e Serviços S/S Ltda	1.248.570,73	(10.591.808,55)	1.042.695,71	(8.473.378,83)		
Gente Incorporadora e Construtora SPE Ltda	2.665,50	(36.000,00)	2.665,50	(36.000,00)		
Gente Viagens e Turismo Ltda	-	(1.566,98)	-	(6.870,00)		
MSE Participações S.A.	-	4.000,00	-	-		
LGRJT Participações S.A.	-	2.000,00	-	-		
Total	1.297.168,90	(11.121.425,28)	1.119.073,75	(3.420.825,87)		

Passivo/Resultado:

- Gente Assistência e Serviços S/S Ltda: Despesas com prestação de serviços compartilhados nas áreas de relacionamento, RH, tecnologia da informação e administrativas;

- Gente Clube de Benefícios Ltda: Despesas por conta da prestação de serviços na área de saúde aos segurados da Gente Seguradora S/A;

- Gente Incorporadora e Construtora SPE LTDA: Despesas com contrato de manutenção predial;

- Gente Viagens e Turismo Ltda: Despesas com passagens aéreas;

- MSE Participações S.A e LGRJT Participações S.A: receita com aluguel de imóveis.

2.7 - Outros valores e bens:

A Companhia detém ativos circulares que são mantidos para a venda, com bens salvados recuperados, que são estimados com base no valor de sua realização, deduzidos dos custos de vendas dos mesmos.

2.7.1 - Aging dos salvados:

Prazo de permanência:	valor	quantidade	valor	quantidade	2025	2024
Até 30 dias	1.310.055,00	59	1.195.625,00	69		
De 31 a 120 dias	499.116,00	18	1.012.042,20	36		
De 121 a 180 dias	254.181,71	15	65.050,00	6		
De 181 a 365 dias	742.774,50	45	161.650,00	6		
Acima de 365 dias	305.012,00	13	77.200,00	3		
Total	3.111.139,21	150	2.512.477,20	121		

2.8 - Imposto de renda e contribuição social:

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ é calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável, acrescida adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede R\$ 240.000,00 no período, conforme legislação tributária vigente. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, de acordo com as normas fiscais aplicáveis às sociedades seguradoras. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos, apurados conforme segue:

- Imposto corrente: corresponde ao montante estimado a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço, incluindo eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores;

- Imposto diferido: é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL, quando aplicável, na medida em que seja provável a realização futura desses créditos tributários.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando a Administração considera provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir sua realização, com base em projeções econômico-financeiras e planos de negócios aprovados. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas esperadas para os períodos em que as diferenças temporárias serão realizadas ou liquidadas, com base na legislação tributária vigente na data do balanço. A Companhia reconhece separadamente, em seus registros contábeis as antecipações mínimas de IRPJ e CSLL e os respectivos saldos de IRPJ/CSLL. A pagar apurados ao encerramento do exercício. Para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, em conformidade com o CPC 32 (R1) - Tributos sobre o Lucro, tais saldos de tributos correntes são apresentados de forma líquida.

2.9 - Benefícios à empregados e participação nos lucros:

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia são classificados como benefícios de curto prazo, nos termos do CPC 33 (R1) - Benefícios à Empregados, e incluem, entre outros: assistência médica e odontológica, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida, gratificação natalina, benefício academia e bem-estar e participação nos lucros.

Esses benefícios são reconhecidos como despesa no resultado do exercício à medida que os serviços correspondentes são prestados pelos empregados e administradores, não havendo obrigações atuárias de longo prazo associadas.

3 - Gerenciamento de riscos:

Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos:

Em razão do negócio em que atua, a Gente Seguradora está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. A estrutura de Gestão de Riscos é adaptada ao tamanho, porte e complexidade das operações e negócios, conduzida de forma efetiva pela área de Gestão de Riscos e membros da Diretoria.

A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Gente Seguradora dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. Adicionalmente, possui o Comitê de Conformidade e Riscos, com o envolvimento dos principais responsáveis de cada área, com a atuação no sentido de avaliação e identificação de riscos potenciais capazes de afetar os objetivos estratégicos da empresa, bem como sua mitigação, tanto por pontos de controle quanto por alterações sistêmicas, possibilitando que a Administração tenha conhecimento e realize as tratativas necessárias compatíveis com o apetite de risco.

A estrutura de Gestão de Riscos está alinhada ao seu Sistema de Contratos Internos, observando os princípios de governança, proporcionalidade e integração estabelecidos pela Resolução CNSP nº 416/2021. A Companhia mantém processo contínuo de aprimoramento na implementação dos dispositivos regulatórios aplicáveis, assegurando a efetividade no gerenciamento de riscos em todas as suas áreas e operações.

Nesse contexto, encontram-se em andamento iniciativas estruturantes, tais como o projeto de implementação do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, bem como, projeto de implantação e adequação dos critérios de sustentabilidade às operações da Companhia, em conformidade com a Circular Susep nº 666/2022.

Tais iniciativas contribuem de forma integrada para o fortalecimento da gestão de riscos, por meio de processos sistêmicos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento dos riscos, com o objetivo de minimizar potenciais impactos adversos e apoiar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

3.1 - Risco de subscrição:

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos, que possam comprometer significativamente o resultado das operações de seguro e afetar o patrimônio líquido da Companhia, incluindo falhas na precificação ou estimativas inadequadas de provisionamento de seus passivos.

Aplicando a teoria da probabilidade para a precificação de seus prêmios, a Seguradora entende que os principais riscos atinentes aos seus contratos são segmentados em riscos de prêmios, riscos de provisão técnica, riscos de limite de retenção e riscos nas práticas de sinistros e assistências prestadas.

A área de produto deve estabelecer, monitorar e documentar as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de operação de sinistros e assistências em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, tendo avaliações constantes quanto ao equilíbrio técnico ao longo do tempo, acompanhando a análise comercial da Companhia.

Os principais segmentos de operação de seguros, de forma macro, estão estruturados da seguinte forma:

Seguros de Danos: Atualmente a Seguradora comercializa com maior ênfase os seguros pertencentes à carteira de Automóvel (ramos 0520, 0531, 0542 e 0553). Parâmetros operacionais (ramos 0112, 0114, 0118, 0141 e 0171), Transportes (ramo 0628) e RC Geral (ramo 0351), concentrando nesse grupo 97% de sua produção no ano de 2025.

Seguros de Pessoas: Em relação ao segmento Seguros de Pessoas, a Seguradora tem sua força de operação fixada nos seguros de Pessoas Coletivas (0920, 0977, 0982, 0984, 0990 e 0993), estruturados no regime de repartição simples, que oferecem principalmente as coberturas de morte, concentrando nesse grupo 3% de sua produção no ano de 2025.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Segmentos/Grupos	Prêmios Emitidos ano 2025		Prêmios Emitidos ano 2024	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Danos				
Patrimonial	11.467.361,77	8.076.860,85	9.892.410,71	6.762.360,19
Automóvel	319.410.959,68	291.445.587,12	305.052.710,02	281.048.451,97
Transportes	12.254.940,53	10.418.024,47	9.822.150,75	8.311.295,97
RC Geral	1.169.640,28	911.720,55	579.607,49	
Pessoas				
Coletivo	9.947.067,78	2.277.165,45	14.502.001,33	12.183.738,13
Total	354.289.912,02	316.129.358,44	339.894.434,74	308.885.453,75

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Segmentos/Grupos		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Danos					
Patrimonial		11.467.303,77	8.076.860,85	9.692.410,72	6.792.360,19
Automóvel		319.110.359,68	291.445.587,12	305.052.710,02	281.510.481,97
Transportes		12.294.940,53	10.116.024,47	9.822.150,75	8.311.295,97
RC Geral		1.169.640,26	911.720,55	765.170,93	579.607,49
Pessoas					
Coletivo		9.047.067,78	7.277.155,45	14.582.001,33	12.183.739,13
Total		354.289.312,02	318.129.358,44	119.894.443,74	108.867.520,75

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Região geográfica	Bruto de Resseguro			Líquido de Resseguro			2025
	Danos	%	Pessoas	Danos	%	Pessoas	
Centro-Oeste	32.773.922,21	9,52	4.441.287,00	44,38	30.355.711,21	9,77	2.263.471,08
Nordeste	15.740.208,02	4,57	248.969,51	2,48	16.144.730,17	5,00	244.030,31
Norte	3.137.150,34	0,91	8.669,20	0,08	2.902.128,51	0,93	8.669,20
Sudeste	149.491.884,43	43,42	5.223.373,02	51,48	115.560.954,96	35,87	138.025.289,82
Sul	156.272.889,70	45,58	4.879.348,44	48,03	138.025.289,82	42,90	156.272.889,70
Total	325.332.442,41	100,00	14.562.001,33	100,00	296.701.715,82	100,00	296.701.715,82

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Total	344.342.844,24	100%	9.947.067,78	100%	310.852.192,99	100%	7.277.165,45	100%	
Região geográfica	Bruto de Resseguro				Líquido de Resseguro				2024
	Danos	%	Pessoas	%	Danos	%	Pessoas	%	
Centro-Oeste	32.104.301,85	9,87%	4.165.009,29	28,60%	30.123.711,23	10,15%	2.260.433,30	18,22%	
Nordeste	13.723.832,11	4,22%	274.074,51	1,88%	13.284.491,47	4,48%	269.939,79	7,72%	
Norte	1.779.534,32	0,55%	20.198,10	0,14%	1.637.285,14	0,55%	20.198,10	0,17%	
Sudeste	121.451.884,43	37,33%	5.223.373,02	35,87%	115.560.954,96	38,95%	4.804.251,42	39,43%	

Nas premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de subscrição de seguro são observados:

- Simultaneidade, expectativas de prêmio de risco, observando a frequência e severidade para cada agrupamento de ramos, com base de dados que contemplam as informações referentes às apólices com riscos em vigor;

- Expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, respeitando-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos com os resseguradores;

- Taxa de juros aplicada para os passivos, utilizando a taxa PRÉFIXADA, conforme nova metodologia da SUSEP;

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é o condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente;

- Tabela Biométrica aprovada pela legislação - Seguros de Pessoas: coberturas por morte, causas não acidentais.

3.1.1 - Teste de sensibilidade:

Em relação aos grupos analisados, entendeu-se prudente verificar o reflexo no resultado e no patrimônio líquido contábil da Seguradora, considerando-se um agravamento de 10% nos parâmetros de indenizações dos ramos Patrimonial-0118, Automóvel-0531, RCFV-0553 e Vida-0993. São estes os indicadores que podem trazer impacto significativo na mensuração da solvência, uma vez que entendemos que os demais parâmetros, tais como taxa de juros, índices de converteabilidade, inflação e excedente financeiro, não demandam relevância considerável no contexto presente.

A escolha destes parâmetros como balizadores para a verificação do reflexo contábil fundamenta-se no crescimento de prêmios no período e no comportamento das taxas de sinistralidade, principalmente no grupo Danos, em função da complexa operação que envolve o grupo Automóvel (Caso-0531 e RCF-0553) e sua possível volatilidade. Desta forma, após os cálculos efetuados, seguem abaixo os reflexos contábeis no Resultado e Patrimônio Líquido Contábil (PLC).

Tabela com resultados do teste de sensibilidade em 31/12/2025:

Premissas	Resultado	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Efeito no PLC e no PLA
Agravos de 10% na PSL ramos 118, 531, 553 e 993.	(13.388.779,20)	(10.586.465,99)	(7.958.055,00)	(6.275.488,24)

Considerando que a Gente Seguradora apurou no ano de 2025 um resultado líquido de R\$ 30.458.827,08, atingindo um PLC de R\$ 77.723.339,35 e um PLA de R\$ 91.787.863,90, denota-se que os agravos considerados no teste demandariam reflexos significativos nos indicadores contábeis testados, porém as reduções indicadas na tabela acima mantêm o PLC e PLA com volume de suficiência aderente à legislação.

3.2 - Risco de crédito:

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, abrangendo principalmente prêmios a receber, investimentos financeiros e cessões de risco.

- **Investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites e exposições dentro do apetite de risco assumido, sendo avaliados limites técnicos regulatórios, grau mínimo de risco aceitável, análise cruzada com Consultorias de Investimento e aprovação das operações pela Diretoria.

Na data base deste balanço, 99% das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano), conforme nota explicativa nº 4.1.

- **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados.

Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, assim como o período e o comportamento das taxas de sinistralidade, e a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apropriados na nota explicativa nº 10.3.

- **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de res

PubliCP

Publicidade Legal

3.3 - Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrente da oscilação da taxa de juros e de preços dos instrumentos financeiros. O gerenciamento do risco é feito através da descentralização das aplicações em diversas Instituições Financeiras e diversificação dos tipos de aplicações, bem como estratégias de marcação desses ativos, para minimizar sua volatilidade.

3.4 - Risco de Liquidez:

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, emperdo em não, no momento em que forem devidas, quer seja pela falta de ativos ou pela ausência de liquidez imediata. Nesse sentido, a Geste Seguradora possui controle robusto de caixa diário, que opera em linha com os critérios e definições estabelecidos pela alta administração e política de investimentos.

3.5 - Risco operacional:

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, bem como de fraudes ou ainda eventos externos. O gerenciamento do risco operacional fundamenta-se no treinamento contínuo da equipe técnica, no desenvolvimento e aprimoramento de sistemas, no fortalecimento dos mecanismos de prevenção à fraude e na adoção de práticas voltadas à identificação, mitigação e redução de eventos relevantes e de perdas operacionais, em alinhamento das melhores práticas ao ambiente de controles internos estabelecidos.

Todas as perdas financeiras decorrentes de erro operacional ocorrido no período estão registradas contabilmente em rubricas específicas, possibilitando o adequado controle, acompanhamento e análise das causas e da materialidade das perdas.

Em 2024, em decorrência da obrigatoriedade de constituição do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, nos termos da Circular Susep nº 648/2021, a Geste Seguradora, iniciou o projeto de implantação do referido banco de dados, contemplando o desenvolvimento da base de controle de identificação, captura, classificação e registro das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e da prevenção à fraude e na adoção de práticas voltadas à identificação, mitigação e redução de eventos relevantes e de perdas operacionais, em alinhamento das melhores práticas ao ambiente de controles internos estabelecidos.

3.6 - Sustentabilidade e ESG:

Em atendimento à Circular Susep nº 666/2021, a Geste Seguradora iniciou em 2024, o projeto de implantação e adequação aos critérios de avaliação de sustentabilidade aplicáveis às suas operações. A iniciativa está inserida no contexto de fortalecimento da governança corporativa e da gestão integrada de riscos, em consonância com as diretrizes regulatórias vigentes.

No âmbito desse projeto, a Companhia realizou avaliação inicial do cenário, com entendimento das diretrizes regulatórias e dos objetivos estratégicos corporativos, bem como a elaboração do estudo de materialidade, com a participação dos stakeholders relevantes, visando a identificação dos temas materiais e a definição de prioridades. Os temas identificados passaram a ser considerados no processo de mapeamento dos riscos ESG e integrados ao Perfil de Riscos da Companhia.

Adicionalmente, foram realizadas ações de capacitação inicial, com foco na disseminação do tema e no engajamento das áreas, bem como a elaboração e publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade, que apresenta os compromissos assumidos, as práticas adotadas e as ações realizadas nas frentes Ambiental, Social e Governança, incluindo diagnóstico de maturidade, resultados alcançados e diretrizes para os próximos ciclos.

3.6.1 - Próximos passos 2026:

Para 2026, a Companhia dará continuidade à jornada ESG, com foco no aprimoramento dos processos e na consolidação das iniciativas em andamento, incluindo:

- a) A identificação e avaliação da efetividade dos controles existentes relacionados aos riscos ESG integrada ao Perfil de Riscos, bem como a definição de novos controles, quando aplicável;
- b) O aprimoramento do Programa de Integridade, com o fortalecimento da cultura ética, da gestão de riscos e da conformidade, de forma integrada às melhores práticas de governança corporativa;
- c) A realização de estudos e análises relacionadas à adaptação às mudanças climáticas e a ocorrência de eventos extremos, considerando potenciais impactos e oportunidades, inclusive no desenvolvimento de produtos e no aprimoramento tecnológico destinados a mitigar riscos à continuidade dos negócios;
- d) A ampliação de ações de disseminação da cultura ESG, com envolvimento e engajamento dos colaboradores, diante da crescente relevância dos temas ESG no setor de seguros e no ambiente regulatório, a Geste Seguradora S/A reforça que sua governança, operações e estratégia estão cada vez mais alinhadas à agenda de sustentabilidade. O relatório de sustentabilidade apresentado para o exercício de 2024 evidencia esse compromisso e reforça a integração da sustentabilidade à gestão de riscos e à tomada de decisão estratégica, que pode ser visualizado no site da Geste Seguradora através do link: <http://ggeste-seguradora.com.br/relatorio-sustentabilidade>

4 - Aplicações financeiras:

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, conforme referenciado pela Circular SUSEP nº 678/2022, a qual alterou a Circular SUSEP nº 648/2021.

O CPC 48 substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, mantendo, em grande parte, seus princípios fundamentais, porém introduzindo alterações relevantes, especialmente no que se refere à classificação e mensuração dos ativos financeiros. Com a adoção do CPC 48, foram eliminadas as categorias anteriormente existentes para ativos financeiros, quais sejam: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48, os ativos financeiros passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJPR);
 - (ii) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA);
 - (iii) Mensurados ao custo amortizado.
- A classificação dos ativos financeiros é determinada com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Administração da Companhia gerencia sua carteira de investimentos considerando critérios de liquidez, segurança e rentabilidade, em consonância com sua estratégia de investimentos e política de gestão de riscos, tomando decisões de compra e venda com base, prioritariamente, na avaliação de seus valores justos. Na data-base das demonstrações financeiras, as aplicações financeiras da Companhia estão classificadas como: mensuradas ao valor justo por meio do resultado; e mensuradas ao custo amortizado.
- O valor justo dos fundos de investimento é determinado com base no valor das cotas divulgado pelas respectivas instituições financeiras administradoras, enquanto o valor justo dos títulos públicos é apurado com base nas taxas médias praticadas no mercado secundário, conforme informações divulgadas pela ANBIMA.

4.1 - Composição das aplicações por prazo e por tipo:

				2025
	%	Valor	Vencimento	Rating
Mensurados ao Custo Amortizado				
Renda Fixa Público - NTN-F	2%	5.751.435,78	01/2027	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	8%	26.887.528,24	01/2029	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	1%	5.132.094,21	01/2027	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	1%	5.162.995,63	01/2029	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	3%	10.792.216,00	08/2026	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	3%	10.456.821,36	08/2028	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	4%	11.185.022,52	08/2030	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	7%	23.105.259,70	05/2035	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	9%	15.785.199,07	08/2040	AAA
Renda Fixa Público - LTN	9%	31.898.325,16	07/2027	AAA
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	0%	32.135.478,69	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	7%	25.633.392,90	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	6%	10.455.011,15	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	8%	30.507.476,84	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Público - LFT	17%	50.161.348,39	09/2027	AAA
Total das aplicações				
	34%	627.057,01		
Mensurados ao custo amortizado				
	28%			
Renda Fixa Público - NTN-F	4%	10.746.612,76	01/2027	AAA
Renda Fixa Público - NTN-F	11%	31.337.004,14	01/2029	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	8%	22.074.714,86	05/2035	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	5%	15.090.274,72	08/2040	AAA
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
	72%			
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	18%	50.255.012,35	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	2%	4.851.438,29	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Privados - Quotas de F.I.	6%	14.841.840,89	sem prazo	sem rating
Renda Fixa Público - NTN-B	4%	10.140.098,17	08/2028	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	3%	9.741.496,00	08/2028	AAA
Renda Fixa Público - NTN-B	4%	10.565.678,22	08/2030	AAA
Renda Fixa Público - LFT	19%	55.507.794,02	03/2026	AAA
Renda Fixa Público - LFT	18%	51.670.005,37	09/2027	AAA
Total das aplicações				
		286.827.769,79		

4.2 - Movimentação das aplicações:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	286.827.769,79	239.654.263,21
(+) Aplicações	106.154.596,18	117.219.748,18
(-) Resgates	(80.740.000,00)	(84.177.300,31)
(-/-) Variações monetárias	32.384.691,04	24.311.058,71
Saldo no final do exercício	344.627.057,01	286.827.769,79

5 - Imobilizado e depreciação:

Os ativos de uso próprio e de investimento compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e softwares. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 4% para imóveis, 10% para móveis, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, softwares e veículos. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico e reduzido por depreciação acumulada.

5.1 - Composição dos imóveis:

	2025	2024
Imóveis		
Prédio Mal. Floriano Peixoto	1.590.343,50	1.694.031,42
Imóvel Pedro Chaves Barcelos	3.007.481,99	3.046.015,13
Prédio São Paulo	1.952.904,53	2.608.192,46
Total dos imóveis	6.550.730,02	6.748.239,01

5.2 - Movimentação do imobilizado:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	8.579.305,09	8.657.744,34
Depreciação	(196.108,99)	(196.109,60)
Depreciação		
Depreciação	646.454,90	710.473,40
Depreciação	(478.120,02)	(478.724,70)
Venda ou baixa de ativo	(143.810,29)	(116.078,35)
Saldo em 31 de dezembro	8.407.712,35	8.579.305,09

6 - Ativos de resseguro:

A cessão de resseguro tem o propósito de limitar sua perda potencial dos riscos assumidos. Os ativos de resseguro compreendem as recuperações de sinistros pagos e as provisões técnicas de resseguro - PPNG, RVNE, PSL, IBNR e PDR. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais estão registradas no livro circulante. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. No fim de 2025 os contratos proporcionais e não proporcionais foram firmados com os resseguradores locais IRB Brasil Resseguros S.A. e Austral Re.

6.1 - Composição e movimentação das provisões técnicas de resseguro:

	PPNG	RVNE	PSL	IBNR	IBNR SALVADOS	IBNR	PDR	PDR IBNR	Total
Saldo em 1º de janeiro	15.108.363,01	1.500.087,82	32.382.172,01	1.238.697,06	4.749.893,67	(124.167,05)	5.907.400,98	464.819,58	61.227.366,27
Constituição	6.405.254,79	1.157.145,95	41.245.678,53	1.386.702,42	3.956.121,13	-	3.894.919,94	476.300,72	58.207.103,68
Reversão	(3.486.093,76)	(1.854.565,13)	(11.438.570,87)	(1.063.471,98)	(3.603.445,41)	63.000,01	(621.751,17)	(538.302,11)	(23.129.225,56)
Pagamento	-	-	(25.223.777,30)	-	-	-	(1.858.355,58)	-	(27.082.132,88)
Saldo em 31 de dezembro	18.028.524,04	802.668,64	36.904.482,36	1.561.925,49	4.717.150,39	(11.167,05)	7.366.714,16	302.813,16	68.223.111,61

	PPNG	RVNE	PSL	IBNR	IBNR SALVADOS	IBNR	PDR	PDR IBNR	Total
Saldo em 1º de janeiro	14.034.843,38	1.544.088,21	22.872.450,77	818.802,82	4.838.666,62	(47.611,21)	4.747.708,85	648.333,48	65.454.200,79
Constituição	3.966.900,20	1.269.077,01	43.061.712,95	636.087,31	3.964.628,37	(172.420,09)	3.422.231,38	1.146.908,21	64.357.182,20
Reversão	(7.323.301,50)	(1.708.679,30)	(9.405.443,95)	(415.402,87)	(10.073.323,77)	95.848,24	(395.145,51)	(1.316.422,11)	(20.541.965,17)
Pagamento	-	-	(11.114.577,72)	-	-	-	(1.890.480,14)	-	(13.004.957,86)
Saldo em 31 de dezembro	15.108.363,01	1.500.087,82	32.382.172,01	1.238.697,06	4.749.893,67	(124.167,05)	5.907.400,98	464.819,58	61.227.366,27

7 - Custos de aquisição diferidos (CAD):

Completam os custos de aquisição diferidos os valores referentes às comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, sendo apropriado ao resultado de acordo com a vigência das apólices.

7.1 - Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	2025	2024
Comissão		
Saldo em 1º de janeiro	23.033.578,76	23.033.578,76
Constituição	15.144.098,80	15.144.098,80
Reversões	(13.343.900,08)	(13.343.900,08)
Saldo em 31 de dezembro	24.833.777,48	23.033.578,76

8 - Provisões técnicas:

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), cuja consistência e parâmetros adotados são verificados pela Auditoria Atual Independente, conforme normativas aplicáveis. As principais definições aplicáveis aos ramos de seguros operados pela Geste Seguradora são:

- a. **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** constituída mensalmente com base no Prêmio Comercial, em moda nacional, incluído de consórcio acerto, título de resseguro, líquido de consórcio cedido. Tem por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, o qual é calculado de modo a considerar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao exercício de cobertura dos riscos assumidos de cada apólice ou contrato, representando todos os contratos de seguro vigentes no mês de sua constituição ou a eles relacionados.
- b. **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE):** provisão estimada cujo objetivo é dar garantia aos riscos inteiros aos prêmios comerciais emitidos após o início de vigência pela seguradora, cujo cálculo é feito com base nos dados do quadro estatístico 378, utilizando-se como premissas a média dos prêmios emitidos com atraso nos últimos meses de operação da seguradora, e o fator de consistência é extraído do teste de consistência.
- c. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** com vistas à garantia dos valores de sinistros a pagar, seu saldo correspondente, na data do cálculo, ao total devido de sinistros avisados e ainda não indenizados deduzido da parcela relativa à recuperação de consórcio, caso houver, inclusive àqueles de demandas judiciais, cuja metodologia encontra-se prevista em Nota Técnica Atuária específica, onde o valor provisionado tende a ser proporcional aos riscos de perda de cada processo, segundo classificação jurídica. Quando necessário será constituída a provisão de ajuste (IBNR), a qual é apurada por meio da aplicação de metodologia baseada nos resultados dos testes de consistência da PSL e tem o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação.
- d. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** tem por objetivo prestar atenção às demandas de sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora, sendo calculada através de metodologia própria, com base no desenvolvimento dos triângulos de Run-Off para todos os ramos comercializados, conforme previsto em NTA específica, cuja consistência dos valores apurados é testada mensalmente, por meio de técnicas estatísticas e atuariais que observam o comportamento histórico entre as datas de ocorrência dos sinistros e os respectivos avisos.
- e. **Provisão de Despesas a Pagar Estruturadas em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR):** tem por objetivo dar cobertura aos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas à liquidação de indenizações, inclusive na esfera judicial, em função dos sinistros ocorridos, avisados ou não, relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, de acordo com metodologia própria prevista em NTA específica.
- f. **Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** tem por objetivo complementar eventuais insuficiências nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos - TAP.
- g. **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR):** tem por objetivo dar cobertura aos valores de devoluções de prêmios, não contemplados nas demais provisões técnicas.
- h. **Provisão de Excedente Técnico (PET):** tem por objetivo dar cobertura para os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos previstos nos contratos bem como para as obrigações decorrentes de reduções de comissão de resseguro.

8.1 - Composição das provisões técnicas:

	2025	2024
PPNG	177.349.138,55	161.036.834,04
PPNG/RVNE	9.275.369,93	15.195.115,57
PSL ADM	53.559.636,37	58.391.636,49
PSL JUJ	69.923.798,36	60.999.369,35
PSL ajuste IBNR	4.011.828,35	6.507.641,78
(-) Estimativas salvados	(3.302.498,49)	(6.592.108,75)
PSL retrocessão	15.429,37	28.617,45
IBNR	24.374.011,97	20.526.626,08
(-) Estimativas salvados IBNR	(627.834,74)	(1.297.834,74)
IBNR PDR	18.646.036,16	18.051.566,59
IBNR PDR	2.726.673,55	7.422.047,45
PVR	5.012.162,95	2.294.850,18
PET	1.104.958,08	999.558,27
PET	13.656.657,50	8.825.773,88
Total das provisões	375.725.389,92	343.709.793,64

8.2 - Desenvolvimento das provisões judiciais de sinistro:

	2025	2024
PROVISÕES RELACIONADAS A SINISTROS/BENEFÍCIOS		
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	5.255.756,64	5.129.715,88
Montante provisionado de ações jud. pagas no exerc. cor. e que se encontravam provisionadas	6.208.793,21	6.997.678,78
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	3.524.921,96	2.879.758,73
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	2.541.550,75	411.253,75

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de março de 2025, referente ao exercício de 2024, foi aprovada a distribuição de lucros aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos adicionais, no montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), bem como a constituição de reserva de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 17.077.759,02 (dezenove milhões, setecenta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de lucros aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos adicionais, no montante de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais). Em decorrência dessa deliberação, o referido valor deixou de compor o patrimônio líquido e passou a ser reconhecido no passivo, na rubrica de dividendos a pagar e em consonância com a legislação societária vigente.

12.4 - Dividendos e juros sobre o capital próprio:

De acordo com as disposições legais e estatutárias são garantidos aos acionistas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, calculado conforme legislação vigente e tendo como base a Tabela de Juros do Plano Prozo (TJLP) durante o exercício aplicável. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	45.498.827,08	28.249.575,65
JCP pago no exercício	(8.040.000,00)	(3.940.000,00)
Lucro líquido da realização da reserva de reavaliação	100.074,72	100.074,72
Base de cálculo para os dividendos e reservas	37.558.901,80	24.309.650,37
Constituição da reserva legal - 5%	404.432,95	1.214.478,76
Dividendos pagos e propostos no exercício - 25%	9.885.725,45	6.097.412,59
Constituição da reserva de dividendos adicionais propostos	29.264.743,40	17.077.759,02

12.5 - Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, estabelece os critérios e procedimentos para o cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das sociedades seguradoras. Em 28 de setembro de 2024, a Resolução CNSP nº 479 introduziu ajustes pontuais à referida norma, especialmente no que se refere aos dispositivos relacionados aos capitais de risco de subscrição e operacional. Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia deve manter, de forma permanente, um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), após a aplicação dos ajustes regulamentares pertinentes.

O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao montante mínimo de capital necessário para assegurar a operação regular e a solvência da seguradora, sendo determinado pelo maior valor entre o capital base definido pela regulamentação aplicável

e a soma dos Capitais de Risco, os quais refletem os riscos inerentes às operações da companhia, incluindo, entre outros, os riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional.

12.5.1 - Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:

	2025	2024
Patrimônio líquido contábil	77.723.330,35	75.114.207,82
(+) Ajustes contábeis	(184.850,28)	(184.850,28)
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	14.229.374,81	(643.768,23)
PLA de nível 1	68.447.820,52	64.281.549,68
PLA de nível 2	15.799.213,36	3.137.205,64
PLA de nível 3	6.850.720,02	6.746.839,01
(+) Ajuste do excesso de PLA níveis 2 e 3	91.787.863,90	74.395.589,33
Capital - base (I)	8.190.000,00	8.190.000,00
Capital de risco (II)	13.690.330,12	65.241.195,17
Capital de risco de subscrição	55.013.707,03	52.168.750,16
Capital de risco de crédito	10.302.794,04	7.265.170,27
Capital de risco operacional	2.298.816,87	2.445.370,22
Capital de risco de mercado	25.089.886,96	17.330.603,96
Efeito da contagem entre os riscos	(18.654.421,78)	(13.766.597,67)
Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (I) e (II)	17.827.080,78	9.262.283,29
Suficiência do PLA	24%	14%

12.6 - Composição acionária:

12.6.1 - Alterações societárias ocorridas nos exercícios:

No exercício de 2024, a Gente Seguradora e Participações Ltda., acionista da Gente Seguradora S.A., passou por uma reestruturação societária. A empresa foi convertida em sociedade anônima, conforme previsto no artigo 220 da Lei 6.404/76, e alterou sua denominação para Gente Seguradora S.A., transformando em uma holding familiar que centraliza grande parte da participação societária das empresas do Grupo.

A transformação foi formalizada em Assembleia Geral realizada em 31 de maio de 2024, aprovada na Junta Comercial pelo registro sob nº 433.001.900 em 18/07/2024. Adicionalmente, os acionistas Sérgio Suslik Wais e Tania Wais realizaram a integralização de suas participações na Gente Seguradora S.A. e Participações Ltda., resultando na alteração do quadro societário da seguradora, onde a MSE se tornou acionista qualificada, com participação de 99,99% no capital social da Gente Seguradora S.A. As participações societárias dos demais acionistas não sofreram alterações. O controle indireto do acionista Sérgio Suslik Wais na Gente Seguradora S.A. foi mantido.

Em 25 de agosto de 2025 a MSE Participações S/A vendeu 114 (cento e quatorze) ações ordinárias para a Sabrina Wais, pelo valor de R\$ 26,97 (vinte e seis reais e noventa e sete centavos) cada ação, reduzindo as ações de sua propriedade para 3.353.967 ações ordinárias.

12.6.1.1 - Composição do Capital Social da MSE Participações S.A.		
Acionistas	Quantidade de Ações	% de participação
Sérgio Suslik Wais	28.376.850	99,99%
Tania Wais	109.883	0,38%
Marcelo Wais	100	0,000001%
Eduardo Wais	100	0,000004%
Sabrina Wais	100	0,000004%
Total	28.487.144	100,000002%

12.6.1.2 - Participação da MSE Participações S.A. no Grupo:		
Empresa	Quantidade de Ações	% de participação
Gente Seguradora S.A.	3.353.967	99,9798%
Gente Assistência e Serviços Ltda.	136.703	99,7600%
Gente Clube de Benefícios Ltda.	696.514	92,4400%
Gente Viagens e Turismo Ltda.	30.700	99,2500%

12.6.1.3 - Composição acionária da Gente Seguradora S/A:		
Acionistas	Quantidade de Ações	% de participação
MSE Participações S.A.	3.353.967	99,9798%
Marcelo Wais	10.643	0,3135%
Eduardo Wais	114	0,0034%
Sabrina Wais	3.394.838	100,0000%

DIRETORIA	
Sérgio Suslik Wais	Diretor Presidente
Marcelo Wais	Diretor Vice-Presidente
Tania Wais	Diretora
Eduardo Wais	Diretor
Flávia Nicoletti	
Controladora CRCSR 274938/O-T-RS	
Eder Gerson Aguiar de Oliveira	
Atuário Responsável Técnico - MIBA 630	

PARCEIRO DA AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

Aos Acionistas e Administradores da GENTE SEGURADORA S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as demonstrações contábeis e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da GENTE SEGURADORA S.A. (a seguir denominada "Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas demonstrações contábeis, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores indutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar sem necessidade para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das demonstrações técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores indutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo

a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores indutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da GENTE SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de risco de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre os dados fornecidos pela Seguradora e utilizamos em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo sejam avaliados de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência entre os dados que serviram de base para a apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encontrados na SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 19 de fevereiro de 2026.

Alexandre Tur de Almeida - Atuário MIBA nº 1034

ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda

CNPJ nº 08.614.081/0001-21 - CIBA nº 102

Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da GENTE SEGURADORA S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da GENTE SEGURADORA S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do desempenho abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os resultados noticiados explicativos, incluindo o relatório das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GENTE SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nós temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinar sem necessidade para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Essas julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou (s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2026

TATICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRCSR 090306-F

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCSR nº 033.964-0



Nome do arquivo: Gente Seguradora 25.02.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA
Responsável: MARCELO DE SOUSA DANTAS

24/02/2026 17:16:11 GMT-03:00 92757798000139
43432271387



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, Almerinda Beatriz Neta, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente, depois da lida e aprovada.

ALMERINDA BEATRIZ NETA
Secretária

EDWALDO REIS DA SILVA
Presidente

Ata de 1.312ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara do Conselho de Contribuintes, realizada no dia 22 de novembro de 1984, às 08:00 horas.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às oito horas, na Sala das Sessões, localizada no 6º andar do Edifício Zefira, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, Brasília - DF., realizou-se a 1.312ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara do Conselho de Contribuintes, com a presença das Senhoras Conselheiras: Edwaldo Reis da Silva, Presidente, Newton Paranhos, Vice-Presidente, Levy Velório de Oliveira, Ubaldo Campello Neto, Francisco Ricardo Soares Sette, João Holanda Costa, Paulo César de Ávila e Silva e Abelard Barreto; do Procurador da Fazenda Nacional, Wilson Ferreira Campos, e da Secretária, Almerinda Beatriz Neta. Havendo-se a leitura da Ata da Sessão anterior, realizada ontem, às quinze horas, a qual, posta em discussão, foi unanimemente aprovada. Passando-se à Ordem do Dia, foram submetidos ao julgamento os recursos abaixo discriminados:

Relator: Conselheiro Francisco Ricardo Soares Sette
Rec. 104.170; Proc. 0283/004246/01-15; Recte: Varig S/A - Vição Aérea Riograndense; Recde: IRF - No Porto de Manaus. Visto ao Conselheiro Levy Velório de Oliveira.

Rec. 106.810; Proc. 10845/000497/84-88; Recte: Agência de Vapores GRIEG S/A; Recde: DRF - Santos. Visto ao Conselheiro Edwaldo Reis da Silva.

Relator: Conselheiro Newton Paranhos
Rec. 106.850; Proc. 10845/006137/84-35; Recte: Cory Irmãos (Comércio e Representações) Ltda; Recde: DRF - Santos. Visto ao Conselheiro João Holanda Costa.

Relator: Conselheiro Paulo César de Ávila e Silva
Rec. 106.809; Proc. 10845/000527/84-47; Recte: Agência de Vapores GRIEG S/A; Recde: DRF - Santos. Decisão: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso. Acórdão nº 302-30.146.

Rec. 106.817; Proc. 0283/014093/80; Recte: Caloi Norte S/A; Recde: IRF - No Porto de Manaus. Decisão: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso. Acórdão nº 302-30.147.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, Almerinda Beatriz Neta, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente, depois da lida e aprovada.

ALMERINDA BEATRIZ NETA
Secretária

EDWALDO REIS DA SILVA
Presidente

Ata de 1.313ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara do Conselho de Contribuintes, realizada no dia 22 de novembro de 1984, às 12:00 horas.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às doze horas, na Sala das Sessões, localizada no 6º andar do Edifício Zefira, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, Brasília - DF., realizou-se a 1.313ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara do Conselho de Contribuintes, com a presença das Senhoras Conselheiras: Edwaldo Reis da Silva, Presidente, Newton Paranhos, Vice-Presidente, Levy Velório de Oliveira, Ubaldo Campello Neto, Francisco Ricardo Soares Sette, João Holanda Costa, Paulo César de Ávila e Silva e Abelard Barreto; do Procurador da Fazenda Nacional, Wilson Ferreira Campos, e da Secretária, Almerinda Beatriz Neta. Havendo-se a leitura da Ata da Sessão anterior, realizada hoje, às oito horas, a qual, posta em discussão, foi unanimemente aprovada. Na expediente foi lida a vista oficial, na forma do Regimento Interno, ao Sr. Procurador da Fazenda Nacional, dos seguintes acordos:

Ac. 302-30.075; Rec. 105.740; Proc. 0845/053109/83-72; Recte: Hamburg - Sud Agências Marítimas S/A.

Ac. 302-30.076; Rec. 106.655; Proc. 0711/003400/83-70; Recte: Hamburg - Sud Agências Marítimas S/A.

Ac. 302-30.080; Rec. 106.727; Proc. 10845/000290/84-40; Recte: Agência de Vapores GRIEG S/A.

Ac. 302-30.119; Rec. 106.775; Proc. 10845/001604/84-21; Recte: Cory Irmãos Comércio e Representações Ltda. Passando-se à Ordem do Dia, foram submetidos ao julgamento os recursos abaixo discriminados:

Relator: Conselheiro Newton Paranhos
Rec. 103.893; Proc. 0880/037218/81-90; Recte: Cory Irmãos Comércio e Representações Ltda; Recde: DRF - São Paulo. Continua com vista ao Procurador da Fazenda Nacional.

Rec. 106.821; Proc. 10814/001484/84-66; Recte: Varig S/A - Vição Aérea Riograndense; Recde: IRF - Congonhas. Decisão: Por unanimidade de votos, não se tomou conhecimento do recurso, por falta de objeto, nos termos do voto do Conselheiro relator. Acórdão nº 302-30.148.

Relator: Conselheiro João Holanda Costa
Rec. 105.662; Proc. 0281/006930/82-09; Recte: Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro; Recde: IRF - No Porto do Rio de Janeiro. Continua com vista ao Conselheiro Francisco Ricardo Soares Sette.

Relator: Conselheiro Paulo César de Ávila e Silva
Rec. 105.353; Proc. 0711/005157/82-43; Recte: Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro; Recde: IRF - No Porto do Rio de Janeiro. Decisão: Por unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao recurso, para reduzir o valor da exigência (imposto e multa) às quantias apontadas na informação de fls. 99/101. Acórdão nº 302-30.149.

Rec. 106.763; Proc. 0814/005471/82-22; Recte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; Recde: IRF - Congonhas. Decisão: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso. Acórdão nº 302-30.150.

Relator: Conselheiro Abelard Barreto
Rec. 106.819; Proc. 0845/050566/03-71; Recte: Agência de Vapores GRIEG S/A.

S/A; Recde: DRF - Santos. Decisão: Por unanimidade de votos, convertendo-se o julgamento em diligência: a) repartição de recursos, para o julgamento da Conselheiro relator. Acórdão nº 302-30.151.

Relator: Conselheiro Francisco Ricardo Soares Sette
Rec. 106.531; Proc. 0845/058160/82-25; Recte: Neutalus Agência Marítima Ltda; Recde: DRF - Santos. Continua com vista ao Conselheiro Levy Velório de Oliveira.

Relator: Conselheiro Edwaldo Reis da Silva
Rec. 106.820; Proc. 0845/059940/83-00; Recte: Agência de Vapores GRIEG S/A; Recde: DRF - Santos. Continua com vista ao Conselheiro João Holanda Costa.

Relator: Conselheiro Ubaldo Campello Neto
Rec. 106.815; Proc. 10845/002853/84-61; Recte: Neutalus Agência Marítima Ltda; Recde: DRF - Santos. Decisão: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, quanto a penalidade, para considerá-lo excluído por denúncia espontânea da infração (art. 130 do CTN); e, pelo voto de qualidade, quanto à exigência do tributo, deu-se provimento parcial, apenas para considerar como data de referência a do conhecimento da falta (doc. de fls. 7/8), vencidos os Conselheiros Ubaldo Campello Neto, relator, Newton Paranhos, Paulo César de Ávila e Silva e Francisco Ricardo Soares Sette, que deram também provimento parcial apenas para considerar como data de referência a da entrada do navio. Relator: Designado: Conselheiro Levy Velório de Oliveira. Acórdão nº 302-30.152.

Rec. 106.858; Proc. 0711/003391/83-00; Recte: Agência Marítima Transnord Ltda; Recde: IRF - No Porto do Rio de Janeiro. Visto ao Conselheiro Edwaldo Reis da Silva.

Relator: Conselheiro Paulo César de Ávila e Silva
Rec. 106.846; Proc. 10845/006264/84-52; Recte: Hamburg - Sud Agências Marítimas S/A; Recde: DRF - Santos. Decisão: Por unanimidade de votos, julgou-se prejudicado o recurso, por falta de objeto, (art. 8º, inc. I, do Decreto-lei nº 2.163/64). Acórdão nº 302-30.153.

Relator: Conselheiro Francisco Ricardo Soares Sette
Rec. 106.810; Proc. 10845/002859/84-40; Recte: Agência Marítima Transnord Ltda; Recde: DRF - Santos. Visto ao Conselheiro Edwaldo Reis da Silva.

Rec. 106.847; Proc. 10845/006262/84-27; Recte: Hamburg - Sud Agências Marítimas S/A; Recde: DRF - Santos. Visto ao Conselheiro Levy Velório de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, Almerinda Beatriz Neta, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente, depois da lida e aprovada.

ALMERINDA BEATRIZ NETA
Secretária
(Of. nº 225/84)

EDWALDO REIS DA SILVA
Presidente

SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CARTA PATENTE Nº 515

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, tendo em vista a Portaria nº 8/84, com data na cidade de Porto Alegre, RS, Estado do Rio Grande do Sul, preenchido todas as formalidades das leis vigentes, foi expedida a presente CARTA PATENTE Nº 515 para que possa funcionar na República Federativa do Brasil em Seguros dos RAMOS ELEMENTARES, como definido no artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 61.589, de 23 de outubro de 1967 de acordo com a Portaria Ministerial nº 215 de 28 de novembro de 1984 e segundo as leis da República. E para constar eu, Maria Olete dos Santos Pinto, Agente Administrativo, do Departamento de Controle Econômico da SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS, lavrei a presente carta que fica registrada no Livro competente nº quatro, às folhas cento e oitenta e um verso. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1984. F.A. Figueira - Francisco de Assis Figueira - Superintendente.

(Nº 28.510 de 20-12-84 - Cr\$ 45.000,00)

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Departamento do Mercado de Capitais

Processo aprovado na forma do parecer:

- Pelo Sr. Chefe da REMEF (SP), em 18.12.84:

7683633/84 - KROMO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

- Alteração contratual. (Instrumento de 13.10.84).

(Of. nº 1.674/84)

CARTA-CIRCULAR Nº 1149

Em decorrência das normas baixadas pela Resolução nº 968, de 07.11.84, e pelas Circulares nº 897, de 13.11.84, e 901, de 05.12.84, os capítulos 4-8, 18-7, 18-8, 18-9, 19-7, 19-8, 20-5, 21-5 e 24-7 do Manual de Normas e Instruções (MNI) passam a vigorar com as alterações indicadas nas folhas anexas.

Brasília (DF), 19 de dezembro de 1984

Antonio Mersillac de Oliveira - CHEFE

NOTA: As folhas de atualização a que se refere esta Carta-Circular serão distribuídas aos assinantes do MNI.

Departamento de Organização e Autorizações Bancárias

CARTA-CIRCULAR Nº 1150

Em decorrência do disposto na Resolução nº 518, de 14.03.79, e da Carta-Circular nº 987, de 26.01.84, fica instituído o capítulo 11-3 e alteradas as seções 11-5-2 e 16-5-2 do Manual de Normas e Instruções (MNI).

Em consequência, encontram-se anexas as folhas necessárias à atualização do referido Manual.

Brasília (DF), 19 de dezembro de 1984

Maurício do Espírito Santo - CHEFE

NOTA: As folhas de atualização a que se refere esta Carta-Circular serão distribuídas aos assinantes do MNI.

1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
RUA ANDRADE NEVES, 158 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - FONE (51) 3079-5300
BEL AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO: Autentico o presente documento eletrônico, por ser uma reprodução fiel do original. Dou fe. Emol.: R\$ 65,70 + Selo digital: R\$ 1,05 0450.04.1700002.03858

EUGENIO CIMADOR NETO: 6322272934
ACT-Safeweb: 23/06/2017 09:47:05 -03:00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO - CAGE



CERTIFICADO DE ATESTE E DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE LICITANTE

CERTIFICADO Nº: 8671

RAZÃO SOCIAL: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450, Bairro CENTRO HISTORICO, CEP 90020060

CNAE: 6512000 - Sociedade seguradora de seguros não vida

PERÍODO DE VALIDADE: 10/06/2025 a 30/06/2026

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, com base nas demonstrações contábeis assinadas por **FLAVIA NICOLETTI, CRC 274938/O-0**, **ATESTA** que a empresa acima possui:

- I) Índice de Liquidez Geral (ILG) = **1,16**, Índice de Solvência Geral (ISG) = **1,18**, e Índice de Liquidez Corrente (ILC) = **1,29**, **atendendo** aos requisitos do inciso I do art. 3º do Decreto no 57.154/2023;
- II) Capital Circulante Líquido de **R\$ 104.460.262,34**, **atendendo** ao requisito do inciso III do art. 3º do Decreto no 57.154/2023 para contratações de até **R\$ 627.012.378,99**.

Para fins do disposto nos incisos II e IV do art. 3º do Decreto no 57.154/2023 e conforme as demonstrações contábeis do último exercício social encerrado em **31/12/2024**, a empresa ora certificada apresenta:

- Receita Bruta Anual no valor de **R\$ 340.181.803,51**
- Patrimônio Líquido no valor de **R\$ 75.114.207,82**

Este Certificado substitui, no seu período de validade, a apresentação das Demonstrações Contábeis de que tratam o Decreto nº 57.154/2023 e a Instrução Normativa CAGE nº 11/2023.

Porto Alegre, 10 de junho de 2025



Este certificado foi emitido com base em informações não auditadas por este órgão. Constatando-se, a qualquer tempo, irregularidades nas informações fornecidas pela empresa, este documento perderá imediatamente sua validade.



1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
RUA GAL. ANDRADE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - FONE: (51) 3079-5300
BEL. AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO. art. 7º - Lei 8935/94
AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.
Porto Alegre, 03 de novembro de 2020
Emol.: R\$ 5,00 + Selo digital: R\$ 1,40 0450.01 1900008 8405



AYRTON B. CARVALHO - Tabelião
Escritório: Rua Andrade Neves, 159 - Centro - Porto Alegre, RS



1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
RUA GAL. ANDRADE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - FONE: (51) 3079-5300
BEL. AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIÃO



AUTENTICAÇÃO. art. 7º - Lei 8935/94
AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.
Porto Alegre, 03 de novembro de 2020
Emol.: R\$ 5,00 + Selo digital: R\$ 1,40 0450.01 1900008 8405

AYRTON B. CARVALHO - Tabelião
Escritório: Rua Andrade Neves, 159 - Centro - Porto Alegre, RS

CMG-ES
FLS. 233

= A U T E N T I C A Ç Ã O =
Autentico a presente cópia eletrônica, contendo 1 páginas, cujo original foi digitalizado nestas notas. Dou fé. Validade jurídica de acordo com a Medida Provisória 2.200/01+++++
Porto Alegre, 28 de dezembro de 2020.
Emol R\$ 5,00 (14:19:08, func: 65)
Selo(s): 0450.00.2000003.55999 = R\$1,40



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Jossué Jung, em segunda-feira, 28 de dezembro de 2020 14:58:13 GMT-03:00, CNS: 09.698-2 - 5º Tabelionato de Notas - Serviço Notarial Manica/RS, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia eletrônica,
 contendo 1 páginas, cujo original foi
 digitalizado nestas notas. Dou fé.
 Validade jurídica de acordo com a
 Medida Provisória 2.200/01+++++
 Porto Alegre, 01 de março de 2021.
 Emol R\$ 3,30 (14:35:12, func: 65)
 Selo(s): 0458.00.2000003.79361 = R\$1,40



1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
 RUA GAL ANDRÁDE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - FONE (51) 3079-3300
 BEL - AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/84
 AUTENTICO a presente cópia eletrônica conforme ao original
 a mim apresentada, do que dou fé.
 Porto Alegre, 03 de novembro de 2020
 Emol: R\$ 5,00 + Selo digital: R\$ 1,40 0450.01 1900008 64061



1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
 RUA GAL ANDRÁDE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE - RS - FONE (51) 3079-3300
 BEL - AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8935/84
 AUTENTICO a presente cópia eletrônica conforme ao original
 a mim apresentada, do que dou fé.
 Porto Alegre, 03 de novembro de 2020
 Emol: R\$ 5,00 + Selo digital: R\$ 1,40 0450.01 1900008 64061



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Jossué Jung, em segunda-feira, 1 de março de 2021 14:42:29 GMT-03:00, CNS: 09.698-2 - 5º Tabelionato de Notas - Serviço Notarial
 Manicá/RS, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser
 convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

(Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.)

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 07295535

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.909/94)

SIGNATURA DO PORTADOR

RESERVAÇÕES

72.650

CMG-ES
FLS. 235

1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
RUA GAL ANDRADE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE, RS - FONE (51) 3079-5300
BEL. AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIAO

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8835/84

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 03 de novembro de 2020

Emol.: R\$ 5,00 + Salo digital: R\$ 1,40 (45200-Notaria Manica/RS)



Serviço
Notarial Manica/RS
pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 140/2020 CNJ - artigo 22.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
IDENTIDADE DE ADVOGADO

72.650

CLAUDIO PADILHA PRATES LAMACHIA
PRESIDENTE

1º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE - RS
RUA GAL ANDRADE NEVES, 159 - CENTRO - PORTO ALEGRE, RS - FONE (51) 3079-5300
BEL. AYRTON BERNARDES CARVALHO - TABELIAO

AUTENTICAÇÃO art. 7º - Lei 8835/84

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 03 de novembro de 2020

Emol.: R\$ 5,00 + Salo digital: R\$ 1,40 (45200-Notaria Manica/RS)



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia eletrônica, contendo 1 página, cujo original foi digitalizado nestas notas. Dou fé. Validade jurídica de acordo com a Medida Provisória 2.200/01-+++++ Porto Alegre, 28 de dezembro de 2020. Emol: R\$ 5,00 (14:18:13, func: 65) Salo(s): 0458.00.2000003.55998 = R\$1,40

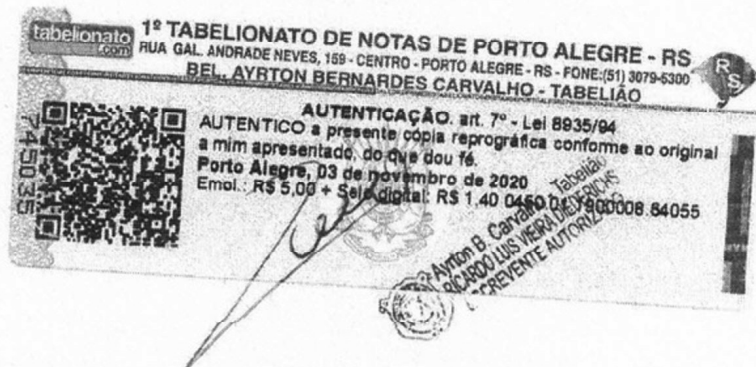


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



18910975

18910975



= A U T E N T I C A Ç Ã O =
Autentico a presente cópia eletrônica,
contendo 1 páginas, cujo original foi
digitalizado nestas notas. Dou fé.
Validade jurídica de acordo com a
Medida Provisória 2.200/01+++++
Porto Alegre, 28 de dezembro de 2020.
Emol R\$ 5,00 (14:17:14, func: 65)
Selo(s): 0458.00.2000003.55997 = R\$1,40



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Jossué Jung, em segunda-feira, 28 de dezembro de 2020 14:58:13 GMT-03:00, CNS: 09.695.52 - 5º Tabelionato de Notas - Serviço Notarial Manical/RS, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL



Nome: **GENTE SEGURADORA S/A**

CNPJ base: **90.180.605/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **29 dias do mês de OUTUBRO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 27/12/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **38003922**
Autenticação: **48408355**



Assinaturas manuais no rodapé da página.

**Certidão de Pessoa Jurídica Não Inscrita no Cadastro Geral de
Contribuintes Estaduais RS**



Certificamos que o CNPJ 90.180.605/0001-02 não está inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos Estaduais do Rio Grande do Sul nesta data.

Esta Certidão refere-se unicamente ao CNPJ consultado e à data da consulta.

Esta Certidão não se constitui em meio de prova positiva ou negativa de débitos ou pendências vinculados ao CNPJ consultado, bem como de qualquer outro tipo de obrigação perante a Fazenda Pública Estadual.

Emitida em: 29/10/2025 10:01:24
Autenticação: 00067002-7DD6-4499-87A9-9F0B1F049777





Gente Seguradora S/A



MÉDIA DE ÍNDICES FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

2025		2024			2025	2024	Média
Ativo - AT	572.836.970,11	Ativo - AT	491.649.911,82	1) Liquidez:			
Ativo Circulante - AC	527.127.197,30	Ativo Circulante - AC	459.092.178,00	1.1) Liquidez Corrente: AC / PC	1,29	1,29	1,29
Ativo Não Circulante - ANC	45.709.772,81	Ativo Não Circulante - ANC	32.557.733,82	1.2) Liquidez Geral: (AC + ARLP) / (PC + PNC)	1,14	1,16	1,15
Ativo Realizável LP - ARLP	37.137.210,20	Ativo Realizável LP - ARLP	23.813.578,47	2) Solvência:			
Ativo Permanente - AP	8.572.562,61	Ativo Permanente - AP	8.744.155,35	2.1) Solvência Geral: AT / (PC + PNC)	1,16	1,18	1,17
Passivo - PT	572.636.970,11	Passivo - PT	491.649.911,82	3) Endividamento:			
Passivo Circulante - PC	408.515.178,42	Passivo Circulante - PC	354.631.915,66	3.1) Endividamento Geral: (PC + PNC) / AT	0,86	0,85	0,86
Passivo Não Circulante - PNC 1	86.598.452,34	Passivo Não Circulante - PNC 1	61.903.788,34	3.2) Endividamento Capital de Terceiros: (PC + PNC) / PL	6,37	5,55	5,96
Patrimônio Líquido - PL	77.723.339,35	Patrimônio Líquido - PL	75.114.207,82	3.3) Endividamento Legal SUSEP: (PC + PNC - Prov Técnicas ²) / PL	1,54	0,97	1,25
Capital Social Integralizado	28.864.061,00	Capital Social Integralizado	28.864.061,00	4) Imobilização:			
Reservas de Lucros	48.859.278,35	Reservas de Lucros	46.250.146,82	4.1) Imobilização de Capitais Próprios: AP / PL	0,11	0,12	0,11
				4.2) Imobilização do Ativo: AP / AT	0,01	0,02	0,02
				5) Capitais de Terceiros:			
				5.1) Gerência de Capitais de Terceiros: PL / (PC + PNC)	0,16	0,18	0,17
				5.2) Gerência de Capitais de Terceiros SUSEP: PL / (PC - Prov Técnicas ² + PNC)	0,65	1,03	0,84

Observação:

- 1- PNC corresponde ao PELP
- 2- Provisões Técnicas base 12/2025:
- 3- Provisões Técnicas base 12/2024:

TOTAL

375.725.389,92
343.709.793,64
719.435.183,56

MARCELO
WALS

FLAVIA
NICOLETTI

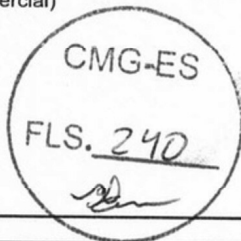
Marcelo Wals
Diretor Vice-Presidente

Flávia Nicoletti
Contadora CRCSP 274938/T-RS



Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43300025934

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: GENTE SEGURADORA S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSN2419329956

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	006			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

PORTO ALEGRE

Local

20 Maio 2024

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data

Responsável

☐ NÃO _____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo



Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/167.000-4	RSN2419329956	13/05/2024

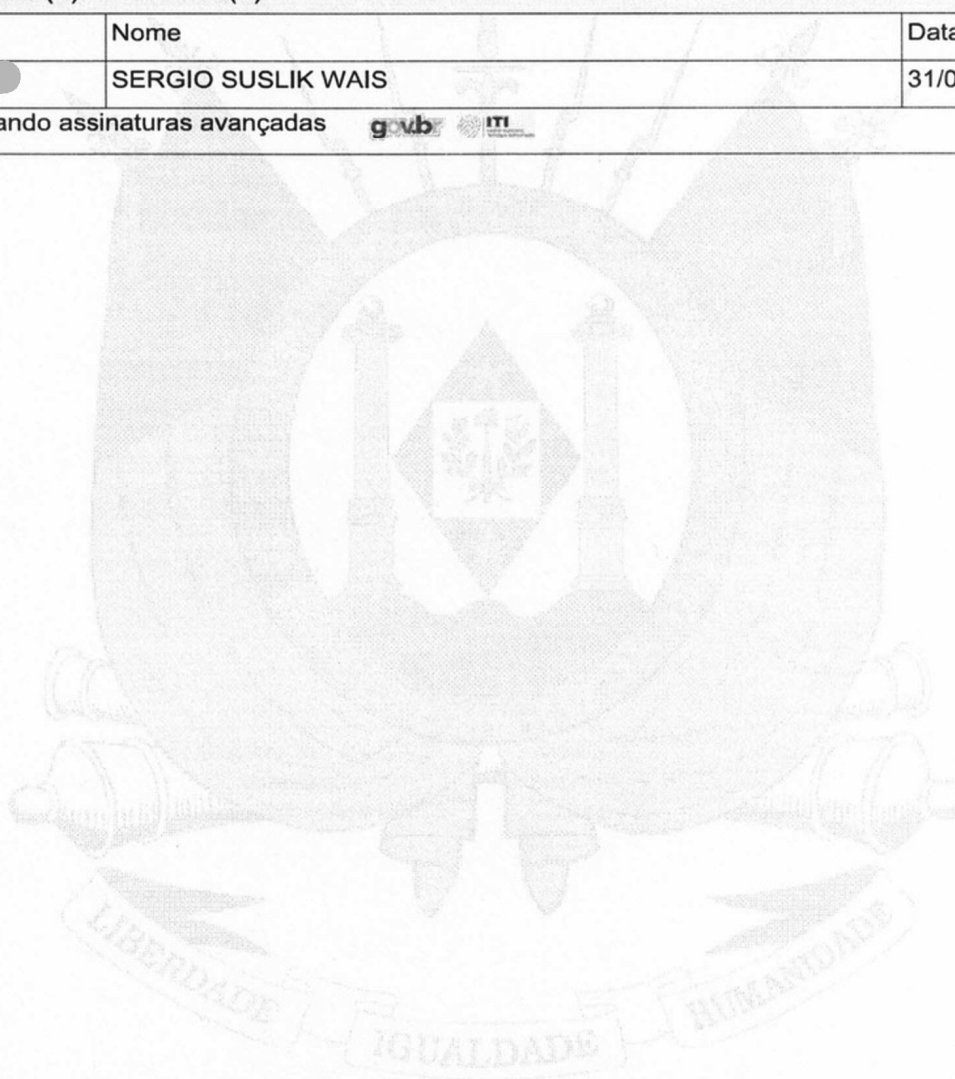
Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024

Assinado utilizando assinaturas avançadas



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



[Handwritten signature]



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

[Handwritten signatures]

GENTE SEGURADORA S.A.
CNPJ - 90.180.605/0001-02
NIRE - 43300025934

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 de março de 2024.



DATA, HORA E LOCAL: Dia 08 de março de 2024, às 15 horas, na sede social da companhia, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

QUORUM: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social.

CONVOCAÇÃO: Verificou-se em primeira convocação, a presença de acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação de editais, conforme autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 e suas atualizações.

PUBLICAÇÕES: As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicadas de forma completa, no jornal de grande circulação Correio do Povo, em 2 (dois) formatos:

- Dia 26/02/2024 - formato físico completo, nas páginas 11, 12, 13 e 14 e
- Dia 26/02/2024 - formato digital completo no link <https://portal.correiodopovo.com.br/publicp/20520.pdf>

MESA: Sérgio Suslik Wais, **Presidente;** Marcelo Wais, **Secretário.**

ORDEM DO DIA:

1. Aprovar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
2. Aprovar a destinação do resultado do exercício de 2023;
3. Fixar a remuneração global dos Administradores da Companhia;
4. Reeleger os membros da Diretoria, fixando-lhes prazo de mandato;
5. Designar aos Diretores às funções específicas contidas nos normativos da SUSEP/CNSP;
6. Deliberar sobre a não instalação do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES: Foi deliberado, pela unanimidade dos acionistas:

1. Aprovar, sem reservas, o Relatório e Contas da Administração, assim como as demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023;

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
gente seguradora.com





2. Aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2023, no valor de R\$ 21.589.256,14 (vinte e um milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos) que, adicionados à R\$ 100.074,72 (cem mil e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) referentes ao resultado com a realização da reserva de reavaliação, resultaram em lucros acumulados no total de R\$ 21.689.330,86 (vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta reais e oitenta e seis centavos). Deste total, aprovar as seguintes destinações: (a) R\$ 1.079.462,81 (Hum milhão, setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) para reserva legal; (b) R\$ 5.422.332,72 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos) como dividendos mínimos obrigatórios distribuídos aos acionistas; (c) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) como dividendos adicionais aos acionistas e (d) R\$ 9.187.535,33 (nove milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) para reserva de lucros específica, denominada Dividendos Adicionais Propostos.
3. Fixar remuneração global anual da Diretoria em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) ao ano;
4. Reeleger, para compor a Diretoria, com mandato de 01/04/2024 até 31/03/2026, os seguintes membros:
 - a) Diretor-Presidente - Sr. Sérgio Suslik Wais, brasileiro, casado, empresário segurador, CI SSP/RS nº 1005619679, CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado [REDACTED]
 - b) Diretor Vice-Presidente - Sr. Marcelo Wais, brasileiro, casado, segurador, CI SSP/RS nº 7009036166, CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado em [REDACTED]
 - c) Diretor - Sr. Eduardo Wais, brasileiro, casado, advogado, CI SJP/RS nº 3058746359, CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado em [REDACTED]
 - d) Diretora - Sra. Tânia Wais, brasileira, casada, seguradora, CI SSP/RS nº 2001099321, CPF nº [REDACTED] residente e domiciliada em Porto [REDACTED];

Os membros da Diretoria ora eleitos declararam estarem desimpedidos, nos termos da Lei, para ocuparem os referidos cargos, não fazerem parte de sociedades concorrentes no mercado e preencherem as condições estabelecidas na Resolução CNSP nº 330/15, Resolução CNSP nº 422/21 e atualizações.

Ressalta-se ainda que os Diretores com mandatos vencidos permanecerão em seus cargos até que a SUSEP homologue as reeleições constantes nessa assembleia.

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



5. Designar as funções específicas dos Diretores em atenção à Resolução CNSP nº 330/15 e Resolução CNSP 422/21, bem como a Carta-Circular n. 1/2016/SUSEP-CGRAT, da seguinte forma:

I - Sr. Sérgio Suslik Wais:

- a) Diretor responsável pelas Relações com a SUSEP;
- b) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações contidas na Resolução CNSP nº 143/2005;
- c) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade, conforme Resolução CNSP nº 321/2015.

II - Sr. Marcelo Wais:

- a) Diretor Técnico, conforme Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 321;
- b) Diretor responsável administrativo-financeiro;
- c) Diretor responsável pelo cumprimento do registro das operações de seguros, conforme Resolução CNSP Nº 383/2020.

III - Sr. Eduardo Wais:

- a) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP 234/03 e 445/12);
- b) Diretor responsável pelos controles internos da Sociedade, em atendimento a Circular SUSEP nº 249/04;
- c) Diretor responsável pela sua política institucional de conduta, conforme Resolução CNSP Nº 382/2020.

6. Decidem não instalar o Conselho Fiscal.

CONSELHO FISCAL: O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Foram arquivados na sede da sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária, lavrando-se no livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com





DECLARAÇÃO: Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleia Geral nº 002 da Companhia e autênticas as assinaturas apostas.

ASSINATURAS: Sérgio Suslik Wais, **Presidente**, Marcelo Wais, **Secretário**; Sérgio Suslik Wais, Marcelo Wais, Tânia Wais, Eduardo Wais e Gente Comércio e Participações Ltda., (Representada por seu administrador, Sérgio Suslik Wais), **Acionistas e Diretores**.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

TÂNIA WAIS
Diretora

EDUARDO WAIS
Diretor

GENTE COMÉRCIO e PARTICIPAÇÕES LTDA
Sergio Suslik Wais.

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
gente seguradora.com



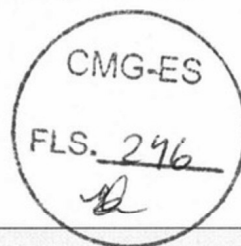
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

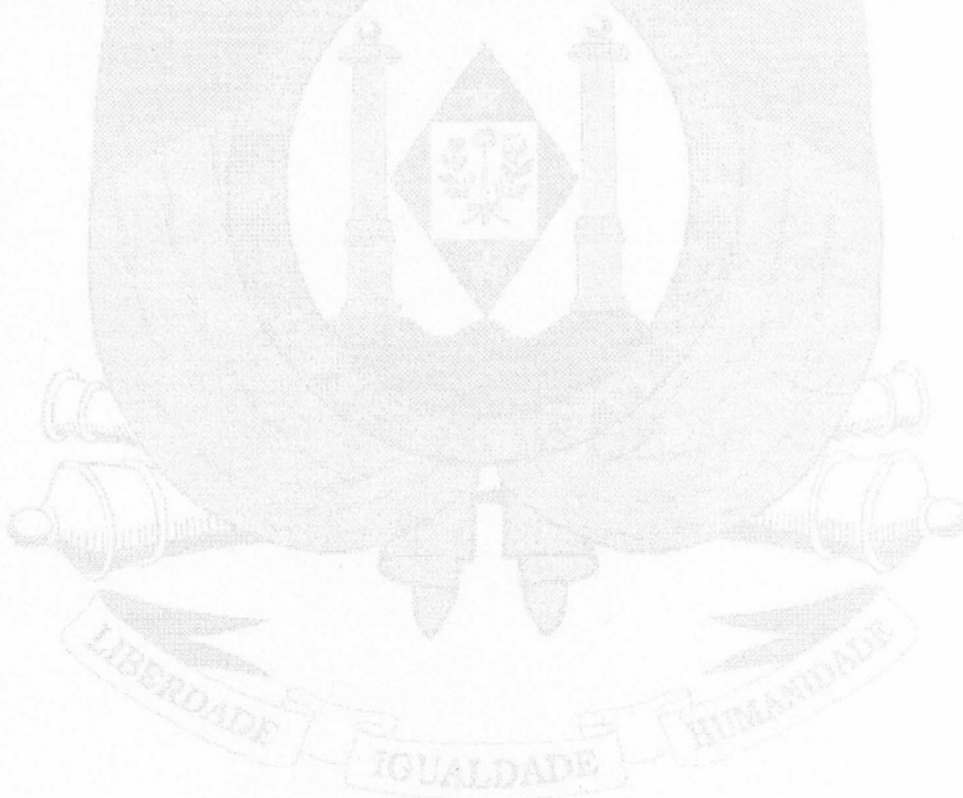
Registro Digital

Documento Principal



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/167.000-4	RSN2419329956	13/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MARCELO WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
[REDACTED]	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP.

Coordenação Geral De Regimes Especiais, Autorizações E Julgamentos - CGRAJ

Assunto: Assembleia Geral Ordinária de 08.03.2024

Deliberações: Aprovação de contas e destinação de resultados, reeleição da Diretoria, fixação de mandatos e remuneração, designação das funções dos Diretores perante SUSEP e destinação de dividendos adicionais.

ILMO Sr. Coordenador Geral,

A **GENTE SEGURADORA S.A.**, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450, CNPJ nº 90.180.605/0001-02 vem, por meio dos Diretores infra-assinados, encaminhar a documentação necessária e requerer à V.Sa. que se digne a aprovar e homologar a Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Relação dos documentos anexos:

- 1- Ata da AGO;
- 2- Declaração referida no art. 4.º, do Anexo II, e Autorização referida na alínea "b" do inciso VII do art. 5.º, do Anexo I, ambos da Resolução CNSP n.º 330/15 e atualizações, firmada pelos eleitos e pela Sociedade Seguradora, conforme modelo anexo da Carta Circular n. 1/2016/SUSEP-CGRAT;
- 3- Termo de Posse da Diretoria reeleita;
- 4- Declaração dos processos de atos societários em apreciação na Susep;
- 5- Relação dos membros do órgão estatutário alterado, antes e depois do ato, contendo prazo do mandato e as funções específicas perante a SUSEP;
- 6- Formulário Cadastral dos eleitos;
- 7- Declaração, firmada pela Sociedade de que foram fielmente observadas as disposições legais atinentes ao quórum de instalação e de deliberação da AGO;
- 8- Declaração, firmada pela Sociedade Seguradora, quanto à inexistência de parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do conselho fiscal, bem como de que os membros do conselho fiscal não integram o quadro de empregados da Sociedade;
- 9- Lista de Acionistas presentes ao ato;
- 10- Relação completa dos Acionistas na data da realização do ato.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 1 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 8/31



GENTE SEGURADORA S.A.
CNPJ - 90.180.605/0001-02
NIRE - 43300025934

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 de março de 2024.

DATA, HORA E LOCAL: Dia 08 de março de 2024, às 15 horas, na sede social da companhia, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

QUORUM: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social.

CONVOCAÇÃO: Verificou-se em primeira convocação, a presença de acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação de editais, conforme autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 e suas atualizações.

PUBLICAÇÕES: As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicadas de forma completa, no jornal de grande circulação Correio do Povo, em 2 (dois) formatos:

- Dia 26/02/2024 - formato físico completo, nas páginas 11, 12, 13 e 14 e
- Dia 26/02/2024 - formato digital completo no link <https://portal.correiodopovo.com.br/publicp/20520.pdf>

MESA: Sérgio Suslik Wais, **Presidente;** Marcelo Wais, **Secretário.**

ORDEM DO DIA:

1. Aprovar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
2. Aprovar a destinação do resultado do exercício de 2023;
3. Fixar a remuneração global dos Administradores da Companhia;
4. Reeleger os membros da Diretoria, fixando-lhes prazo de mandato;
5. Designar aos Diretores às funções específicas contidas nos normativos da SUSEP/CNSP;
6. Deliberar sobre a não instalação do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES: Foi deliberado, pela unanimidade dos acionistas:

1. Aprovar, sem reservas, o Relatório e Contas da Administração, assim como as demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023;

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 2 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 9/31



2. Aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2023, no valor de R\$ 21.589.256,14 (vinte e um milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos) que, adicionados à R\$ 100.074,72 (cem mil e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) referentes ao resultado com a realização da reserva de reavaliação, resultaram em lucros acumulados no total de R\$ 21.689.330,86 (vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta reais e oitenta e seis centavos). Deste total, aprovar as seguintes destinações: (a) R\$ 1.079.462,81 (Hum milhão, setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) para reserva legal; (b) R\$ 5.422.332,72 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos) como dividendos mínimos obrigatórios distribuídos aos acionistas; (c) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) como dividendos adicionais aos acionistas e (d) R\$ 9.187.535,33 (nove milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) para reserva de lucros específica, denominada Dividendos Adicionais Propostos.
3. Fixar remuneração global anual da Diretoria em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) ao ano;
4. Reeleger, para compor a Diretoria, com mandato de 01/04/2024 até 31/03/2026, os seguintes membros:
 - a) Diretor-Presidente - Sr. Sérgio Suslik Wais, brasileiro, casado, empresário segurador, CI SSP/RS nº 1005619679, CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado em [REDACTED]
 - b) Diretor Vice-Presidente - Sr. Marcelo Wais, brasileiro, casado, segurador, CI SSP/RS nº 7009036166, CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado em [REDACTED]
 - c) Diretor - Sr. Eduardo Wais, brasileiro, casado, advogado, CI SJP/RS nº 3058746359, CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado em [REDACTED]
 - d) Diretora - Sra. Tânia Wais, brasileira, casada, seguradora, CI SSP/RS nº 2001099321, CPF nº [REDACTED], residente e domiciliada em [REDACTED]

Os membros da Diretoria ora eleitos declararam estarem desimpedidos, nos termos da Lei, para ocuparem os referidos cargos, não fazerem parte de sociedades concorrentes no mercado e preencherem as condições estabelecidas na Resolução CNSP nº 330/15, Resolução CNSP nº 422/21 e atualizações.

Ressalta-se ainda que os Diretores com mandatos vencidos permanecerão em seus cargos até que a SUSEP homologue as reeleições constantes nessa assembleia.

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
gente seguradora.com

Página 3 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 10/31



5. Designar as funções específicas dos Diretores em atenção à Resolução CNSP nº 330/15 e Resolução CNSP 422/21, bem como a Carta-Circular n. 1/2016/SUSEP-CGRAT, da seguinte forma:

I - Sr. Sérgio Suslik Wais:

- a) Diretor responsável pelas Relações com a SUSEP;
- b) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações contidas na Resolução CNSP nº 143/2005;
- c) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade, conforme Resolução CNSP nº 321/2015.

II - Sr. Marcelo Wais:

- a) Diretor Técnico, conforme Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 321;
- b) Diretor responsável administrativo-financeiro;
- c) Diretor responsável pelo cumprimento do registro das operações de seguros, conforme Resolução CNSP Nº 383/2020.

III - Sr. Eduardo Wais:

- a) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP 234/03 e 445/12);
- b) Diretor responsável pelos controles internos da Sociedade, em atendimento a Circular SUSEP nº 249/04;
- c) Diretor responsável pela sua política institucional de conduta, conforme Resolução CNSP Nº 382/2020.

6. Decidem não instalar o Conselho Fiscal.

CONSELHO FISCAL: O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Foram arquivados na sede da sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária, lavrando-se no livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 4 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 11/31



DECLARAÇÃO: Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleia Geral nº 002 da Companhia e autênticas as assinaturas apostas.

ASSINATURAS: Sérgio Suslik Wais, **Presidente**, Marcelo Wais, **Secretário**; Sérgio Suslik Wais, Marcelo Wais, Tânia Wais, Eduardo Wais e Gente Comércio e Participações Ltda., (Representada por seu administrador, Sérgio Suslik Wais), **Acionistas e Diretores**.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

TÂNIA WAIS
Diretora

EDUARDO WAIS
Diretor

GENTE COMÉRCIO e PARTICIPAÇÕES LTDA
Sergio Suslik Wais.

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
gente seguradora.com

Página 5 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 12/31



DECLARAÇÃO E AUTORIZAÇÕES DOS ELEITOS

Os subscritores abaixo, tendo sido eleitos para compor a Diretoria da **GENTE SEGURADORA S/A**, conforme a **Assembleia Geral Ordinária datada de 08/03/2024**:

- a) Declaram à Superintendência de Seguros Privados que são residentes no Brasil;
- b) Autorizam, nos termos do art. 4º da Resolução CNSP nº 330/15 e do art. 44 da Resolução CNSP nº 422/21, e atualizações, a Superintendência de Seguros Privados a ter acesso a informações a seu respeito, constantes de quaisquer sistemas público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais, para uso exclusivo no exame do respectivo processo.
- c) Declaram ainda que:
 - 1. Não estão impedidos por lei especial, nem condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
 - 2. Não estão declarados inabilitados ou suspensos para o exercício de cargos estatutários ou contratuais nas entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados ou instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, demais agências reguladoras e companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
 - 3. Não respondem, nem qualquer empresa da qual sejam controladores ou administradores, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
 - 4. Não estão declarados falidos ou insolventes, estando devidamente inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas;
 - 5. Não controlaram ou administraram, nos três anos que antecederam esta eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
 - 6. Não respondem, nem qualquer sociedade da qual tenham sido controladores ou administradores à época dos fatos, por processo crime;
 - 7. Não respondem por processo judicial ou administrativo que tenham relação com o Sistema Nacional de Seguros Privados, de Resseguro, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta ou com o Sistema Financeiro Nacional ou, ainda, com a Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc ou Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 6 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 13/31



- d) Os declarantes abaixo assumem integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas, ficando a Superintendência de Seguros Privados desde já autorizada à delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver.

***** NADA CONSTA*****

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS

CPF [REDACTED]
SSP/RS 1005619679

MARCELO WAIS

CPF [REDACTED]
SSP/RS 7009036166

TÂNIA WAIS

CPF [REDACTED]
SSP/RS 2001099321

EDUARDO WAIS

CPF [REDACTED]
SJS/RS 3058746359

A **GENTE SEGURADORA S/A** declara ter feito pesquisas a respeito dos eleitos em sistemas públicos e privados de cadastro de informação e responsabiliza-se pela veracidade da declaração dos eleitos.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

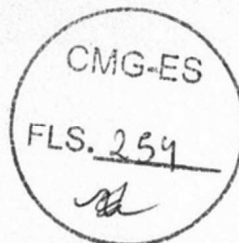
Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 7 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 14/31



GENTE SEGURADORA S.A.
CNPJ - 90.180.605/0001-02
NIRE - 43300025934

TERMO DE POSSE DA DIRETORIA

O **Diretor-Presidente: Sr. SÉRGIO SUSLIK WAIS**, brasileiro, casado, empresário segurador, CI SSP/RS nº 1005619679, inscrito no CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado em [REDACTED] o **Diretor Vice-Presidente: Sr. MARCELO WAIS**, brasileiro, casado, segurador, CI SSP/RS nº 7009036166, inscrito no CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado em [REDACTED]; a **Diretora: Sra. TÂNIA WAIS**, brasileira, casada, seguradora, CI SSP/RS nº 2001099321, inscrita no CPF nº [REDACTED] residente e domiciliada em [REDACTED] e o **Diretor - Sr. EDUARDO WAIS**, brasileiro, casado, advogado, CI SJP/RS nº 3058746359, CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado em [REDACTED] **neste ato declaram**, sob as penas da lei, estarem desimpedidos para ocuparem os referidos cargos de diretoria e a administração da **GENTE SEGURADORA S/A**, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Porto Alegre/RS, na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450, inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02, nos termos previstos no §1º do Art. 147, da Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, preenchendo ainda as condições estabelecidas na Resolução CNSP nº 330/15 e Resolução CNSP nº 422/21, bem como atualizações, ficando assim, por força do presente Termo de Posse, investidos nos referidos cargos, para os quais houve reeleição com mandato até 31/03/2026, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela lei e pelo Estatuto Social da Companhia.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS

MARCELO WAIS

TÂNIA WAIS

EDUARDO WAIS

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 8 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 15/31



DECLARAÇÃO

GENTE SEGURADORA S/A, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, CNPJ/MF nº 90.180.605/0001-02, e NIRE nº 43300025934, dando cumprimento às normas regulamentares em vigor, **DECLARA**, por seus representantes legais infra-assinados, a fim de instruir o processo relativo à Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024, que **nesta data não há processos de atos societários em apreciação** na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 9 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 16/31



DESIGNAÇÃO DOS DIRETORES – ANTES DA AGO DE 08/03/2024:

NOME	MANDATO	DESIGNAÇÕES	ASSINATURA
1. SÉRGIO SUSLIK WAIS	01/04/2022 até 31/03/2024	- Diretor de relações com a SUSEP. - Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade. - Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução 143.	
2. MARCELO WAIS	01/04/2022 até 31/03/2024	- Diretor responsável administrativo-financeiro. - Diretor responsável técnico. - Diretor responsável pelo cumprimento do registro das operações de seguros, conforme Resolução CNSP Nº 383/2020	
3. EDUARDO WAIS	01/04/2022 até 31/03/2024	- Diretor responsável pelos controles internos. - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98 - conforme Circulares SUSEP 234/03 e 445/12. - Diretor responsável pela sua política institucional de conduta, conforme Resolução CNSP Nº 382/2020	
4. TANIA WAIS	01/04/2022 até 31/03/2024	Sem designação específica	

DESIGNAÇÃO DOS DIRETORES – DEPOIS DA AGO DE 08/03/2024:

NOME	MANDATO	DESIGNAÇÕES	ASSINATURA
1. SÉRGIO SUSLIK WAIS	01/04/2024 até 31/03/2026	- Diretor de relações com a SUSEP. - Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade. - Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução 143.	
2. MARCELO WAIS	01/04/2024 até 31/03/2026	- Diretor responsável administrativo-financeiro. - Diretor responsável técnico. - Diretor responsável pelo cumprimento do registro das operações de seguros, conforme Resolução CNSP Nº 383/2020	
3. EDUARDO WAIS	01/04/2024 até 31/03/2026	- Diretor responsável pelos controles internos. - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98 - conforme Circulares SUSEP 234/03 e 445/12. - Diretor responsável pela sua política institucional de conduta, conforme Resolução CNSP Nº 382/2020	
4. TANIA WAIS	01/04/2024 até 31/03/2026	Sem designação específica	

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 10 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 17/31



FORMULÁRIO CADASTRAL

Finalidade:

REELEITO PARA CARGO EM ÓRGÃO ESTATUTÁRIO

Identificação da Entidade Supervisionada

Denominação:

GENTE SEGURADORA S/A.

Identificação da Pessoa Física

Nome completo:

SÉRGIO SUSLIK WAIS

Filiação:

SAUL WAIS

ELZA SUSLIK WAIS

Nacionalidade:

BRASILEIRO

Local e data de nascimento:

URUGUAIANA/RS - 23/05/1947

Sexo:

M

Profissão:

SEGURADOR

Estado Civil e Regime de Casamento:

CASADO - COMUNHÃO TOTAL DE BENS

Nome do cônjuge:

TÂNIA WAIS

Identidade:

1005619679

Órgão Expeditor:

SSP/RS

Data da emissão:

31/01/1983

CPF

Título Eleitoral:

440273304/85

Email:

sergio.suslikwais@genteseguradora.com.br

Endereço residencial completo:

RUA PEDRO CHAVES BARCELOS - 878

Bairro:

BELA VISTA

CEP:

90450-010

Município:

PORTO ALEGRE

UF:

RS

DDD/Telefone:

(51) 99918.3232

Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das informações ora prestadas, ficando a Superintendência de Seguros Privados desde já autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 11 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 18/31



FORMULÁRIO CADASTRAL

Finalidade:

REELEITO PARA CARGO EM ÓRGÃO ESTATUTÁRIO

Identificação da Entidade Supervisionada

Denominação:

GENTE SEGURADORA S/A.

Identificação da Pessoa Física

Nome completo:

MARCELO WAIS

Filiação:

SÉRGIO SUSLIK WAIS

TÂNIA WAIS

Nacionalidade:

BRASILEIRO

Local e data de nascimento:

PORTO ALEGRE/RS - 17/01/1972

Sexo:

M

Profissão:

SEGURADOR

Estado Civil e Regime de Casamento:

CASADO - SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS

Nome do cônjuge:

MARIA CRISTINA BERTOLETTI

Identidade:

7009036166

Órgão Expeditor:

SSP/RS

Data da emissão:

05/03/1990

CPF

Título Eleitoral:

583168304/34

Email:

marcelo.wais@genteseguradora.com.br

Endereço residencial completo:

Rua Eng. Teixeira Soares - 200 Apto 202 Bl A

Bairro:

Bela Vista

CEP:

90440-140

Município:

PORTO ALEGRE

UF:

RS

DDD/Telefone:

(51) 99982.2882

Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das informações ora prestadas, ficando a Superintendência de Seguros Privados desde já autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

MARCELO WAIS

Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS

CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888

genteseguradora.com

Página 12 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 19/31



FORMULÁRIO CADASTRAL

Finalidade:

REELEITO PARA CARGO EM ÓRGÃO ESTATUTÁRIO

Identificação da Entidade Supervisionada

Denominação:

GENTE SEGURADORA S/A.

Identificação da Pessoa Física

Nome completo:

TÂNIA WAIS

Filiação:

HERBERT SALOMON ISRAEL LEWINSOHN
MINNA SARA LEWINSOHN

Nacionalidade:

BRASILEIRA

Local e data de nascimento:

PORTO ALEGRE/RS - 26/05/1948

Sexo:

F

Profissão:

SEGURADORA

Estado Civil e Regime de Casamento:

CASADA - COMUNHÃO TOTAL DE BENS

Nome do cônjuge:

SÉRGIO SUSLIK WAIS

Identidade:

2001099321

Órgão Expeditor:

SSP/RS

Data da emissão:

19/11/1974

CPF

Título Eleitoral:

266307204/93

Email:

tania.wais@genteseguradora.com.br

Endereço residencial completo:

RUA PEDRO CHAVES BARCELOS - 878

Bairro:

BELA VISTA

CEP:

90450-010

Município:

PORTO ALEGRE

UF:

RS

DDD/Telefone:

(51) 99993.1200

Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das informações ora prestadas, ficando a Superintendência de Seguros Privados desde já autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

TÂNIA WAIS
Diretora

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 13 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 20/31



FORMULÁRIO CADASTRAL

Finalidade:

REELEITO PARA CARGO EM ÓRGÃO ESTATUTÁRIO

Identificação da Entidade Supervisionada

Denominação:

GENTE SEGURADORA S/A.

Identificação da Pessoa Física

Nome completo:

EDUARDO WAIS

Filiação:

SÉRGIO SUSLIK WAIS

TÂNIA WAIS

Nacionalidade:

BRASILEIRO

Local e data de nascimento:

PORTO ALEGRE/RS - 10/10/1982

Sexo:

M

Profissão:

ADVOGADO

Estado Civil e Regime de Casamento:

CASADO - SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS

Nome do cônjuge:

Mariele Chrischon de Almeida

Identidade:

3058748359

Órgão Expeditor:

SJS/RS

Data da emissão:

CPF

Título Eleitoral:

Email:

eduardo.wais@genteseguradora.com.br

Endereço residencial completo:

RUA ATILIO BILIBIO NR:120 AP:0022

Bairro:

JARDIM CARVALHO

CEP:

91.530-008

Município:

PORTO ALEGRE

UF:

RS

DDD/Telefone:

(51) 99562-7670

Declaro assumir integral responsabilidade pela fidelidade das informações ora prestadas, ficando a Superintendência de Seguros Privados desde já autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

EDUARDO WAIS
Diretor

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS

CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888

genteseguradora.com

Página 14 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 21/31



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que foram observadas as disposições legais e estatutárias referentes ao *quórum* necessário à instalação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Gente Seguradora S/A, realizada em 08 de março de 2024.

Declaramos para os devidos fins que não apresentamos o Edital de Convocação para a realização desta Assembleia, face a presença da totalidade dos acionistas, tornando-se dispensável a convocação por editais, conforme autoriza o §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 e suas atualizações.

Declaramos também que não houve a instalação do Conselho Fiscal da Companhia na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Declaramos ainda, atendendo a Circular SUSEP nº 526/2016, que os membros reeleitos e o membro eleito indicados preenchem os requisitos de capacitação técnica de que trata o art. 5º, anexo II, da Resolução CNSP nº 330/15, bem como o art. 45 da Resolução CNSP nº 422/21, e suas atualizações.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 15 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 22/31



**DECLARAÇÃO
DE PARENTESCO COM OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

Declaramos para os fins do disposto na **Circular SUSEP nº 526/16**, que não encaminhamos declaração de parentesco entre os Administradores com os membros do Conselho Fiscal, tendo em vista o referido órgão estatutário não estar instalado.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
gente seguradora.com

Página 16 de 18



RELAÇÃO COMPLETA DE ACIONISTAS PRESENTES NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA GENTE SEGURADORA S/A REALIZADA EM 08/03/2024:

NOME, QUALIFICAÇÃO E DOMICÍLIO	Nº DE AÇÕES POSSUÍDAS	ASSINATURAS
1. SÉRGIO SUSLIK WAIS , brasileiro, casado, empresário segurador, RG/SSP-RS nº 1005619679, CPF nº [REDACTED]	3.318.952 (três milhões, trezentas e dezoito mil, noventa e cinco e duas) ações ordinárias.	
2. TÂNIA WAIS , brasileira, casada, seguradora, RG/SSP-RS nº 2001099321, CPF nº [REDACTED]	12.939 (doze mil, novecentas e trinta e nove) ações ordinárias.	
3. GENTE COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA. , com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, 2º andar, Porto Alegre (RS), CNPJ nº 89.560.528/0001-29, representada pelo administrador SÉRGIO SUSLIK WAIS , acima já qualificado.	52.190 (cinquenta e duas mil, cento e noventa) ações ordinárias.	
4. MARCELO WAIS , brasileiro, casado, segurador, CPF nº [REDACTED], RG/SSP-RS nº [REDACTED]	10.643 (dez mil, seiscentos e quarenta e três) ações ordinárias.	
5. EDUARDO WAIS , brasileiro, casado, advogado, CI SJP/RS nº 3058746359, CPF nº 002.533.430-11, residente e domiciliado em [REDACTED]	114 (cento e quatorze) ações ordinárias.	
TOTAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS	3.394.838 (três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentas e trinta e oito) ações ordinárias.	

Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel do Livro de Presenças de Acionistas nº 002, bem como que foram observadas as normas estabelecidas no artigo 126 e seus parágrafos da Lei nº 6404/76, e suas atualizações.

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
gente seguradora.com

Página 17 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



RELAÇÃO COMPLETA DOS ACIONISTAS E RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS NA DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 08/03/2024:

NOME, QUALIFICAÇÃO E DOMICÍLIO	Nº DE AÇÕES POSSUÍDAS	% DE PARTICIPAÇÃO
1. SÉRGIO SUSLIK WAIS , brasileiro, casado, empresário-segurador, RG/SSP-RS nº 1005619679, CPF [REDACTED]	3.318.952 (três milhões, trezentas e dezoito mil, noventa e cinquenta e duas) ações ordinárias.	97,765%
2. TÂNIA WAIS , brasileira, casada, seguradora, RG/SSP-RS nº 2001099321, CPF [REDACTED]	12.939 (doze mil, novecentas e trinta e nove) ações ordinárias.	0,381%
3. GENTE COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA. , com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, 2º andar, Porto Alegre (RS), CNPJ nº 89.560.528/0001-29, representada pelo administrador SÉRGIO SUSLIK WAIS, acima já qualificado.	52.190 (cinquenta e duas mil, cento e noventa) ações ordinárias.	1,537%
4. MARCELO WAIS , brasileiro, casado, segurador, CPF [REDACTED], RG/SSP-RS nº 7009036166, [REDACTED]	10.643 (dez mil, seiscentos e quarenta e três) ações ordinárias.	0,314%
5. EDUARDO WAIS , brasileiro, casado, advogado, CI [REDACTED], RG/RS nº 3058746359, CPF nº [REDACTED]	114 (cento e quatorze) ações ordinárias.	0,003%
TOTAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS	3.394.838 (três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentas e trinta e oito) ações ordinárias.	100,000%

Porto Alegre (RS), 08 de março de 2024.

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Presidente

MARCELO WAIS
Secretário

SÉRGIO SUSLIK WAIS
Diretor-Presidente

MARCELO WAIS
Diretor Vice-Presidente

ATA de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de março de 2024.

Gente Seguradora S.A.

Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 | Centro Histórico | Porto Alegre - RS
CEP 90020 060 | Fone (51) 3023.8888 | Ouvidoria 0800 607 0888
genteseguradora.com

Página 18 de 18



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 25/31



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

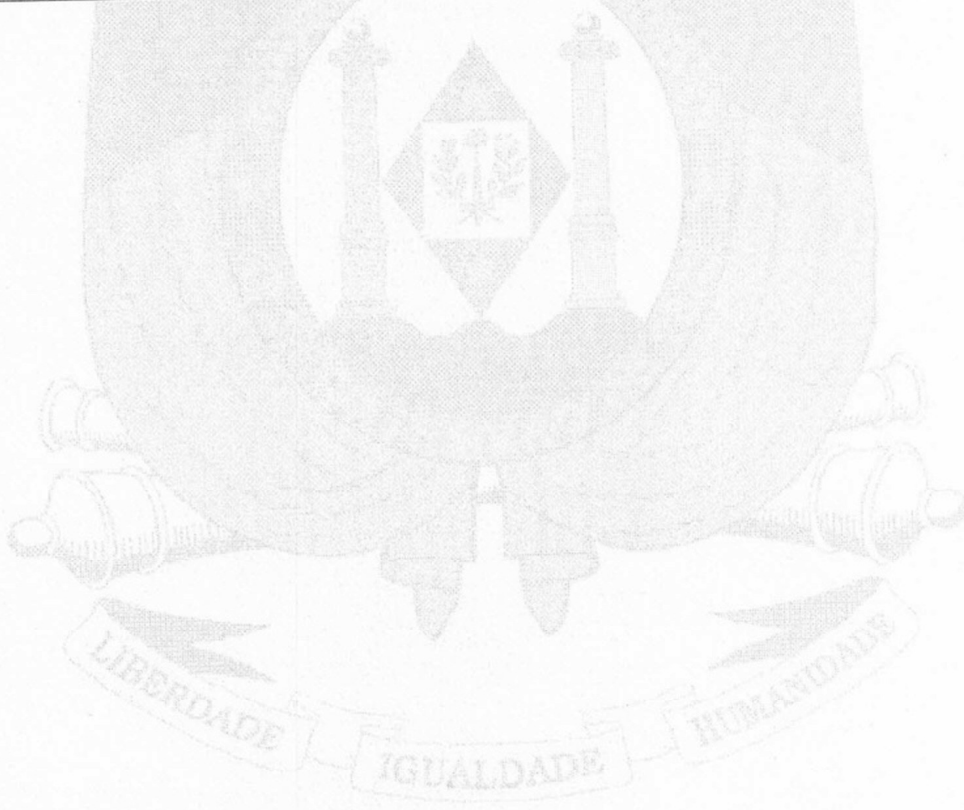
Anexo



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/167.000-4	RSN2419329956	13/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MARCELO WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
[REDACTED]	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul





SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS



PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1998, DE 06 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.610203/2024-08,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ nº 90.180.605/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre – RS, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 8 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO (MATRÍCULA 1349904)**, **Coordenador-Geral**, em 06/05/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com o art. 6º do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1983641** e o código CRC **D88907A6**.

Referência: Processo nº 15414.610203/2024-08

SEI nº 1983641

https://sei.susep.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-Ur.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

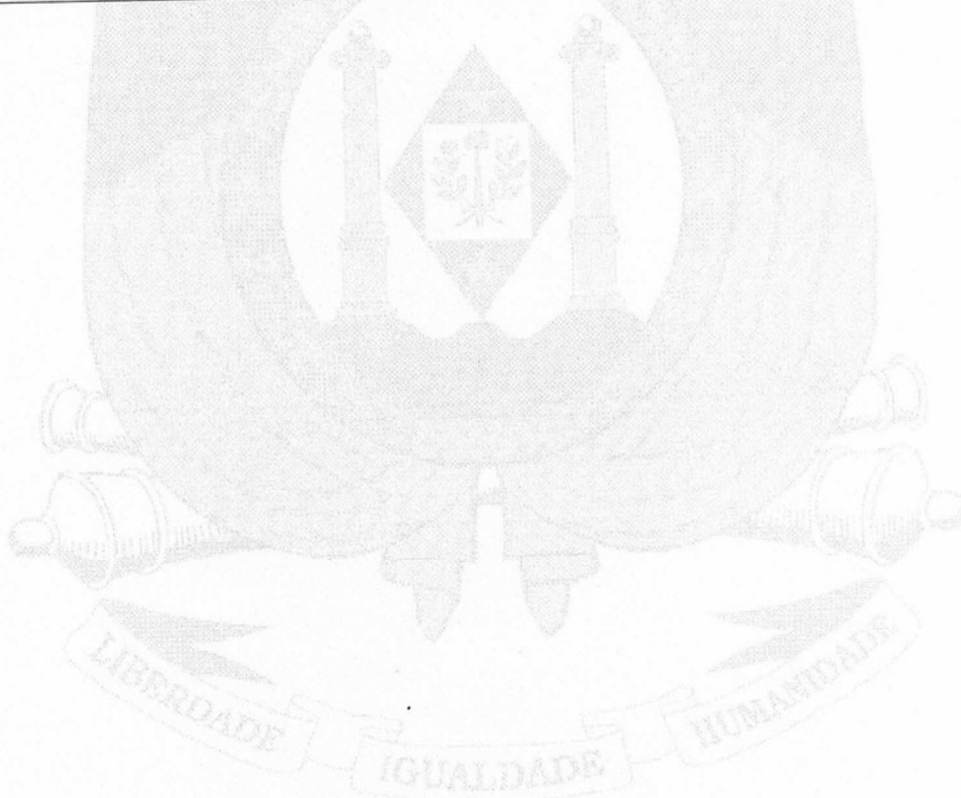


Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/167.000-4	RSN2419329956	13/05/2024

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	MARCELO WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
[REDACTED]	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa GENTE SEGURADORA S.A., de CNPJ 90.180.605/0001-02 e protocolado sob o número 24/167.000-4 em 14/05/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10402005, em 03/06/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Mario Ederich Filho. Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
	MARCELO WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
	MARCELO WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
	SERGIO SUSLIK WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
	MARCELO WAIS	31/05/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da Jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/validacao) informando o número do protocolo 24/167.000-4.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

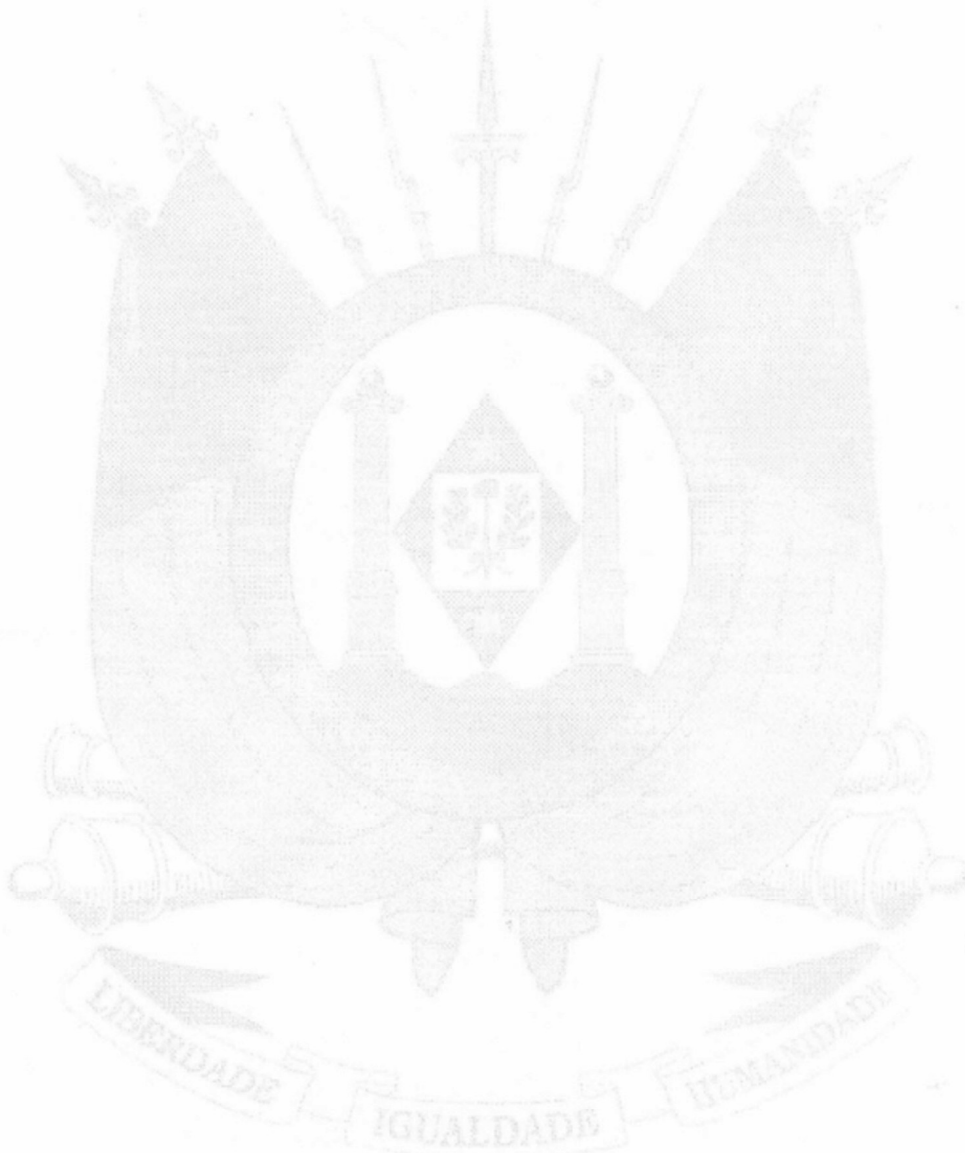


TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 03/06/2024



Documento assinado eletronicamente por Mario Ederich Filho, Servidor(a) Público(a), em 03/06/2024, às 18:24.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 24/167.000-4.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 - 14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



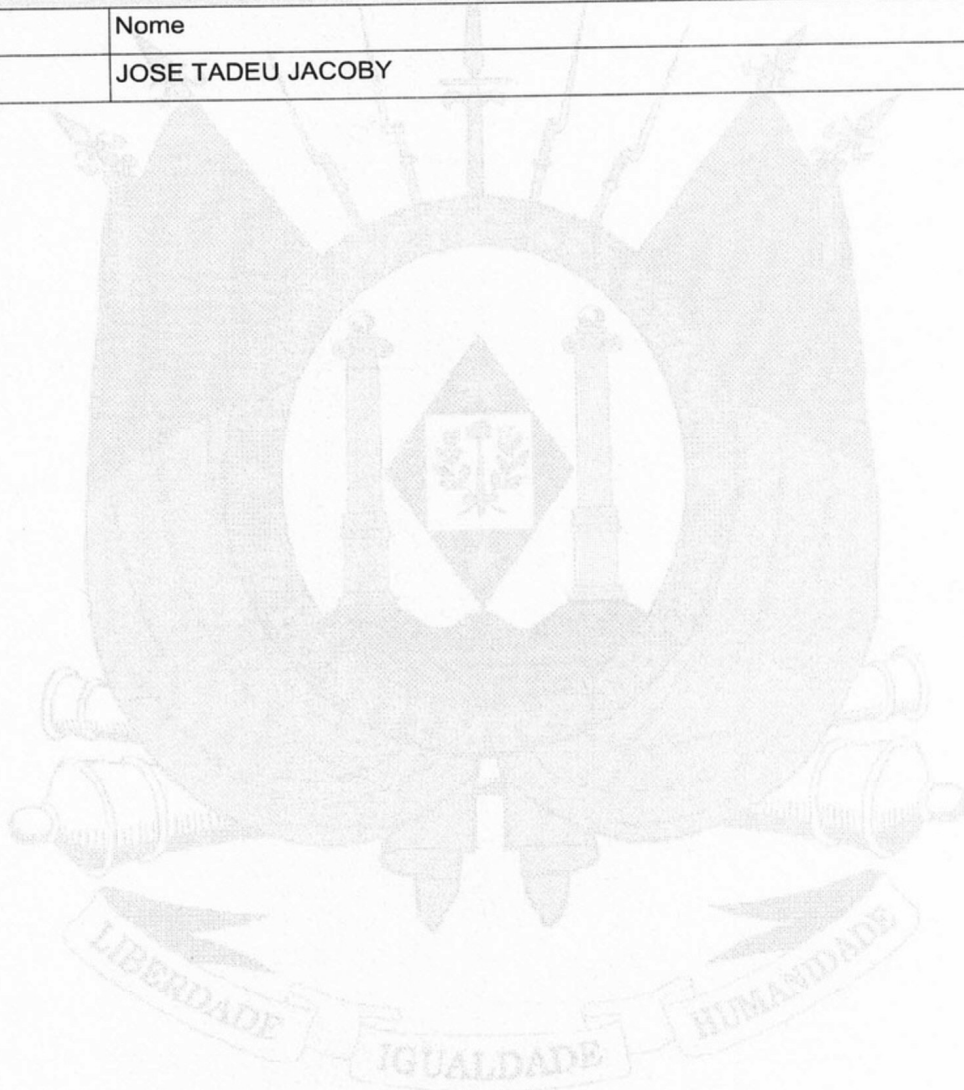
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital



O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre. segunda-feira, 03 de junho de 2024



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 10402005 em 03/06/2024 da Empresa GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90180605000102 e protocolo 241670004 -
14/05/2024. Autenticação: 598625CE9B17FC8C739231ABF0D54D897EC7CC17. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este
documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/167.000-4 e o código de segurança oFQk Esta cópia foi
autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.